



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

PAUTA DA 40ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**18/10/2012
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**40ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 18/10/2012.**

40ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 48/2012 - Não Terminativo -	SEN. EDUARDO SUPLICY	10
2	MSF 69/2012 - Não Terminativo -	SEN. CYRO MIRANDA	41
3	MSF 70/2012 - Não Terminativo -	SEN. TOMÁS CORREIA	85
4	MSF 68/2012 - Não Terminativo -	SEN. PAULO BAUER	135
5	MSF 71/2012 - Não Terminativo -	SEN. JARBAS VASCONCELOS	168
6	RQS 836/2012 - Não Terminativo -		222

7	RQS 855/2012 - Não Terminativo -		224
8	Minuta de Projeto de Lei do Senado 8		226

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)			
Anibal Diniz(PT)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Vanessa Grazziotin(PC DO B)(13)(15)	AM 6726	3 Lindbergh Farias(PT)(12)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Sérgio Souza(PMDB)(14)(17)(18)	PR (61) 3303-6271/6261	4 Eduardo Lopes(PRB)(26)(27)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(25)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	6 João Capiberibe(PSB)(24)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)			
Jarbas Vasconcelos(PMDB)	PE (61) 3303-3245	1 Lobão Filho(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2314
Luiz Henrique(PMDB)	SC (61) 3303-6446/6447	2 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2111 a 2117
Jader Barbalho(PMDB)(33)(34)(37)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832	3 Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083/6084
Vital do Rêgo(PMDB)	PB (61) 3303-6747	4 Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624
Pedro Simon(PMDB)	RS (61) 3303-3232	5 Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590
Francisco Dornelles(PP)	RJ 3303-4229	6 Tomás Correia(PMDB)(21)(22)(23)(31)(38)	RO (61) 3303-2252/ 2253
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP 6063/6064	1 Aécio Neves(PSDB)	MG (61) 3303-6049/6050
Paulo Bauer(PSDB)(11)	SC (61) 3303-6529	2 Cyro Miranda(PSDB)	GO (61) 3303-1962
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Clovis Fecury(DEM)(19)	MA 3303.6349
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR)			
Fernando Collor(PTB)	AL (61) 3303-5783/5786	1 Mozarildo Cavalcanti(PTB)	RR (61) 3303-4078 / 3315
Gim Argello(PTB)	DF (61) 3303-1161/3303-1547	2 Inácio Arruda(PC DO B)(9)	CE 5791/5793
Cidinho Santos(PR)(35)(36)	MT 3303-6170/3303-6167	3 João Ribeiro(PR)(28)(29)	TO (61) 3303-2163/2164
PSOL			
Randolfe Rodrigues	AP (61) 3303-6568	1 VAGO	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- (11) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (12) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (13) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (14) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (15) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (16) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (17) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (18) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDDB).

- (19) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (21) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (22) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (23) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (24) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (25) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (26) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (27) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (28) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS, ÀS 10H
SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAÚJO SOUZA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 18 de outubro de 2012
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA

40ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

Deliberativa	
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

No dia 13/09/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

No dia 13/09/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Tomás Correia

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

No dia 13/09/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

[Relatório](#)

ITEM 4

[MENSAGEM \(SF\) Nº 68, de 2012](#)

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 5

[MENSAGEM \(SF\) Nº 71, de 2012](#)

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

ITEM 6**REQUERIMENTO Nº 836, de 2012**

Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011 - CN, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 7 a 14 de novembro de 2012, para participar, como membro do Parlamento do Mercosul, de reuniões da Mesa Diretiva e de Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Eurolatinoamericana - Eurolat, nos dias 9 e 10 desse período, na cidade de Cádiz, na Espanha, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País entre os dias 7 e 19 de novembro de 2012.

Autoria: Senador Roberto Requião

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 7**REQUERIMENTO Nº 855, de 2012**

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 16 a 18 de novembro de 2012, em missão parlamentar, a fim de participar no Fórum sobre Segurança Internacional de Halifax, que ocorrerá em Halifax, Canadá; e comunica, ainda, de acordo com o art. 39, I, do mesmo Regimento, que estará ausente do País no período de 14 a 19 de novembro.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

ITEM 8**MINUTA DE PROJETO DE LEI DO SENADO Nº _____, DE 2012**

Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Observações:

Matéria aprovada no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira (CREPAFF), no dia 10 de julho de 2012.

1



SENADO FEDERAL

Gab. Senador Eduardo Suplicy

RELATÓRIO Nº _____, DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL sobre a Mensagem nº 48, de 2012 (Mensagem nº 299, de 28.06.2012, na origem), da Senhora Presidenta da República, *que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.*

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República deseja fazer do Senhor Arnaldo Caiche D'Oliveira, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado

Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52 item IV).

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira, filho de Benedicto Narciso D'Oliveira e Linda Caiche D'Oliveira, nasceu em Ribeirão Preto, São Paulo, em 5 de outubro de 1951. cursou Propaganda e Marketing na Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (1971) e Geografia na Universidade de São Paulo (1976). Ao concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1980. Promovido a Segundo Secretário, em 1983, passou a Primeiro Secretário, em 1991, a Conselheiro, em 1998, a Ministro de Segunda Classe, em 2005, sempre por merecimento, e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial, em 2007.

No âmbito da Secretaria de Estado, atuou na Divisão da África II como assessor, entre 1993 e 1994. Chefiou a Divisão do Oriente Próximo, de 1998 a 2001.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu na Embaixada em Madri, de 1984 a 1987, como Segundo Secretário; de 1995 a 1998, como Primeiro Secretário; e de 2003 a 2004, como Conselheiro. Serviu também na Embaixada em Luanda, de 1998 a 1990; na Embaixada em Assunção, de 1990 a 1993; na Embaixada em La Paz, como Conselheiro; na Embaixada em Porto



SENADO FEDERAL

Gab. Senador Eduardo Suplicy

Príncipe, como Conselheiro, Ministro-Conselheiro comissionado e Ministro Conselheiro, de 2004 a 2006; e como Embaixador nas Embaixadas em Lomé (2006-2011) e em Cotonou, onde exerce o cargo desde 2011.

Em 2003 defendeu tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com o título: “Relações Brasil-Israel. Condicionamentos Diplomáticos à Cooperação Bilateral”.

Consta, ademais, do processado, informação anexada pelo Itamaraty, sobre a República do Níger. Do documento cabe destacar que aquele país conta com população de cerca de 15,9 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto – PIB da ordem de U\$ 6,45 milhões, segundo estimativa do Fundo Monetário Internacional de 2011. Seu índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de 0,295.

No que tange ao relacionamento político-diplomático do Brasil com a República do Níger, embora seja este ainda incipiente, uma vez que as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1986, tem havido, nos últimos anos, iniciativas de aproximação entre os dois países.

O Níger tem se beneficiado de iniciativas de cooperação brasileira. Técnicos em agricultura nigerinos, por exemplo, têm participado de cursos organizados pela Agência Brasileira de Cooperação. Ademais, o Níger deverá ser um dos países beneficiados pela parceria entre o Brasil e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) para apoiar os esforços da agência na concepção, expansão e melhoramento de programas nacionais de alimentação

escolar de qualidade em países em desenvolvimento.

No que diz respeito ao comércio bilateral com o Brasil, em 2011 o Níger importou de nosso país US\$ 2,05 milhões.

Segundo o documento encaminhado pelo Itamaraty, não há registro de operações de financiamentos e empréstimos oficiais entre os dois países. Tampouco há registro de brasileiros residentes em Níger.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido de útil no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 48, DE 2012
(nº 299/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Niger.

Os méritos do Senhor Arnaldo Caiche D'Oliveira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de junho de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'A. Russel'.

EM No 00097 MRE

Brasília, 23 de Março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal, destinada à indicação de **ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº00097/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

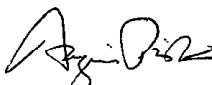
Brasília, 23 de março de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal, destinada à indicação de **ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA**

CPF.: 530.224.598-15

ID.: 31922661 SSP-SP

1951 Filho de Benedito Narciso D'Oliveira e Linda Caiche D'Oliveira, nasce em 5 de outubro, em Ribeirão Preto/SP

Dados Acadêmicos:

1971 Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo
1976 Geografia pela Universidade de São Paulo
1979 CPCD - IRBr
1992 CAD - IRBr
2003 CAE-IRBr, Relações Brasil-Israel. Condicionamentos Diplomáticos à Cooperação Bilateral.

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário
1983 Segundo-Secretário
1991 Primeiro-Secretário, por merecimento
1998 Conselheiro, por merecimento
2005 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2007 Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial

Funções:

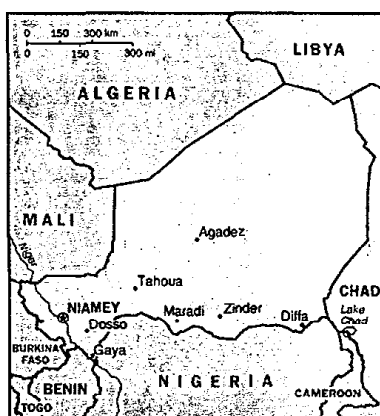
1980-82 Divisão de Orçamento, assistente
1982-84 Departamento de Administração, Coordenador-Técnico, substituto e assessor
1984-87 Embaixada em Madri, Segundo Secretário
1998-90 Embaixada em Luanda, Segundo Secretário
1990-93 Embaixada em Assunção, Segundo e Primeiro Secretário
1993-94 Divisão da África II, assessor
1995-98 Embaixada em Madri, Primeiro Secretário
1998-01 Divisão do Oriente Próximo, Chefe
2001-03 Embaixada em La Paz, Conselheiro
2003-04 Embaixada em Madri, Conselheiro
2004-06 Embaixada em Porto Príncipe, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado e Ministro-Conselheiro
2006-11 Embaixada em Lomé, Embaixador
2011- Embaixada em Cotonou, Embaixador



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DO NÍGER



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Março de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	4
RELAÇÕES BILATERAIS	7
POLÍTICA INTERNA.....	9
POLÍTICA EXTERNA.....	12
ECONOMIA	14
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	16
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS.....	17

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República do Níger
CAPITAL:	Niamei
ÁREA:	1.267.000 km ² (um pouco maior que o Pará)
POPULAÇÃO:	15,9 milhões (um pouco menor que a população do Rio de Janeiro)
IDIOMA OFICIAL:	Francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (90%); animismo (3%); cristianismo (1%); outras (9%)
SISTEMA POLÍTICO:	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Mahamadou Issoufou (desde 2011)
CHEFE DE GOVERNO:	Brigi Rafini (desde 2011)
CHANCELER:	Bazoum Mohamed (desde 2011)
PIB (est. FMI 2011):	US\$ 6,45 bilhões
PIB PER CAPITA (est. FMI 2011):	US\$ 427, 55
PIB PPP (est. FMI 2011):	US\$ 11, 99 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (est. FMI 2011):	US\$ 795,29
IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2011)	0,295 (186º de 187 países analisados)
EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER:	54,7 anos
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registros de brasileiros no Níger

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ MIL F.O.B.)

Fonte: MDIC

Brasil – Níger	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	38	1.128	2.908	585	2.430	1.782	1152	4.767	1.235	2.100
Exportações	38	1.127	2.908	584	2.413	1.773	961	4.724	1.219	2.054
Importações	0	1	0	1	17	9	191	43	16	45
Saldo brasileiro	38	1.126	2.908	583	2.396	1.764	770	4.681	1.203	2.009

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mahamadou Issoufou *Presidente da República*

Nasceu em 1952, na cidade Dandaji, no Departamento Tahoua, localizado na região central do país. Formado em engenharia, ocupou importantes cargos no setor de mineração de seu país: entre 1980 e 1985, foi Diretor Nacional de Minas; depois, tornou-se Secretário-Geral da Companhia de Mineração do Níger.

Desde a realização das primeiras eleições multipartidárias no Níger, em 1993, Issoufou tem sido uma das principais figuras políticas do país. Fundador do Partido Nigerino para a Democracia e o Socialismo (PNDS), foi eleito para a Assembleia Nacional em 1993 e, em abril do mesmo ano, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro.

Como Primeiro-Ministro, Issoufou destacou-se como líder da oposição e, por isso, chegou a ser preso durante os Governos de Ibrahim Baré Maïnassara (1996-1999) e Tandja Mamadou (1999-2010).

Issoufou disputou quatro eleições presidenciais antes de vencer o pleito de 2011.

Brigi Rafini
Primeiro-Ministro

Nasceu em 1953, em Iférouane, na região de Agadez. Em 1974, formou-se na Escola Nacional de Administração em Niamei, mesmo local onde realizou estudos de pós-graduação alguns anos mais tarde. Realizou, em 1983, cursos no Instituto Internacional Francês de Administração Pública. Na década seguinte, estudou na Escola Nacional Francesa de Administração (ENA).

Desde a década de 1980, ocupou cargos importantes na burocracia estatal nigerina. Ainda nessa década, foi Ministro da Agricultura. Diferentemente do atual Presidente, Rafini mudou de partido algumas vezes: já foi membro do Movimento Nacional para o Desenvolvimento da Sociedade, da Aliança Nigeriana para a Democracia e o Progresso; e do Agrupamento para a Democracia e o Progresso. Atualmente, é membro do Partido Nigerino para a Democracia e o Socialismo (PNDS), fundado pelo Presidente Issoufou.

Bazoum Mohamed
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Outro importante líder do PNDS, Bazoum também teve uma carreira parlamentar de destaque.

Durante o Governo do ex-Presidente Maïnassara (1996-1999), chegou a ser preso duas vezes.

Com a vitória de Issoufou, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação, da Integração Africana e dos Nígerinos no Exterior. Já havia ocupado o cargo entre 1995 e 1996.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Níger foram estabelecidas em janeiro de 1986. Apesar de as relações bilaterais ainda serem incipientes, tem havido, nos últimos anos, algumas iniciativas de aproximação entre os dois países.

Em dezembro de 2010, a Ministra nigerina da População, de Promoção da Mulher e da Proteção das Crianças, Sanady Techimaden Hadattan, viajou a Brasília para participar da Conferência Mundial sobre Sistemas Universais de Seguridade Social. No ano seguinte, o Embaixador Jorge José Ramos, Embaixador do Brasil no Mali, deslocou-se a Niamei na condição de representante da Presidenta Dilma Rousseff na cerimônia de posse do atual Presidente Mahamadou Issoufou.

O Níger tem-se beneficiado de iniciativas de cooperação brasileira. Técnicos em agricultura nigerinos, por exemplo, têm participado de cursos organizados pela Agência Brasileira de Cooperação. O Níger deverá ser também um dos países beneficiados pela parceria entre o Brasil e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) para apoiar os esforços da agência na concepção, expansão e melhoramento de programas nacionais de alimentação escolar de qualidade em países em desenvolvimento. Poderá beneficiar-se também da cooperação em andamento com os países da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) na área de biocombustíveis. Deve ser ressaltado, por fim, que o Brasil, em decorrência de solicitação nigerina, já manifestou que prestará cooperação humanitária ao país, na forma de doação de alimentos, tão logo sejam estabelecidas, pelo PMA, as parcerias internacionais para o financiamento dos custos associados (transporte internacional, distribuição, entre outros) à ajuda.

Entretanto, há ainda muito espaço para intensificar as relações.

Assuntos consulares

Não há registros de brasileiros residentes no Níger. Os temas consulares são tratados pela Embaixada brasileira no Benim.

Atos bilaterais

Ainda não há atos bilaterais assinados entre o Brasil e o Níger.

Comércio e investimentos bilaterais

Os fluxos comerciais entre o Brasil e o Níger são compostos basicamente por exportações brasileiras (US\$ 2,05 milhões em 2011).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações de financiamentos e empréstimos oficiais entre os dois países.

POLÍTICA INTERNA

Antiga colônia francesa, o Níger tornou-se independente em 1960. Depois da emancipação, sob o Governo do Presidente Diouri Hamani, o país continuou sob influência da França. Em 1974, o regime de partido único de Hamani foi substituído por uma ditadura militar liderada pelo Coronel Seyni Kountché, que ficou no poder até sua morte, em 1987. Seu substituto, Coronel Ali Saibou, buscou também impor um regime autoritário, mas teve de promover a abertura política em decorrência de mudanças no cenário internacional e das crescentes pressões internas.

Nesse contexto, uma nova constituição do Níger foi aprovada por referendo em 1992. Realizaram-se, em 1993, eleições parlamentares e presidenciais, sendo eleito presidente Mahamane Ousmane, representando uma coligação que reunia partidos de oposição e representantes do agrupamento que dominou o país até 1989. O Governo de Ousmane foi marcado por dificuldades, tais como a rebelião tuaregue, agitações estudantis, os efeitos adversos da desvalorização do Franco CFA, a crise de abastecimento de gêneros alimentícios e o baixo preço do urânio no mercado internacional.

Em 1996, o Presidente Ousmane foi deposto por golpe militar, liderado pelo General Ibrahim Baré Maïnassara, que convocou um “Foro Nacional para a renovação democrática”, com vistas a elaborar nova constituição, capaz de evitar o que qualificou de “desordem e sectarismo político”. Já sob a vigência de uma nova carta magna, realizaram-se, ainda em 1996, eleições parlamentares e presidenciais, com a vitória de Maïnassara. O pleito foi boicotado pela maioria dos partidos de oposição, sob a alegação de que o presidente teria manipulado o processo eleitoral.

Acusado de fraudes eleitorais e de perseguição contra opositores, em 1999 o Presidente Maïnassara foi assassinado por elementos de sua própria guarda presidencial. O parlamento foi dissolvido e as atividades políticas temporariamente suspensas. O major Daouda Mallam Wanke assumiu o poder. Referindo-se à morte do General Maïnassara como um “desafortunado acidente”, prometeu restaurar a democracia em curto espaço de tempo. Em julho de 1999, uma nova constituição foi submetida a referendo nacional, obtendo índice de aprovação de mais de 90%. Entre outubro e novembro de 1999, tal como estipulado pela nova carta magna, realizaram-se eleições presidenciais e legislativas. Para a Presidência foi eleito, em dois turnos, Mamadou Tandja, militar reformado e ex-ministro do interior. Nas eleições parlamentares, a coligação governista formada pelo *Mouvement National de la Société de Développement-MNSD* (partido de Tandja) e pela *Convention Démocratique et Sociale-CDS* obteve ampla maioria, conquistando 55 dos 83 assentos da Assembleia.

Após estabilizar o país econômica e politicamente, Tandja, em 2004, venceu Issoufou no segundo turno e foi reeleito para mais um mandato de 5 anos. No entanto, sua decisão de organizar referendo com o objetivo de reformar a Constituição e permitir a prorrogação de seu segundo mandato, até pelo menos 2012, desencadeou nova crise política.

Tandja obteve a aprovação de nova Constituição em referendo boicotado pela oposição. Foi eliminado, desse novo texto, o artigo que proibia futuras emendas com vistas a se suprimir o limite de dois mandatos para Presidente. Tandja dissolveu ainda a Corte Constitucional do Níger, contrária a qualquer projeto de modificação do limite do número de mandatos presidenciais sucessivos. A reforma política de Tandja foi condenada pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), pela União Africana (UA), pela França e por outros países.

No dia 18 de fevereiro de 2010, forças militares tomaram o poder, derrubando o Presidente Tandja. O grupo de militares que assumiu as funções de Governo, denominado Conselho Supremo para a Restauração da Democracia, presidido pelo Coronel Salou Djibo, suspendeu a Constituição e dissolveu as instituições estatais.

O Conselho Supremo para a Restauração da Democracia comprometeu-se a passar o poder para um presidente civil, a ser eleito em 12 meses. Redigiu-se, também, nova Constituição. O documento, que demandava aprovação por referendo popular, tem, como cláusula pétrea, mandato presidencial de cinco anos com a possibilidade de apenas uma reeleição. O referendo popular ocorreu em outubro de 2010. Compareceram às urnas 52% dos eleitores. A aprovação da nova Constituição foi maciça: 90,2% dos votantes posicionaram-se a favor do novo texto constitucional.

Como previsto, foram realizadas eleições presidências em 2011. Mahamadou Issoufou, do Partido Nigerino para o Socialismo e a Democracia, disputou com o ex-Primeiro-Ministro de Tandja, Seine Oumarou, o segundo turno das eleições. O candidato socialista, que já tinha sido o líder no primeiro turno, sagrou-se vencedor com aproximadamente 58% dos votos. Seu partido venceu também as eleições legislativas, conseguindo 34 das 113 cadeiras em disputa no Parlamento. Somando os parlamentares eleitos pelos partidos aliados (o principal deles é o Movimento Democrático Nigerino, liderado por Hama Amadou, ex-primeiro-ministro de Tandja e atual Presidente da Assembleia Legislativa), a coalizão de apoio ao Governo conseguiu 82 cadeiras, uma maioria de mais de 75%.

Apesar da folgada maioria governista no Parlamento, a governabilidade no Níger não é um processo fácil nem automático. Além de tensões entre os dois principais partidos em decorrência de diferenças ideológicas e da disputa por cargos no Governo, o setor militar permanece

uma ameaça à estabilização democrática. Em julho de 2011, militares, supostamente partidários do ex-presidente Tandja, tentaram promover golpe de estado. A fracassada tentativa resultou na prisão de 10 conspiradores.

POLÍTICA EXTERNA

País extremamente pobre e sem acesso ao mar, o Níger pauta sua política externa tendo como referência a busca pelo desenvolvimento econômico e pela concertação com os estados vizinhos. O país tem adotado postura moderada no cenário internacional, evitando conflitos com os países de seu entorno e com as grandes potências.

Desde a Independência, o relacionamento privilegiado com a França tem sido o eixo central da inserção nigerina. A França, principal provedora de ajuda internacional, é também importante destino das exportações nigerinas e o segundo maior provedor de importações. Vale destacar que um terço da quantia total de urânio utilizada pela França para abastecer suas usinas nucleares são de origem nigerina.

Há bom relacionamento também com outros países e instituições ocidentais. A União Europeia (UE) é importante provedora de ajuda. No contexto das eleições presidenciais e legislativas de 2011, por exemplo, forneceu US\$ 27 milhões, além de ter enviado importante equipe de observadores. Já com os Estados Unidos, são mantidas atividades de cooperação para combater a atuação de fundamentalistas islâmicos na região. Ademais, os Estados Unidos estão também entre os principais destinos das exportações nigerinas. A China, por sua vez, vem aumentando sua presença no Níger nos últimos anos. Já é o principal fornecedor de importações e também tem aumentado seus investimentos em infraestrutura e exploração de urânio e petróleo.

No âmbito regional, o Níger tem boas relações com os países vizinhos. A Nigéria, em especial, além de ser um dos principais parceiros comerciais, exerce grande influência sobre a economia informal nigerina. As relações com o Benin, por sua vez, beneficiam-se da resolução pacífica de litígio que envolvia a definição das fronteiras entre os dois países, obtida, em 2005, graças à intermediação da Corte Internacional de Justiça (CIJ).

A recente crise na Líbia, por outro lado, gerou receios de que a instabilidade pudesse atingir o Níger e outros países da região. Apesar de tradicionalmente ter mantido boas relações com o regime de Kaddhafi, o Governo do Níger decidiu reconhecer o Conselho Nacional de Transição antes mesmo que a União Africana o fizesse.

Especula-se que mais de 200 mil trabalhadores nigerinos tenham retornado a seu país natal em função dos conflitos na Líbia. Além de representar um desafio potencial à segurança alimentar nigerina, há o temor de que, entre o grupo de retornados, haja também indivíduos que trariam armamentos ao Níger, que seriam futuramente empregados por organizações extremistas terroristas da região do Sahel. Quatro países da

região – Argélia, Mali, Mauritânia e Níger – vêm coordenando esforços para fortalecer o combate ao terrorismo e à criminalidade. Em setembro de 2011, o Presidente Issoufou solicitou cooperação internacional para policiar a fronteira com a Líbia.

A atuação em organismos internacionais é vista pelas autoridades nigerinas como uma forma de contribuir para a superação de entraves ao crescimento e visibilidade do país. O Níger é membro, entre outros organismos, da ONU, da União Africana (UA) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A participação na União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), por sua vez, permite ao Níger utilizar como moeda o Franco CFA da África Ocidental, moeda adotada também por sete outros países da região.

ECONOMIA

Com PIB per capita de US\$ 381 e ocupando a penúltima posição no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Níger possui níveis muito baixos de desenvolvimento, mesmo para o contexto da África Ocidental. Sua economia é cindida em um setor moderno, produtor de urânio e vinculado a economias desenvolvidas, e em vários outros setores tradicionais, como a agropecuária e o comércio informal.

A extração de urânio é realizada por empresas multinacionais, principalmente francesas, e a atividade corresponde à aproximadamente metade das exportações nigerinas. Esse setor, embora importantíssimo para as receitas fiscais e para a geração de divisas, não traz grande dinamismo, uma vez que gera poucos empregos e não se vincula a outros setores da economia.

As atividades tradicionais possuem baixos níveis de produtividade. Mesmo sendo responsável por mais de 30% das exportações do país, a agropecuária, em decorrência da baixa capitalização do campo e das condições naturais adversas, não produz o suficiente para a população local. O resultado traduz-se em frequentes crises alimentares. Outra dificuldade que o país tem de enfrentar é o fato de não ter acesso ao mar.

As contas externas do Níger refletem essa estrutura produtiva deficiente. As exportações são pouco diversificadas e dependentes demasiadamente da economia internacional. O país, ademais, tem de importar, em quantidades consideráveis, bens de capital, combustíveis e alimentos. Os déficits comerciais são estruturais, enquanto os déficits em transações correntes, impactados também pela transferência de lucros das empresas multinacionais, são parcialmente atenuados em decorrência da remessa de nigerinos que vivem no exterior e da doação de outros países.

Apesar dessas dificuldades, o país tem apresentado um desempenho econômico positivo nos últimos anos. A economia do Níger cresce em média 5,45% ao ano desde 2008. A perspectiva é que esse crescimento se acelere nos próximos anos, em razão do início da produção de petróleo e do aumento da produção de urânio. Neste ano, prevê-se o início da produção de petróleo do campo Agadem e a entrada em operação da refinaria de Zinder, a primeira do país. Em Imouraren, também deverá entrar em operação, a partir de 2013, nova mina de urânio – que deverá ser a segunda maior do mundo.

O Governo nigerino, em sua política econômica, tenta conciliar o objetivo de acelerar o crescimento por meio de investimentos públicos em infraestrutura e atração de empresas multinacionais com as orientações do FMI para que o país não expanda “mais do que o necessário” os gastos públicos e não dependa demasiadamente das receitas advindas da

exploração de recursos naturais. Neste ano, o país deve assinar novo acordo com o FMI. A política monetária nigerina, por sua vez, é determinada pelo banco central regional (Banco Central dos Estados da África Ocidental – BCEAO), o qual prioriza a manutenção da paridade fixa com o euro e o combate à inflação nas economias dos oito estados membros. A inflação no Níger tem estado sob controle: em 2011, o índice ficou em 4%.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1960: Independência do Níger em relação à França.
1974: O Presidente Diori Hamani é derrubado em golpe de Estado. Instalação de ditadura militar liderada pelo Coronel Seyni Kountché.
1987: Morte do Coronel Seyni Kountché.
1992: Abertura política no Níger, com aprovação de nova Constituição.
1993: Realização de eleições parlamentares e presidenciais, sendo eleito o Presidente Mahamane Ousmane.
1996: O Presidente Ousmane é deposto por golpe militar, liderado pelo General Ibrahim Baré Mainassara. Já sob a vigência de uma nova carta magna, Mainassara elege-se Presidente em pleito boicotado pela oposição.
1999: O Presidente Mainassara é assassinado por elementos de sua própria guarda presidencial. Realização de eleições parlamentares e presidenciais. Mamadou Tandja torna-se o novo Chefe de Estado do Níger.
2004: Tandja é reeleito para mais um mandato de 5 anos.
2010: Forças militares derrubam o Presidente Mamadou Tandja após suas tentativas para obter mais mandato.
2011: Já sob a vigência de nova Constituição, eleições legislativas e presidenciais são realizadas. Mahamadou Issoufou torna-se o novo Presidente da República do Níger.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

NÍGER: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões						
DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	429	383	287	532	213	332
Importações (cif)	995	1.094	1.690	1.589	1.610	1.112
Saldo comercial	-566	-711	-1.403	-1.057	-1.396	-780
Intercâmbio comercial	1.424	1.476	1.976	2.121	1.823	1.444

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do FMI, Director of Trade Statistics, January 2012.

O comércio exterior de Níger apresentou, em 2010, variação de 28% em relação a 2006, passando de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 1,8 bilhão. No ranking do FMI, Níger figurou como o 161º mercado mundial, sendo o 154º principal exportador e o 171º importador.

QUADROS COMPARATIVOS DO INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O BRASIL COM FONTE BRASILEIRA E ESTRANGEIRA					
COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte: MDIC					
BRASIL - NIGER	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	1,71	1,15	4,74	1,22	2,10
Exportações brasileiras para Níger (fob)	1,70	0,96	4,70	1,20	2,05
Importações brasileiras procedentes de Níger (fob)	0,01	0,19	0,04	0,02	0,05
Saldo	1,69	0,77	4,66	1,19	2,01
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.					
COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte de Níger					
NIGER - BRASIL	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-mai)
Intercâmbio	32,9	33,0	27,3	26,4	5,4
Exportações de Níger para o Brasil (fob)	6,8	7,6	3,2	6,6	0,0
Importações de Níger procedentes do Brasil (cif)	26,1	25,4	24,1	19,8	5,4
Saldo	-19,3	-17,8	-20,9	-13,2	-5,4
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados da UNCTAD/TradeMap, January 2012.					

NÍGER: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010		2011	
	no total	%	(jan-ago)	% no total
Nigéria	138	65%	106	32%
Estados Unidos	25	12%	149	45%
Gana	20	9%	15	4%
Índia	9	4%	11	3%
Austrália	3	2%	2	0%
Mali	3	1%	2	1%
Coreia do Sul	2	1%	13	4%
Serra Leoa	1	1%	1	0%
França	1	1%	4	1%
Espanha	1	1%	1	0%
...				
Brasil	0	0%	0	0%
Subtotal	204	96%	302	91%
Outros países	9	4%	30	9%
Total	213	100%	332	100%

Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

Aproximadamente 65% das exportações de Níger foram destinadas a Nigéria, em 2010. Em seguida os Estados Unidos somaram 12% do total, seguido de Gana (9%); Índia (4%); e Austrália (2%). O Brasil obteve o 45º lugar entre os principais destinos em 2010.

NÍGER: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

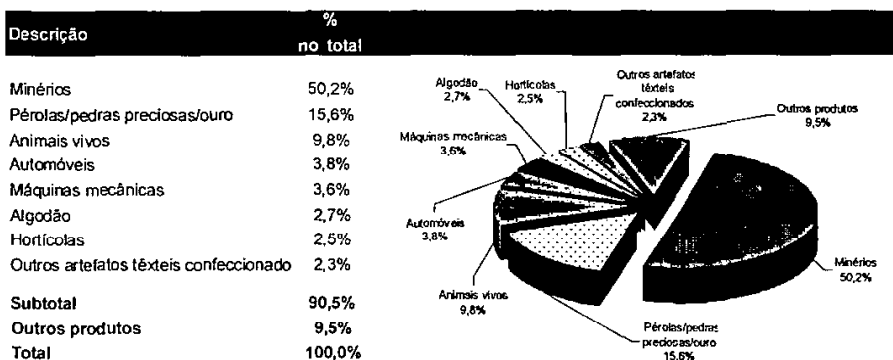
Descrição	2010		2011	
	no total	%	(jan-ago)	% no total
China	301	19%	110	10%
França	280	17%	181	16%
Nigéria	113	7%	96	9%
Costa do Marfim	83	5%	63	6%
Bélgica	67	4%	78	7%
Países Baixos	56	3%	17	2%
Estados Unidos	55	3%	33	3%
Togo	52	3%	59	5%
Índia	47	3%	39	3%
Benin	38	2%	28	3%
...				
Brasil	1	0%	1	0%
Subtotal	1.094	68%	706	64%
Outros países	515	32%	406	36%
Total	1.610	100%	1.112	100%

Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, January 2012.

A China é o principal fornecedor de bens para Níger. Em 2010 respondeu com 19% do total, seguido da França (17%); Nigéria (7%); Costa do Marfim (5%); Bélgica (4%); Países Baixos (3%); Estados Unidos (3%) e Togo (3%). O Brasil posicionou no 15º lugar.

NÍGER: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

2010 - Em %

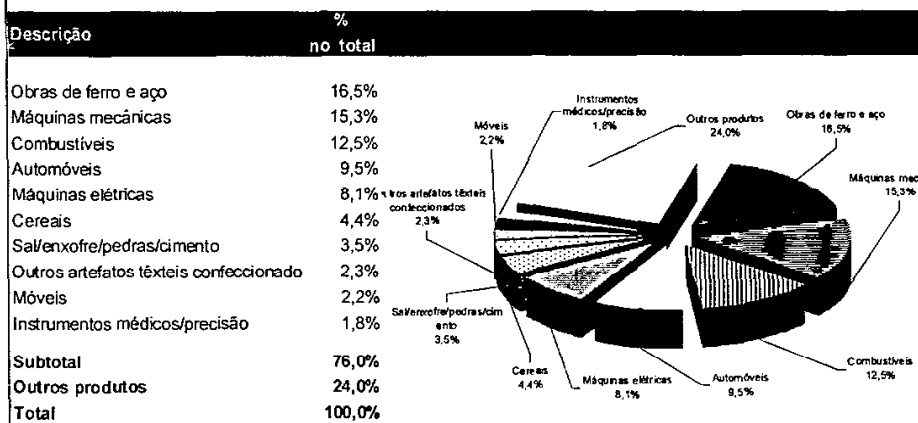


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

O principal produto exportado pelo país em 2010 foi minérios, com mais da metade da pauta de vendas. Os outros grupos de produtos que se destacaram nas exportações de Níger em 2010 foram: pérolas/ouro/pedras (16%); animais vivos (10%); automóveis (4%); máquinas mecânicas (4%); e algodão (3%). Esses itens em conjunto somaram 35% da pauta em 2010.

NÍGER: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

2010 - Em %



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

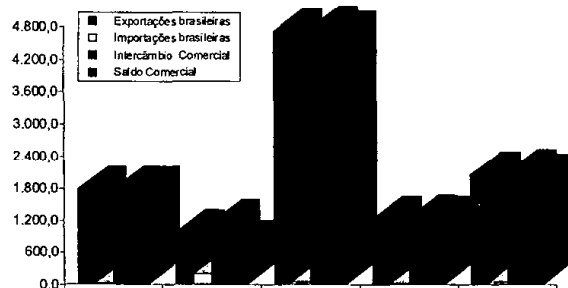
Os principais produtos importados por Níger em 2010 foram: obras de ferro e aço (17%); máquinas mecânicas (15%); combustíveis (13%); automóveis (10%); máquinas elétricas (8%); cereais (4%); e sal/enxofre/pedras/cimento (4%).

BRASIL-NÍGER: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	1.772,9	960,7	4.724,0	1.219,0	2.053,8
Variação em relação ao ano anterior	-26,5%	-45,8%	391,7%	-74,2%	68,5%
Importações brasileiras	8	191	43	16	45
Variação em relação ao ano anterior	56353,3%	2159,4%	-77,4%	-63,2%	183,2%
Intercâmbio Comercial	1.781,4	1.152,1	4.767,3	1.235,0	2.098,9
Variação em relação ao ano anterior	-26,7%	-35,3%	313,8%	-74,1%	70,0%
Saldo Comercial	1.764,4	769,4	4.680,8	1.203,1	2.008,8

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alice web.

Níger foi o 188º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 18%, passando de US\$ 1,78 milhão, para US\$ 2 milhões, sendo 69% nas exportações e 183% nas importações.



BRASIL-NÍGER: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Níger, 2011
			Valor	% no total	
Obras de ferro ou aço	0,4	0,3	24,4	54%	24,4
Móveis	37,4	12,9	17,4	39%	17,4
Obras diversas de metais cor	0,0	0,0	2,0	4%	2,0
Máquinas mecânicas	5,5	0,0	0,4	1%	0,4
Subtotal	43,3	13,2	44,3	98%	
Outros produtos	0,0	2,7	0,8	2%	
Total	43,3	15,9	45,1	100%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alice web.

As importações brasileiras originárias de Níger apresentaram alto grau de concentração. Obras de ferro ou aço (54%) e móveis (39%) somaram 93% das compras. Seguiram-se na pauta de importação em 2011, obras diversas de metais (4%) e máquinas mecânicas (1%).

BRASIL-NIGER: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO US\$ mil, fob - 2 0 1 1				
DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	545	26,5%	0	0,0%
Semimanufaturados	0	0,0%	0	0,0%
Manufaturados	1.509	73,5%	45	100,0%
Total	2.054	100,0%	45	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC.

As exportações brasileiras para Níger são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 74% das vendas em 2011, com destaque para carnes e produtos farmacêuticos. Em seguida estão os bens básicos, com 26%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 100% da pauta em 2010, com destaque para obras de ferro e aço e móveis.

BRASIL-NIGER: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS US\$ mil, fob					Exportações brasileiras para Níger, 2011					
DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1		0,0	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5
			Valor	% no total						
Carnes	0,1	0,2	0,5	26%	0,5					
Produtos farmacêuticos	1,2	0,0	0,4	20%	0,4					
Instrumentos médicos/precisão	0,0	0,1	0,3	17%	0,3					
Borracha	0,2	0,0	0,3	14%	0,3					
Máquinas mecânicas	0,0	0,2	0,3	12%	0,3					
Outros artefatos têxteis confe	0,0	0,0	0,1	6%	0,1					
Ferro e aço	2,9	0,0	0,0	0%	0,0					
Subtotal	4,4	1,1	2,0	95%						
Outros produtos	0,3	0,1	0,1	5%	0,1					
Total	4,7	1,2	2,1	100%						

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Atlasweb.

Carnes e produtos farmacêuticos são os principais itens brasileiros exportados para Níger, juntos somaram 46% da pauta. Em seguida destacaram-se instrumentos médicos/precisão (17%), borracha (14%), máquinas mecânicas (12%), e outros artefatos têxteis confeccionados (6%).

Aviso nº 542 - C. Civil.

Em 28 de junho de 2012.

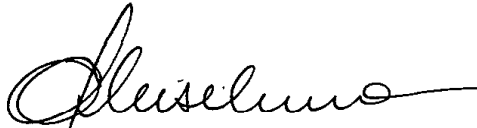
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 03/07/2012.

2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 69, de 2012 (nº 367, de 15 de agosto de 2012, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.*

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 9 de outubro de 1944.

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pós-graduado sobre Comunidades Europeias no Instituto Internacional de Administração Pública, em Paris e Bruxelas, ingressou na carreira diplomática em 1965 e tornou-se Ministro de Primeira Classe em 1995. Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Cônsul-Geral em Lisboa (1991-3), Chefe do Departamento Consular e Jurídico (1993-6), Chefe de Gabinete do Ministro de Estado (1997), Embaixador na Haia (1999), Representante Permanente na Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) (1999-2003), Embaixador em Praga (2003-8), Embaixador em Atenas (2008-10), Embaixador Extraordinário para Assuntos Migratórios (2010) e Chefe do Escritório de Representação do Ministério de Relações Exteriores em São Paulo (2011).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Libanesa, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a *relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado*. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse País, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os acordos por nós celebrados.

Atualmente, a República Libanesa, que é parlamentarista de cunho confessional, tem como Chefe de Estado o cristão maronita General Michel Sleiman, como Chefe de Governo o muçulmano sunita Najib Mikati e como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Emigrados o muçulmano xiita Adnan Mansur.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

O Brasil e o Líbano possuem antigo relacionamento, que remonta ao Império, com visita àquele País de Dom Pedro II. Em 1920, mesmo ano da Conferência de San Remo, que conferiu à França a administração do Líbano e da Síria, o Brasil instalou Consulado em Beirute e, em 1946, com o País já independente, lá acreditamos Ministro Potenciário. Inversamente, a Legação Libanesa alcançou status de Embaixada em 1954, quando da visita do Presidente Camille Chamoun ao Brasil.

Desde então, muitas foram as visitas recíprocas. Hoje, devido à grande comunidade descendente de libaneses, que se estima de 8 a 10 milhões de pessoas, o Líbano mantém, além da missão diplomática em Brasília, consulados no Rio de Janeiro e São Paulo e consulados honorários em Curitiba e Porto Alegre.

Já a comunidade brasileira no Líbano atinge cerca de 10 mil pessoas, a maioria com dupla cidadania, e boa parte concentrada no Vale de Bekaa, onde o Brasil planeja instalar consulado. Vale o registro do resgate pelo Brasil de 4.500 integrantes dessa comunidade em 2006, quando ocorreu conflito entre Israel e o Hezbollah.

Importa registrar, enfim, que muitas são as áreas de interesse comum, como a cooperação militar, a qual pretende ser otimizada com o estabelecimento pelo Brasil de uma adidância militar em Beirute.

Comercialmente, somos historicamente superavitários, embora nossas exportações ao Líbano não tenham grande relevância se comparadas com nosso relacionamento comercial com a região do Oriente Médio. Principalmente, exportamos café não torrado, carnes desossadas de bovino e gado vivo, e importamos

4

preparação de produtos hortícolas, de frutas e de outras partes de planta e monofilamentos de plásticos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator

4



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 69, DE 2012
(nº 367/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Os méritos do Senhor Affonso Emilio de Alencastro Massot que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma caligrafia fluida e cursiva, identificando-se como a do Presidente do Senado Federal.

EM nº 00222/2012 MRE

Brasília, 25 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 222 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 25 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT

CPF.: 380.374.167-04

ID.: 1818 MRE

1944 Filho de João Baptista de Alencastro Massot e Estesia Pessanha Massot, nasce em 9 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1965 CPCD - IRBr
1966 Direito pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1970 Pós-graduação sobre Comunidades Européias do Instituto Internacional de Administração Pública, Paris e Bruxelas
1982 CAE, IRBr, África Meridional - Coordenação para a Independência Econômica e para o Desenvolvimento. Uma Nova Dimensão da Luta de Liberação

Cargos:

1967 Terceiro-Secretário
1970 Segundo-Secretário
1976 Primeiro-Secretário
1979 Conselheiro
1985 Ministro de Segunda Classe
1995 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1967-68 Divisão de Cooperação Intelectual, assistente do Chefe
1968-70 Divisão de Transportes e Comunicações, assistente do Chefe
1970-73 Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo-Secretário
1973-76 Embaixada em Bogotá, Segundo e Primeiro-Secretário
1976-79 Embaixada em Nairobi, Primeiro-Secretário
1979-1981 Departamento da África, Ásia e Oceania, Assessor do Chefe
1980 Missão Especial precursora ao Zimbábue, Chefe de delegação
1981 Instituto Rio-Branco, Professor de Orientação Profissional
1981-85 Missão junto a ONU, Nova York, Conselheiro
1983 Reunião do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, (VII Relatório), Genebra, Chefe de delegação
1984 Representação Especial para Direitos Humanos em Nova York, Chefe do Escritório
1985-86 Gabinete do Ministro de Estado, Introdutor Diplomático
1986-91 Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
1991-93 Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral
1993-96 Departamento Consular e Jurídico, Chefe
1994 Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Portugal, Lisboa, Chefe de delegação
1994 Reunião para Negociação e Rubrica do Tratado de Extradicação com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Londres, Chefe de delegação
1994 Reunião para Negociação e Rubrica do Tratado de Extradicação com a França, Paris, Chefe de delegação
1994 Reunião para Negociação e Rubrica dos Acordos de Cooperação Judiciária em Matéria Civil e Penal com a França, Paris, Chefe de delegação
1995 VII Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Paraguai, Brasília, Chefe de delegação
1995 Reunião para Criação do Grupo Executivo para Documentação de Brasileiros no Paraguai, Assunção, Chefe de delegação
1995 Reunião do Grupo de Cooperação Consular Brasil-Bolívia, Santa Cruz de La Sierra, Chefe de delegação

- 1995 Reunião para Negociação e Rubrica do Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais com a Argentina, Buenos Aires, Chefe de delegação
- 1996 Reunião para Negociação e Rubrica do Acordo de Facilitação de Atividades Empresariais com o Uruguai, Montevideu, Chefe de delegação
- 1997 Gabinete do Ministro de Estado, Chefe de Gabinete
- 1999 Embaixada na Haia, Embaixador
- 1999-03 Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ), Haia, Representante Permanente
- 1999 Conselho da Corte Permanente de Arbitragem, Haia, Membro
- 1999 XV a XXXI Sessões do Conselho Executivo da Organização para Eliminação de Armas Químicas, Haia, Chefe da delegação (1999 a 2003)
- 1999 IV a VII Conferência dos Estados Partes da Convenção para Eliminação das Armas Químicas (CEPAQ), Haia, Chefe da delegação (1999 a 2003)
- 2001 1ª Conferência Especial dos Estados Partes da CEPAQ, Haia, Chefe da delegação
- 2001 Conferência de Direito Internacional Privado, Haia, Representante Permanente
- 2003-08 Embaixada em Praga, Embaixador
- 2008-10 Embaixada em Atenas, Embaixador
- 2010 Embaixador Extraordinário para Assuntos Migratórios
- 2011- Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo

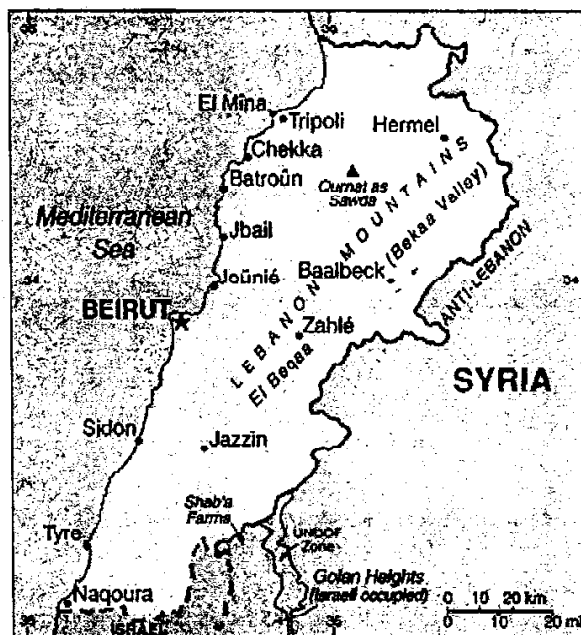
Condecorações:

- 1986 Ordem Militar de Cristo, Portugal, Grande Oficial
- 1996 Legion d'Honneur, França, Comendador
- 1997 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Grã-Cruz
- 1997 Ordem de São Miguel e São Jorge, Grã-Bretanha, KCMG
- 1998 Ordem de Rio Branco, Brasil, promoção a Grã-Cruz
- 1998 Ordem del Libertador San Martin, Argentina, Grã-Cruz
- 2003 Ordem de Orange-Nassau, Países Baixos, Grã-Cruz
- 2010 Ordem da Fênix, Grécia, Grã-Cruz



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
REPÚBLICA LIBANESA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012

Índice

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	8
Comunidade Brasileira no Líbano	10
Cooperação Bilateral	11
ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR	12
POLÍTICA INTERNA	14
Principais Temas da Política Libanesa	17
POLÍTICA EXTERNA	21
ANEXOS	27
Cronologia Histórica	27
Cronologia das Relações Bilaterais	28
Acordos Bilaterais	30
Principais Indicadores	32

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Libanesa
CAPITAL	Beirute
ÁREA	10.452 km ²
POPULAÇÃO (estimativa 2011)	4,3 milhões
IDIOMAS	Árabe (oficial), francês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	59,7% muçulmanos (xiitas, sunitas, drusos e outros), 39% cristãos (maronitas, gregos-ortodoxos e outros), 1,3% outros. ¹
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista de cunho confessional
CHEFE DE ESTADO	General Michel Sleiman (cristão maronita)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Najib Mikati (muçulmano sunita)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E EMIGRADOS	Adnan Mansur (muçulmano xiita)
PIB (2011) ²	US\$ 39,039 bilhões
PIB PER CAPITA (2011)	US\$ 9.862
PIB PPP (2011)	US\$ 61,444 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (2011)	US\$ 15.522
UNIDADE MONETÁRIA	Libra Libanesa (LBP)
CHEFE DA EMBAIXADA DO LÍBANO NO BRASIL	Secretário Jimmy Douaihy, Encarregado de Negócios, a. i.
EMBAIXADOR DO BRASIL NO LÍBANO	Embaixador Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ MI - FOB)³

Brasil ⇄ Líbano:	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan-mar)
Intercâmbio	100	129,8	185,2	240,9	327,3	312	245	305,2	67,7
Exportações	89,8	124,3	178,5	226	273,8	310,6	243,3	303,2	67,3
Importações	10,2	5,5	6,7	14,9	53,5	1,4	1,7	2,018	0,4
Saldo	79,6	118,8	171,8	211,1	220,3	309,2	241,6	301,2	66,9

¹ Fonte: CIA World Factbook, April, 2012.

² Fonte: Dados econômicos – Fundo Monetário Internacional – World Economic Outlook Database, April 2012.

³ Fonte: SECEX/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Michel Sleiman
Presidente da República
(*Amchit, 1948*)

Cristão maronita, formou-se segundo-tenente pela Academia Militar libanesa em 1970. Graduiu-se em Ciências Políticas e Administrativas pela Universidade Libanesa em 1980. Comandante do Exército libanês de 1998 a 2008, Sleiman é considerado líder forte e figura unificadora no atual contexto político local.

Tradicionalmente pró-Síria, no conturbado período compreendido entre o assassinato do ex-Primeiro-Ministro Rafiq Hariri e a sua posse como Presidente (2005-2008), Sleiman empregou sua liderança à frente do Exército na proteção da democracia libanesa. Foi peça-chave no processo que culminou com o fim da ocupação síria, em 2005. Sua reputação cresceu quando se recusou a empregar as forças sob o seu comando na dispersão de grande demonstração popular antissíria, ocorrida dias após o assassinato de Hariri.

Com a sua liderança, o Exército libanês logrou acalmar a violência sectária no país e passou a atuar em tradicionais redutos do Hezbollah, angariando aprovação recorde por parte da população. A atuação do Exército nesse período, principalmente com o combate à milícia Fatah Al-Islam, transformou o General Sleiman em figura política com envergadura para aspirar à Presidência do país.

Em maio de 2008, decisões controversas do Conselho de Ministros desencadeiam escalada de violência e radicalização da oposição armada, levadas a termo com solução de compromisso adotada em Doha. Graças ao Acordo de Doha, Sleiman sagrou-se Presidente e distendeu o fragmentado cenário político libanês.

Sleiman visitou o Brasil em 2010 quando se avistou com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o Senhor Vice-Presidente da República, na condição de Presidente da Câmara dos Deputados.

Najib Miqati
Primeiro-Ministro
(*Trípoli, 1955*)

Empresário e político, Miqati, muçulmano sunita, é graduado pela Universidade Americana de Beirute (AUB). Kursou mestrado em Administração de Negócios, também na AUB. É cofundador da MI Group, “holding” familiar com interesses em diversos setores, como telecomunicações, mercado imobiliário, financiamento de aeronaves, moda e energia.

Em 2000, foi eleito deputado por Trípoli, no norte do Líbano. Em abril de 2005, foi designado pelo Presidente Emile Lahoud para o cargo de Primeiro-Ministro, sucedendo a Omar Karame, que se viu forçado a deixar a chefia de Governo na esteira dos protestos que se seguiram ao atentado que vitimou o ex-Premiê Rafiq Hariri.

Ocupou, então, o cargo de Primeiro-Ministro por noventa dias, período durante o qual acompanhou as primeiras investigações locais e internacionais sobre o assassinato de Hariri e organizou as eleições parlamentares de maio de 2005, que resultaram na vitória da coalizão do “14 de março”. Em janeiro de 2011, após a renúncia de onze Ministros da oposição que levou à queda do Gabinete de Sa’ad Hariri, Najib Miqati foi designado Primeiro-Ministro e formou novo Governo em junho.

Miqati esteve em Brasília em 2005, como chefe da delegação libanesa à I Cúpula América do Sul-Países Árabes.

Adnan Mansur
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Emigrados
(*Borj El-Barajné, 1946*)

Muçulmano xiita, Adnan Mansour, Doutor em Ciências Políticas, formou-se em Ciências Administrativas e Políticas pela Université Saint-Joseph, em Beirute. Diplomata de carreira desde 1974, serviu em Cartum, Atenas, Melbourne e Alexandria.

Foi Embaixador em Kinshasa (1990-1994) e em Teerã (1999-2007). Entre 2007 e 2010, foi Embaixador na Bélgica e em Luxemburgo, além de Chefe da Missão libanesa junto às Comunidades Europeias e Coordenador do Líbano na União para o Mediterrâneo.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relações políticas e encontros entre altas autoridades

O relacionamento político bilateral tem sido correto e cordial, desprovido de contenciosos de qualquer natureza. As relações diplomáticas remontam a 1920, ano em que o Brasil instalou Consulado em Beirute. Os primeiros contatos datam do século XIX, quando D. Pedro II realizou visita de caráter privado ao Oriente Médio, em 1876, passando diversas cidades do Líbano.

Em 1944, o Governo brasileiro reconheceu a independência do Líbano e, em 1946, acreditou Ministro Plenipotenciário junto ao Governo libanês. O primeiro mandatário libanês a vir ao Brasil foi o Presidente Camille Chamoun, em 1954. Nessa ocasião, a Legação libanesa foi elevada à categoria de Embaixada.

Devido à numerosa comunidade de libaneses e descendentes instalada no Brasil, é prática dos Chefes de Estado do Líbano visitar o País. Em 1997, foi a vez do Presidente Elias Hraoui, acompanhado de numerosa comitiva, em périplo que contemplou Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Foz do Iguaçu e Fortaleza.

O ex-Primeiro Ministro Rafiq Hariri visitou o Brasil em duas ocasiões, em 1995 e 2003, acompanhado de numerosa comitiva governamental e empresarial. O Presidente Émile Lahoud, antecessor do atual Presidente, também visitou oficialmente o Brasil, em 2004. Em novembro de 2005, o então Deputado e posteriormente Primeiro-Ministro Saad Hariri (filho de Rafik Hariri) visitou Brasília, São Paulo e Foz do Iguaçu, tendo sido recebido, na ocasião, pelo Senhor Presidente da República e pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Em dezembro de 2003, ainda em seu primeiro ano de mandato, o Presidente Lula realizou histórica visita ao Líbano. Acompanhado do Ministro Celso Amorim, o Presidente da República avistou-se com seu homólogo, Emile Lahoud, com o Primeiro Ministro Rafiq Hariri, e com Nabih Berry, Presidente da Assembleia Nacional Libanesa, onde o Presidente Lula proferiu discurso em sessão plenária, antes de se encontrar com representantes da comunidade brasileira no Líbano.

Após a viagem do Presidente Lula, o então Chanceler Celso Amorim voltaria ao Líbano em duas ocasiões: em fevereiro de 2005 e agosto de 2006. Nesta última ocasião, o Ministro de Estado foi a segunda autoridade estrangeira a chegar ao Líbano após o final das hostilidades com Israel, dois dias após o cessar-fogo estabelecido pela Resolução 1701 (2006).

Em setembro de 2008, os Presidentes Lula e Sleiman encontraram-se em Nova York, à margem da 63ª AGNU, ocasião em que o Chefe de Estado libanês foi convidado a visitar o Brasil. Voltaram a se avistar em março de 2009, em Doha, por ocasião da II Cúpula ASPA, quando Sleiman manifestou interesse em atender ao convite do Presidente brasileiro.

Entre os dias 21 e 26 de abril de 2010, o Presidente Sleiman, realizou visita de Estado ao Brasil. Sua vinda coincidiu com as comemorações dos 130 anos da imigração árabe para o Brasil. Em Brasília, o Presidente libanês manteve reunião com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e foi recebido pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a agenda do Presidente Sleiman contemplou encontros com autoridades locais e com representantes da comunidade libanesa.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores manteve reunião com o Ministro de Negócios Estrangeiros do Líbano, Adnan Mansur, em 24 de setembro de 2011, à margem da 66ª AGNU. Os principais temas discutidos consistiram no pedido palestino de admissão nas Nações Unidas e a situação na Síria. Mansur sublinhou a credibilidade que o Brasil possui junto ao mundo árabe, inclusive em razão do apoio ao pleito palestino por reconhecimento internacional e admissão nas Nações Unidas. Comentou os laços que unem o Brasil à região, em particular a numerosa população brasileira de origem libanesa e síria. Acrescentou, ainda, que o Brasil desempenha papel político e econômico fundamental e preponderante no mundo. O Senhor Ministro de Estado realçou o desejo brasileiro de aprofundar as relações econômicas com o mundo árabe e destacou as oportunidades abertas pela cúpula ASPA e a intensificação de rotas aéreas diretas entre o Brasil e países do Oriente Médio.

O Vice-Presidente Michel Temer, acompanhado de comitiva de parlamentares e empresários, cumpriu extenso programa de contatos durante sua visita ao Líbano, de 18 a 22 de novembro de 2011, ocasião na qual participaram de aproximadamente 15 eventos, entre os quais inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano, a cerimônia de recebimento da Fragata “União” e o desfile militar em comemoração da Data de Independência libanesa. Encontrou-se com as mais altas autoridades libanesas, entre elas o Presidente Michel Sleiman, o Primeiro-Ministro Nagib Mikati e o Presidente da Assembléia Nacional libanesa, Nabih Berry. A extensa e diversificada programação realizada e a importância atribuída pelas autoridades libanesas à visita do Senhor VPR atestam o importante papel que o Brasil vem desempenhando no Oriente Médio, ao ser interlocutor reconhecido e apreciado por sua isenção e verdadeiro interesse na pacificação regional. O envio de fragata para compor o componente marítimo da UNIFIL, o convite para participar da Parada Nacional por ocasião da Data Nacional do Líbano como convidado de

honra, os encontros com as mais altas autoridades libanesas e a inauguração do primeiro Centro Cultural no exterior durante o Governo da Presidenta Dilma Rousseff são testemunhas da vontade dos dois países de estreitarem ainda mais seus laços históricos.

O Ministro de Estado da Defesa, Celso Amorim, realizou visita ao Líbano de 19 a 21 de maio. Na ocasião, integrou as cerimônias organizadas pelo Contra-Almirante Wagner Zamith (Comandante da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL) para marcar a substituição, da fragata "União" pela "Liberal", como nau-capitã da força. Manteve encontros com o Presidente da República, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Emigrados e com o Comandante do Exército, General Jean Kahwaji; com o Ministro da Defesa Fayez Ghosn; e com o Presidente do Parlamento, Nabih Berry. Entre os assuntos tratados durante os encontros estiveram a possibilidade de adensamento da cooperação militar e de criação de Adidância em Beirute, e as possíveis visitas ao Brasil do Ministro da Defesa, ao Comandante do Exército; e reiterado convite para que a Presidenta Dilma Rousseff visite o Líbano.

Comunidade libanesa no Brasil

A partir da segunda metade do século XIX, expressiva quantidade de libaneses (então sob o domínio otomano) emigrou para o Brasil. Hoje, encontra-se no Brasil a mais numerosa comunidade de origem libanesa em todo o mundo, estimada entre 7 e 10 milhões de pessoas.

Além do serviço consular de sua Embaixada em Brasília, a República Libanesa mantém dois Consulados-Gerais no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro) e dois consulados honorários, em Curitiba e Porto Alegre.

COMUNIDADE BRASILEIRA NO LÍBANO

A comunidade no Líbano é estimada em cerca de 10 mil brasileiros, em sua maioria descendentes de libaneses que emigraram para o Brasil ao longo do século XX. A grande maioria está bem integrada à sociedade libanesa e domina o idioma árabe. Segundo estudiosos da comunidade estabelecida no Líbano, o número de brasileiros sem a dupla cidadania equivaleria a, no máximo, cerca de duas centenas, grupo este composto por cônjuges de nacionais libaneses e alguns funcionários de empresas multinacionais e/ou funcionários de organismos internacionais.

Embora os brasileiros se encontrem distribuídos em quase todo o território libanês, a maioria dos integrantes da comunidade vive na região do Vale do Bekaa (leste do país) e está empregada nos setores agrícola e de serviços. Destacam-se, nesse sentido, os diversos consulados itinerantes

realizados nessa área e que têm como objetivo levar à comunidade brasileira, que não pode se deslocar até Beirute, os serviços consulares.

A rede consular brasileira no Líbano consiste no Consulado-Geral do Brasil em Beirute, inaugurado em fevereiro de 2006, com jurisdição consular sobre todo o território. No momento, o Consulado-Honorário do Brasil em Kab Elias (no Vale do Bekaa) está em fase de instalação. A Cônsul-Honorária designada, Sra. Siham Harati, é membro do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE).

As principais questões consulares envolvem abdução de menores brasileiros, frutos de relacionamentos entre brasileiras e libaneses, pelos seus genitores oriundos do Líbano. Essas questões são acompanhadas e apoiadas pelo Consulado-Geral em Beirute.

Em novembro de 2009, foi criado o Conselho de Cidadãos Brasileiros no Líbano, responsável pela formulação de diversas iniciativas culturais e educacionais que beneficiam a comunidade nacional naquele país, destacando-se o Projeto Alecrim, que visa a manter as crianças brasileiras em contato com a língua portuguesa e com elementos do folclore brasileiro.

Evacuação de brasileiros do Líbano em 2006

No curso do conflito entre Israel e as forças do Hezbollah, em julho/agosto de 2006, o Governo brasileiro, que apoiou todas as iniciativas diplomáticas para a obtenção de cessar-fogo, viu-se obrigado a planejar e executar, em caráter emergencial, ampla operação de evacuação de nacionais brasileiros do Líbano. Essa operação possibilitou a retirada exitosa das zonas de conflito no Líbano de aproximadamente 4.510 brasileiros, além de nacionais de outros países da América Latina. O conflito, além de destruir parte significativa da infraestrutura do sul do Líbano, resultou na morte de mais de mil libaneses e nove brasileiros, entre eles três crianças.

Em 15 de agosto de 2006, apenas dois dias após a entrada em vigor do cessar-fogo, o então Ministro Celso Amorim realizou visita a Beirute, a fim de transmitir a solidariedade brasileira ao Governo e ao povo do Líbano e reiterar o compromisso do Brasil de participar do esforço da comunidade internacional para a reconstrução do país. Nessa ocasião, foram doados pelo Governo brasileiro medicamentos para o atendimento de necessidades emergenciais.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Cooperação militar

Em junho de 2011, foi formulada proposta de criação de uma adidância militar em Beirute. O objetivo é atender a solicitações do Governo libanês para a colaboração no sentido de fortalecer as Forças Armadas locais. Representaria mais uma demonstração da disposição do Brasil em contribuir para a consolidação do Estado libanês, no contexto da liderança brasileira na UNIFIL e do crescente envolvimento do país nas questões sobre o Oriente Médio. Eventual criação de adidância permitiria vislumbrar possibilidades de cooperação na área científica e tecnológica da defesa, mormente em engenharia e armamentos leves, podendo o Líbano vir a se constituir em interessante mercado regional para a indústria brasileira de defesa. Até o presente, não houve decisão sobre o estabelecimento da adidância.

A Marinha libanesa tem manifestado interesse em adquirir lanchas e navios-patrolha da empresa brasileira ENGEPRON, para patrulhamento de águas territoriais, como parte de estratégia ampla de renovação da força marítima libanesa. O tema da segurança marítima tem ganhado realce no Líbano com a descoberta de reservas de gás e petróleo em sua zona econômica exclusiva. O Líbano, em grande medida dependente do auxílio estrangeiro para aparelhar suas forças armadas, tem buscado diversificar seus parceiros e fornecedores de meios militares, com vistas a superar limitações impostas pelas peculiaridades políticas regionais e internas.

ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR

O Líbano possui território de 10.452 km², com cerca de 4,3 milhões de habitantes e PIB de US\$ 39 bilhões e com crescimento da renda nacional da ordem 8,5% em 2009, 7% em 2010 e 1,5% (estimativa) em 2011. Trata-se de um país de modestas dimensões, de economia majoritariamente terciária, importador por excelência, com déficit crônico da balança comercial, compensado por superávits na conta capital e financeira, que resultam tradicionalmente em superávits no balanço de pagamentos. A economia local tem-se mostrado resistente aos impactos da crise financeira de 2008/2009, com crescimentos significativos em 2009 e 2010, mas a instabilidade política regional, principalmente a crise Síria, pode afetar o delicado equilíbrio de forças da política libanesa, fundamental para a prosperidade de sua economia.

O volume das importações totais do Líbano atingiu US\$ 20,2 bilhões em 2011, valor 12,2% superior ao de 2010. O aumento deveu-se principalmente ao maior preço internacional do petróleo (o Líbano depende

das importações para quase todo seu consumo de energia). As receitas de exportação, em 2011, somaram US\$ 4,27 bilhões, um crescimento de apenas 0,3% em relação a 2010, o que resultou em expressivo déficit comercial de US\$ 15,9 bilhões.

A relações comerciais entre Brasil e Líbano são condicionadas pelas dimensões do mercado libanês e pela tendência importadora de sua economia. O Brasil é tradicionalmente superavitário no intercâmbio bilateral. Em 2011, as exportações brasileiras somaram US\$ 303 milhões, ao passo que as exportações libanesas atingiram a cifra de US\$ 2 milhões, proporcionando ao Brasil um superávit de US\$ 301 milhões (cerca de 98,7% da corrente total de comércio).

Entre 2004 e 2011, as exportações brasileiras cresceram 339%. O total do intercâmbio bilateral mais do que triplicou no mesmo período, crescendo de US\$ 100 milhões em 2004 para US\$ 305 milhões em 2011. As exportações brasileiras para o Líbano continuam a ter pouca expressividade relativa na participação das exportações brasileiras para o Oriente Médio – representam não mais do que 2% do total.

Os principais produtos brasileiros exportados para Líbano são café não torrado (NCM 09011110), carnes desossadas de bovino (NCM 02013000) e gado vivo (NCM 01029000). O Líbano exporta principalmente “preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas” (NCM 20081900) e monofilamentos de plásticos (NCM 39169010). O Líbano é um dos principais compradores mundiais de alguns produtos brasileiros: segundo maior comprador de gado em pé, décimo maior comprador de carne bovina “in natura” e terceiro maior comprador de castanha de caju.

Segundo dados do Banco Central, os investimentos libaneses no Brasil (Investimento Estrangeiro Direto – IED) somaram US\$ 2,22 milhões em 2007, US\$ 3,49 milhões em 2008 e US\$ 0,7 milhão em 2009. O Banco Central não possui registro de investimentos diretos brasileiros no Líbano. Ao menos três empresas brasileiras, no entanto, estão presentes naquele país: a fabricante de sapatos Dumond, do grupo Paquetá, e os frigoríficos Sadia e Minerva, que mantêm representantes comerciais em Beirute. A Embaixada do Brasil em Beirute identificou os seguintes setores como promissores para investimentos brasileiros: energia elétrica, petróleo e gás (prospecção e exploração), construção civil e agroalimentar.

À luz das recentes descobertas de jazidas de hidrocarbonetos na Bacia do Levante, empresas brasileiras como a Petrobrás mostraram-se interessadas no setor de petróleo e gás libanês. Esteve em Beirute, em março de 2012, missão de alto nível da Petrobrás, com o objetivo de dar seguimento às análises de viabilidade técnico-econômica dos potenciais investimentos no mar territorial libanês. Recorde-se que a área onde

residiriam as jazidas de gás ainda está em litígio entre Líbano, Israel e Chipre.

De acordo com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, não há registro de crédito oficial brasileiro para tomador soberano do Líbano.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há empréstimos e financiamentos oficiais entre o Brasil e o Líbano.

POLÍTICA INTERNA

Evolução histórica

Desde sua independência, em 1943, o Líbano reflete, no quadro político-institucional, a diversidade religiosa de sua população. No país, o sectarismo define não apenas a composição do Parlamento, mas também a indicação de seus principais mandatários: O Presidente da República deve ser cristão maronita, o Primeiro-Ministro, muçulmano sunita, e o Presidente da Assembleia Nacional, muçulmano xiita.

Em razão da aplicação do critério confessional na definição dos principais cargos públicos libaneses, a apuração da efetiva composição demográfica do país é tema de extrema sensibilidade. Desde a independência, nenhum censo foi realizado no país — o mais recente data de 1932, quando a população libanesa, de acordo com o levantamento, era composta por 54% de cristãos (aproximadamente a metade deles constituída de maronitas) e 46% de muçulmanos (divididos, quase que igualmente, entre sunitas e xiitas, destacando-se, dentre as minorias, os drusos). Além do fator demográfico, a primazia dos maronitas no cenário econômico-social libanês, à época, foi elemento determinante para a concessão de privilégios aos cristãos na conformação do quadro político.

A subrepresentação da comunidade muçulmana na política interna foi uma das principais razões da eclosão da Guerra Civil libanesa — fruto, também, da desestabilização promovida pelo influxo ao Líbano de milhares de integrantes da OLP e de outros grupos palestinos, expulsos da Jordânia no episódio conhecido como “Setembro Negro” (1970). A Guerra assolou o país por 15 anos (1975 a 1990), opondo cristãos a muçulmanos e as facções internas de cada uma das confissões entre si.

Ao final da Guerra Civil, em 1989, os Acordos de Taef levaram à reestruturação do Estado libanês, mantendo, no entanto, o caráter confessional da política interna: a proporção entre cristãos e muçulmanos na Assembléia Nacional passou a ser paritária, extinguiram-se quotas confessionais em diversos órgãos do serviço público e reduziram-se os poderes do Presidente da República (cristão), em proveito das atribuições do Primeiro-Ministro e do Presidente da Assembléia Nacional (muçulmanos sunita e xiita, respectivamente). Previu-se, ainda, o desarmamento de todas as milícias libanesas — ditame que o Hezbollah, que assumia o protagonismo da representação xiita no Líbano, não respeitou, sob o argumento de que é uma “força de resistência” a Israel.

Especula-se que, hoje, cerca de dois terços da população libanesa professam o islamismo (a maioria pertenceria à vertente xiita), enquanto o terço restante professa o cristianismo, em diversos ritos (maronita, grego-ortodoxo, grego-católico, armênio-ortodoxo, armênio-católico). Dentre as minorias religiosas, a comunidade drusa merece menção. Ademais, vivem em território libanês na condição de refugiados aproximadamente 427 mil palestinos.

Antecedentes

Em setembro de 2004, o Parlamento libanês aprovou a adoção de emenda à Constituição, permitindo a continuidade de Emile Lahoud, político pró-sírio, na Presidência da República. Na ocasião, o então Primeiro-Ministro Rafiq Hariri desgastou-se enormemente opondo-se à iniciativa, o que levou a sua renúncia, no mês seguinte. Em fevereiro de 2005, o ex-Premiê foi assassinado, junto com 22 pessoas, em ataque perpetrado contra seu veículo.

O assassinato do ex-Primeiro-Ministro e as suspeitas de participação da Síria no atentado deram vazão a intensa comoção popular no Líbano. A chamada “Revolução do Cedro” culminou com a retirada das tropas sírias do país. Rafiq Hariri, muçulmano sunita e líder do Partido Futuro, era um dos políticos mais importantes do país e talvez o principal responsável pela estabilização do Líbano — foi um dos patrocinadores de Taef — e pela reconstrução de Beirute, a cargo da empresa Solidère, de sua propriedade.

Com o fim da presença síria no Líbano, houve um realinhamento das forças políticas em duas coalizões: a “8 de março” (favorável à Síria e próxima do Irã) e a “14 de março” (pró-ocidental e mais ligada à Arábia Saudita). A coalizão “14 de março”, liderada pelo Movimento Futuro, agremiação política de Saad Hariri (filho de Rafiq), saiu vitoriosa nas eleições legislativas de 2005. Após o resultado eleitoral, tiveram início manifestações políticas e populares em Beirute, capitaneadas pelo “8 de março”. Com o passar dos meses, houve acirramento da situação, gerando

o bloqueio da sucessão presidencial: o mandato de Émile Lahoud chegava ao fim em novembro de 2007. A situação conduziu o Líbano à iminência de nova guerra civil.

Por sua vez, o Hezbollah, membro da oposição no Conselho de Ministros, estava descontente com o papel que lhe cabia. Também contrariou o Partido de Deus a decisão do Governo de dismantelar sua rede de telecomunicações clandestina e de restringir o controle que exercia sobre o aeroporto de Beirute, com o apoio do Amal (também xiita) e do Movimento Patriótico Livre, do General Michel Aoun (cristão). O Hezbollah voltou suas armas em direção a Beirute, em maio de 2008, confrontando os governistas do Movimento Futuro (sunita) e do Partido Socialista Progressista (druso).

O Acordo de Doha de 21 de maio de 2008, assinado pelas principais facções libanesas, evitou que o dissenso político e os choques armados viessem a se converter em uma nova guerra civil. O acordo pode ser considerado uma vitória do Hezbollah, que demonstrou incontestável superioridade militar no curso das escaramuças armadas. O Partido de Deus conseguiu que a oposição obtivesse o chamado “terço de bloqueio” no Conselho de Ministros (11 das 30 cadeiras) além de manter suas armas, sua rede particular de comunicações e a ingerência sobre o aeroporto de Beirute. O Acordo de Doha permitiu, ademais, que o General Michel Sleiman, nome de consenso, assumisse a Presidência do Líbano.

As eleições legislativas de 2009 contemplaram nova vitória da coalizão “14 de Março”. Incumbido pelo Presidente Sleiman de formar o novo Governo do país, Saad Hariri encontrou grandes dificuldades para estabelecer um Governo de União Nacional que contemplasse também a oposição. Após meses de negociações, acordou-se que o Conselho de Ministro seria composto pela fórmula “15+10+5” (quinze Ministros do “14 de março”, dez Ministros do “8 de março” e cinco Ministros indicados pelo Presidente), chegando-se a um acordo entre os dois principais blocos políticos libaneses. Saad Hariri assumiu a Chefia de Governo do Líbano em novembro de 2009.

Cenário atual

Em janeiro de 2011, a renúncia de dez ministros da coalizão “8 de Março” e a do Ministro Adnan Sayyed Hussein, que havia sido nomeado pelo Presidente Michel Sleiman, levou à queda do Governo de Saad Hariri. Segundo a Constituição libanesa, uma das circunstâncias previstas para a dissolução do Governo ocorre quando mais de um terço do Conselho de Ministros afasta-se do cargo. A justificativa para as renúncias consistiu no trabalho do Tribunal Especial para o Líbano que, se especulava (com razão,

como seria confirmado meses depois), denunciaria indivíduos ligados ao Hezbollah pelo atentado que vitimou o Rafiq Hariri.

Em 25 de janeiro, após dois dias de consultas parlamentares, o Presidente Michel Sleiman designou o sunita Najib Mikati para formar novo Governo. O Primeiro-Ministro designado venceu por 68 votos a 60 a disputa contra Saad Hariri. O resultado das consultas representou um fortalecimento dos xiitas e de seus aliados do “8 de março”, em detrimento dos sunitas e do “14 de março”, alterando o jogo político libanês.

Após meses de difíceis negociações, foi anunciada, em 13 de junho de 2011, a composição do novo Gabinete, formado por trinta ministros, inclusive os nomes do Primeiro-Ministro e do Vice-Primeiro-Ministro. Como prevê a Constituição, muçulmanos e cristãos dividem, paritariamente, os ministérios.

O voto de confiança, concedido pela Assembleia Nacional em 7 de julho, e a aprovação da Declaração Ministerial foram obtidos após três dias de acalorados debates, em que o Tribunal Especial para o Líbano (STL) figurou como principal tema.

PRINCIPAIS TEMAS DA POLÍTICA LIBANESA

Tribunal Especial para o Líbano

O Tribunal Especial para o Líbano (STL, na sigla em inglês) foi criado pela Resolução 1757 (2007) do CSNU, para investigar e processar, ao amparo da lei libanesa, os responsáveis pelo assassinato do ex-Primeiro-Ministro Rafiq Hariri. O Tribunal iniciou seus trabalhos em março de 2009. Em 30/6/2011, o STL expediu mandados de prisão de quatro acusados vinculadas ao Hezbollah. Embora crítico da atuação do STL e determinado a impedir a prisão dos indiciados (obrigação legal do Estado libanês), o Partido de Deus não tem tomado atitudes para desestabilizar o país.

O Tribunal teve seu mandato renovado por três anos, a partir de 1/3/2012, por troca de cartas entre o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Presidente do Conselho de Segurança (documentos S/2012/101 e S/2012/102). Em princípio de março, foi também indicado um novo promotor, o canadense Norman Farrell.

Embora a habilidade política do Primeiro-Ministro Mikati tenha permitido a superação das mais recentes crises relativas ao Tribunal (como a dívida já saldada de US\$ 33 milhões do governo libanês), o tema é ainda potencialmente controverso e pode ser parte de novas crises políticas no Líbano.

Diálogo nacional

Em 2006, por iniciativa do Presidente do Parlamento libanês, Nabih Berri, instalou-se no país o chamado “Diálogo Nacional”, instância supra-parlamentar de discussão congregando representantes de todas as correntes políticas e confessionais do Líbano, com vistas a debater os principais temas do cenário político interno e externo do país.

O Diálogo Nacional teve grande relevo por se tratar da primeira oportunidade, desde a eclosão da guerra civil libanesa, em 1975, de reunião das principais forças políticas libanesas, em seu território, sem pressões ou tutelas externas. Em fevereiro de 2010, o Presidente Sleiman anunciou nova composição da mesa do fórum, ampliando de 14 para 19 o número de participantes.

Desarmamento e desmobilização das milícias

Trata-se de exigência reiterada pela Resolução 1701 (2006) e de difícil exequibilidade, diante das incertezas do quadro político doméstico e regional. Esse tema está sendo considerado no âmbito do Diálogo Nacional, tanto na sua vertente palestina, quanto na dos grupos libaneses.

No caso dos palestinos, os campos de refugiados, exceto o de Nahr el-Bared, operam como enclaves autônomos dentro do Líbano, fora da jurisdição libanesa e, conseqüentemente, fora do alcance do aparato de segurança do país. Reconhecendo suas limitações, o Diálogo Nacional propôs que seja vedado aos grupos palestinos portar armas fora dos campos e que, dentro deles, suas lideranças velem pelo controle do armamento em circulação, mantenham a ordem e a lei, assim como ajudem as autoridades libanesas no combate ao crime organizado e ao terrorismo.

No caso dos grupos político-religiosos, todos contêm com milícias, com graus diferentes de treinamento e equipamento. O Governo libanês entende que o Hezbollah (cuja capacidade bélica supera a das Forças Armadas Libanesas) integra as “forças de resistência”, empenhadas em recuperar os territórios ocupados por Israel (as fazendas de Sheba’a e a parte norte do vilarejo de Ghajar).

O Diálogo Nacional está a braços com o desafio de articular uma política de defesa que abarque os três componentes responsáveis pela preservação da soberania, independência e integridade territorial do país (Forças Armadas, Resistência e População). As posições estão, entretanto, polarizadas, inviabilizando avanços na matéria: enquanto o “8 de março” defende a coexistência e coordenação entre o Exército e o Hezbollah, sem subordinação entre ambos, o “14 de março” advoga a integração do Hezbollah no Exército e sua subordinação ao Estado libanês.

Extensão da autoridade estatal sobre todo o território nacional

A busca da extensão da autoridade libanesa sobre seu território encontra-se em progresso, no ritmo possível. No Líbano, predominam o sectarismo e o regionalismo, em detrimento do Governo central. A lealdade dos indivíduos é devida mais aos respectivos grupos e poderes locais do que ao Estado propriamente dito, o que dificulta a extensão da autoridade estatal para além de presença de tropas do Exército no terreno.

As autoridades civis, policiais e militares estão-se firmando gradualmente, por meio de um processo de amadurecimento da identidade libanesa. Finalmente, a ausência de demarcação da fronteira com Israel e Síria, além da presença dos campos de refugiados e das bases palestinas na zona contígua à Síria, gera áreas nebulosas para o exercício da soberania.

Os temas das Fazendas de Sheba'a (22km²) e da porção norte da cidade de Ghajar tornaram-se dois dos mais conhecidos microconflitos dos quais se alimenta a tensão entre Líbano, Síria e Israel, com implicações sobre a extensão da autoridade estatal libanesa. A avaliação geral é de que a chave para a superação das controvérsias reside em Damasco, já que a Síria teria argumentos históricos para reivindicar os territórios em disputa.

Definição de fronteiras reconhecidas internacionalmente

Existe boa base de documentação para determinar o traçado da fronteira de 79km entre Líbano e Israel. Contudo, o Governo libanês condiciona a demarcação no terreno à celebração de um acordo de paz, no contexto de um acordo geral de paz entre Israel e seus vizinhos. A negociação bilateral é descartada por Beirute, embora seja algo desejado por Israel e pelos EUA. A avaliação local é que a "Primavera Árabe" deverá levar ao poder Governos árabes mais próximos da aspiração popular hostil a Israel, isolando cada vez mais Governo israelense na região.

O traçado de fronteira entre Líbano e Síria (de 375km) é mais complexo. No seguimento do estabelecimento de relações diplomáticas em 2008, os Governos criaram uma Comissão bilateral, que ainda não se reuniu.

Refugiados palestinos

A questão dos refugiados palestinos em território libanês — muitos deles há mais de 60 anos — é um dos principais problemas da política interna libanesa. Destacam-se três grandes levas de palestinos para o país: a) logo após a criação do Estado de Israel, em 1948; b) após a Guerra dos Seis Dias, em 1967; e c) na sequência da confrontação armada que opôs o Exército jordaniano às forças palestinas, associadas à OLP, em 1970 ("Setembro Negro"). Segundo dados da UNRWA (Agência das Nações

Unidas para Refugiados Palestinos), existem, atualmente, cerca de 427.000 refugiados palestinos no país, distribuídos em doze campos.

Embora não reconheça a existência de Israel, o Líbano não admite conceder sua nacionalidade aos refugiados palestinos. Essa política fundamenta-se em duas premissas: a) a de preservar o direito de retorno do povo palestino às áreas que ocupavam antes da criação de Israel, em 1948, e b) a de impedir que o grande contingente de refugiados palestinos (cerca de 10% dos habitantes do Líbano, na sua maioria muçulmanos sunitas) altere a composição demográfica libanesa, com graves reflexos para a divisão do poder.

Os campos de refugiados palestinos, que estiveram no centro de alguns dos principais embates da guerra civil libanesa (entre eles, Sabra e Chatila), permanecem como foco de constante tensão. Para o Governo libanês, afora a ameaça de instabilidade interna, a presença de palestinos agregaria elementos de tensão nas relações com Israel.

Os palestinos, especialmente os das facções radicais e a FPLP-CG, têm estado envolvidos em lançamentos de foguetes do sul do Líbano contra o norte de Israel. As retaliações israelenses dão-se na forma de tiros de artilharia e na manutenção de voos de reconhecimento, gerando acaloradas trocas de ameaças entre os dirigentes dos dois países. Tel Aviv está consciente de que as autoridades libanesas não abonam os ataques de foguetes, mas as considera responsáveis pelas ocorrências, por partirem de território libanês.

UNIFIL

A UNIFIL (“United Nations Interim Force in Lebanon”) foi estabelecida pela Resolução 425 (1978) do CSNU. Seu mandato original previa a) a certificação da retirada de tropas de Israel do território do Líbano; b) a assistência ao Governo libanês no exercício da autoridade estatal em todo o território sujeito a sua jurisdição; e c) a garantia da paz e da segurança no sul do Líbano.

A Resolução 1701 (2006), adotada após a campanha militar israelense contra o sul do Líbano, acrescentou ao mandato da Missão, entre outros aspectos, os de apoiar as Forças Armadas libanesas e auxiliar o Governo em matéria de segurança das fronteiras, com vistas a evitar o ingresso ilegal de armas ou materiais correlatos. O Conselho de Segurança também decidiu criar uma Força-Tarefa Marítima (MTF) como parte da UNIFIL, em atendimento a solicitação do Governo libanês.

Desde fevereiro de 2011, o Brasil comanda a MTF, primeiro com o Contra-Almirante Luiz Henrique Caroli e, desde fevereiro de 2012, com o Contra-Almirante Wagner Lopes de Moraes Zamith, acompanhados de oficiais e praças brasileiros. Em atenção a solicitação das Nações Unidas, a

Senhora Presidenta da República decidiu contribuir com fragata com helicóptero embarcado e até trezentos militares. O Congresso Nacional autorizou o envio. A fragata União atracou no porto de Beirute em 15 de novembro. Em 19 de maio, a União será substituída pela Liberal, como contribuição brasileira à Força-Tarefa Marítima da UNIFIL.

Soma-se a esse reforço militar a relevância das atribuições conferidas ao comandante brasileiro da MTF como ponto focal para as discussões entre Líbano e Israel sobre suas fronteiras marítimas. O exercício tem por objetivo estabelecer “medidas de segurança marítima” que visam a evitar a ocorrência de episódios de tensão entre os dois países.

Atuação libanesa no CSNU

O Líbano foi membro eletivo do Conselho de Segurança no biênio 2010-2011. Em fevereiro de 2011, a delegação libanesa reapresentou projeto de resolução, que havia sido circulado em dezembro de 2010, condenando a expansão dos assentamentos israelenses nos territórios ocupados após a guerra de 1967. O texto, que contou com o co-patrocínio brasileiro, recebeu voto favorável de 14 dos 15 membros do CSNU, mas foi vetado pelos EUA.

O Líbano ocupou a presidência do CSNU em setembro de 2011, mês em que a Palestina apresentou seu pedido de admissão como membro das Nações Unidas.

POSIÇÃO EXTERNA

A política externa libanesa norteia-se a) pela necessidade de manutenção do equilíbrio entre os agrupamentos religiosos que compõem o espectro político nacional e b) por constrangimentos regionais, que colocam o país na encruzilhada de interesses de forças político-militares importantes e antagônicas no Oriente Médio: Síria e Israel.

A atuação exterior de Beirute baseia-se, principalmente, a) no esforço de acomodação, no plano regional, de interesses frequentemente em contradição ao papel hegemônico que a Síria tradicionalmente busca desempenhar; b) na potencial fonte de conflito que representa a presença de mais de 427 mil refugiados palestinos, tanto por ameaçar o delicado equilíbrio confessional, quanto por atrair a indesejada atenção de Israel sobre o país; e c) na resistência oferecida pelo Hezbollah a Israel, que ocupa, ainda, a parte norte da vila de Ghajar e as Fazendas de Sheba'a (estas últimas reclamadas pelo Líbano).

O papel hegemônico da Síria

As atuais fronteiras do território libanês correspondem a uma estreita faixa litorânea, onde se localizam as principais cidades, e duas cadeias montanhosas, no meio das quais está o Vale do Bekaa.

Após a Primeira Guerra Mundial, um Reino Árabe da Síria foi criado sob o comando de Damasco (1920) e, ainda que tenha durado pouco mais de quatro meses, destacou-se como o primeiro Estado árabe moderno. A ideologia pan-arabista, que deitaria profundas raízes ao longo do século XX, espelha-se, em grande medida, nessa experiência pan-levantina do entreguerras. A constituição dos mandatos francês e britânico pôs fim, entretanto, às aspirações maximalistas de uma Grande Síria.

Sob o mandato francês (1920-1946), os territórios que hoje correspondem a Líbano, Síria e à província turca de Hatay foram divididos em seis unidades administrativas. Três delas foram largamente baseadas em divisões confessionais: Estado do Grande Líbano, majoritariamente cristão; Estado Alauíta e Estado Jabal Druz, druso. As demais (Estado de Alepo, Estado de Damasco e “sanjak” de Alexandretta) eram religiosamente mais fragmentadas: embora habitadas majoritariamente por sunitas, incluíam importantes comunidades cristãs e judaicas, além de minorias curdas, armênias e assírias.

A formação territorial libanesa ocorreu, portanto, em paralelo ao estabelecimento de um Estado sírio que, em sua gestação durante o mandato francês, absorveu as demais divisões administrativas, sob a hegemonia de Damasco. Apenas o “Grande Líbano”, transformado em República Libanesa em 1943, logrou manter sua integridade territorial após a retirada das tropas francesas três anos depois, forjando sua identidade nacional separadamente à do vizinho sírio. No entanto, Damasco sempre considerou os Estados levantinos territórios perdidos em razão da ingerência internacional. Tal percepção aprofundar-se-ia com a assunção do regime ba’athista em Damasco (1963), de cunho pan-árabe.

Em 1976, um ano após a deflagração da guerra civil libanesa, tropas sírias intervieram no Líbano, alegadamente para restabelecer a paz no país. Os Acordos de Taef (1989), que permitiram o fim do confronto, conferiram à Síria o papel de garantidora da estabilidade libanesa. O regime sírio, que manteria suas tropas em território libanês por mais quinze anos, chegava ao auge de sua ingerência sobre o Líbano.

Em 2005, a alegada participação de Damasco no assassinato do ex-Primeiro Ministro Rafiq Hariri, um dos principais responsáveis pela reconstrução de Beirute e opositor da presença síria no país, deflagrou a “Revolução do Cedro”. Intensas manifestações populares clamavam pela retirada das tropas sírias, já estipulada pela Resolução 1559 (2004) do

CSNU. A pressão internacional e o clamor popular levaram Damasco a retirar seus militares do país vizinho.

A saída das tropas não encerrou, contudo, a influência de Damasco sobre a política libanesa. Os integrantes da coalizão “8 de março”, composta, principalmente, pelos grupos xiitas Hezbollah e Amal, atualmente no poder, opunham-se à saída do Exército sírio e são tradicionais defensores do alinhamento entre os dois países.

Cabe destacar que Líbano e Síria estabeleceram relações diplomáticas apenas em 2008, com troca de Embaixadores no ano seguinte.

Posição libanesa em relação à crise síria

Com a eclosão da crise no país vizinho, o risco de a deterioração do quadro político resultar em catástrofe humanitária com perseguições sectárias tem levado todos os grupos libaneses a se posicionarem de forma cautelosa, quando não abertamente favorável à manutenção do regime ba'athista em Damasco.

A presença do Líbano no Conselho de Segurança no biênio 2010-11 coincidiu com a eclosão da “Primavera Árabe”. Sua atuação no tratamento da questão síria tem-se caracterizado por posições moderadas, que, ao mesmo tempo, reconhecem a gravidade da crise no país e traduzem o receio de que um ativismo internacional desmesurado leve ao transbordamento da instabilidade até o Líbano. Seu posicionamento tem-se aproximado ao dos países BRICS no tratamento da crise política de Damasco.

Em 4 de outubro de 2011, sessão do CSNU considerou projeto de resolução de autoria européia sobre a Síria (Líbano e Brasil se abstiveram, China e Rússia votaram contra). Nas votações da Liga dos Estados Árabes (LEA) sobre a crise síria, o Líbano tem votado contra medidas críticas ao Governo de Bashar El-Assad ou se absteve.

O influxo de refugiados sírios preocupa particularmente o Líbano, dadas suas potenciais repercussões políticas e econômicas. Calcula-se em cerca de 20 mil o número de sírios que pediram refúgio no Líbano, distribuídos principalmente no norte do país e no Vale do Bekaa. Os refugiados podem contribuir para desestabilizar o quadro político libanês, e já houve atritos na fronteira. Ademais, representam um ônus considerável para o Governo do Líbano.

A questão palestina e a ocupação israelense

A criação do Estado de Israel, em 1948, teve reflexos diretos na sociedade libanesa, em razão do intenso fluxo de refugiados palestinos que ocorreu ao Líbano, intensificado em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, e

em 1970, na esteira do “Setembro Negro”, na Jordânia. Uma das principais preocupações das autoridades libanesas é de que a solução do conflito israelo-palestino seja realizada “às custas do Líbano”, ao se contemplar, eventualmente, a alocação definitiva dos refugiados em território libanês, o que ameaçaria o delicado equilíbrio confessional no país.

A utilização do território libanês por milícias palestinas como base de ataques contra o norte de Israel deu azo à invasão israelense em 1982. A ocupação logrou expulsar a OLP, então sediada em Beirute, e travou combates contra forças sírias estacionadas no país. Na ocasião, teve lugar o massacre de Sabra e Shatila, campos de refugiados palestinos invadidos por milícias cristãs, enquanto estavam cercados por Israel. Tropas israelenses permaneceram estacionadas no sul do Líbano (do rio Litani até a fronteira entre os dois países, onde estabeleceu “zona de segurança”), até 2000. A ocupação fomentou o surgimento de grupos paramilitares de resistência ao longo dos anos 1980, inclusive o Hezbollah, principal agremiação política da atualidade.

O Partido de Deus foi o único grupo paramilitar não palestino abertamente autorizado a reter suas armas após os Acordos de Taef, sob o argumento de opor resistência à ocupação israelense. A vertente militar do Hezbollah é considerada uma das principais preocupações de Israel.

Em julho de 2006, após a intensificação do lançamento de mísseis pelo Hezbollah contra cidades do norte de Israel e na sequência de ataque lançado contra comboio israelense, Tel Aviv lançou ofensiva militar contra o Líbano, causando milhares de mortes e a destruição da infraestrutura de cidades na região meridional do país. O conflito foi encerrado com a adoção da Resolução 1701 (2006) do CSNU, que ampliou a ação da UNIFIL no sul do Líbano.

Mesmo após o anúncio da retirada total de suas tropas do Líbano (2000), Israel segue ocupando as Fazendas de Sheba’a, território internacionalmente atribuído à Síria, mas que, em razão da falta de delimitação da fronteira sírio-libanesa, pode ser eventualmente considerado libanês. A manutenção de sua presença também na parte norte do vilarejo de Ghajar constitui violação à Resolução 1701 (2006), por envolver a ocupação de área do lado libanês da “Linha Azul”. Cabe notar que os habitantes do vilarejo são muçulmanos alauítas e preferiam permanecer israelenses ou, alternativamente, tornar-se sírios.

Em 2007, novo conflito envolvendo refugiados palestinos eclodiu no Líbano. A atuação do grupo “Fatah Al-Islam” no campo de Nahr El-Bared levou à intervenção do Exército libanês, que não pôde manter o compromisso de não ingressar nos campos de refugiados.

O protagonismo iraniano

Teerã admite apenas prestar “apoio político e espiritual” ao Hezbollah. O Irã estaria envolvido na retomada das obras assistenciais do Hezbollah no Líbano, financiando, especialmente, a reconstrução de escolas, mesquitas e hospitais mantidos pelo Partido no sul do país. Há suspeitas, no entanto, de que o Irã se utilizaria de conexão síria para enviar armamento e transportar consultores militares para o Sul do Líbano. Cogita-se que tal apoio constituiria elemento fundamental da política iraniana em relação ao Líbano.

O alegado apoio prestado por Teerã constituiria um dos principais fatores para contribuir com o fortalecimento bélico, financeiro e político do Partido de Deus no Líbano. A oposição que o Hezbollah faz a Israel e, indiretamente, à Arábia Saudita, coincide com os interesses regionais iranianos:

O contraponto saudita

Nas últimas duas décadas — especialmente desde os Acordos de Taef —, a Arábia Saudita tem participado ativamente das tentativas de estabilização política do Líbano. Essa atuação responde, em linhas gerais, ao interesse saudita de elevar seu protagonismo regional, do qual também é exemplo a “Iniciativa Árabe de Paz” para o conflito israelo-palestino, e de ampliar a influência sunita no Oriente Médio, em detrimento do protagonismo iraniano.

Riade empenhou-se ativamente na busca de uma solução para a guerra civil no Líbano e patrocinou o Acordo de Taef, tornando-se, assim, subscritora do papel da Síria na garantia da segurança libanesa. Em 2005, o assassinato de Rafiq Hariri — com quem a Arábia Saudita mantinha fortes laços econômicos, financeiros e políticos — abalou, de início, a influência saudita sobre o Líbano. Em um segundo momento o episódio determinou a retirada das tropas sírias do país, constituindo uma janela de oportunidade para que o Governo saudita recuperasse seu prestígio em Beirute.

Em julho de 2006, a Arábia Saudita foi o único país árabe a criticar publicamente a ação do Hezbollah contra Israel, ao passo que a Síria declarou apoio aos ataques realizados pelo grupo. Encerradas as confrontações militares, Riade destinou US\$ 500 milhões para a reconstrução do Líbano e US\$ 1 bilhão ao Banco Central libanês para apoiar a economia da nação.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1920 – Conferência de San Remo confere à França mandato sobre a Síria e o Líbano.
1926 – Promulgada a Constituição libanesa.
1936 – Assinado o Tratado de Independência do Líbano.
1943 – Parlamento libanês estipula o fim do mandato francês e firma o Pacto Nacional, acordo de divisão de poder entre cristãos e muçulmanos.
1948 – Líbano participa da coalizão árabe na Guerra de Independência de Israel.
1949 – Assinado armistício com Israel.
1958 – Conflito armado interno e intervenção americana.
1968 – Comandos palestinos entram no Líbano; Israel ataca o aeroporto de Beirute.
1969 – Forças de segurança abrem fogo contra manifestantes favoráveis à OLP.
1969 – Assinado o Acordo do Cairo entre o Governo libanês e a OLP.
1970 – Refugiados palestinos migram para o país, após o Setembro Negro na Jordânia.
1973 – Eclodem conflitos entre o Exército libanês e fedayin palestinos.
1975 – Hafez Assad visita o Líbano e oferece apoio sírio em caso de agressão israelense.
1975 – Tem início a Guerra Civil Libanesa.
1976 – Tropas sírias entram no Líbano.
1977 – Líder druso Kamal Jumblatt é assassinado.
1978 – Israel invade o sul do Líbano e estabelece “zona tampão” na região.
1978 – Criada a UNIFIL, Força Interina das Nações Unidas para o Líbano; seu mandato seria modificado em 1982, 1990 e 2006.
1982 – Tropas israelenses chegam à periferia de Beirute.
1982 – Assassinado o Presidente eleito, Bashir Gemayel.
1982 – Massacres de Sabra e Shatila.
1990 – Acordo de Taef e fim da Guerra Civil – Reestruturação do sistema de divisão de poder no Líbano, em substituição ao Pacto Nacional de 1943.
1990 – Liga Árabe legitima presença militar síria no Líbano.
2000 – Israel retira suas tropas do sul do Líbano.
2004 – Aprovada a Resolução 1554 do CSNU, pedindo a retirada de todas

as forças estrangeiras do Líbano.
2005 – Assassinato do ex-Primeiro Ministro Rafik Hariri.
2005 – Revolução dos Cedros e retirada de tropas sírias do Líbano.
2005 – Primeiras eleições legislativas pós-Guerra Civil sem ocupação estrangeira – Eleição do atual Premiê Rafik Hariri.
2006 – Após o sequestro de dois soldados israelenses pelo Hezbollah, ataque israelense ao Líbano que durou 34 dias e em que morreram cerca de 1200 libaneses.
2006 – Resolução 1701 do CSNU põe fim ao conflito e o exército libanês, pela primeira vez em décadas, estaciona suas tropas em todo o país.
2007 – Conflito entre as Forças Armadas Libanesas e o grupo palestino extremista Fatah al-Islam, no campo de refugiados Nahr al-Bared.
2007 – Fim do mandato do presidente Emile Lahoud e impasse na escolha de seu sucessor, que gera meses de crise política.
2008 – Eleição do General Michael Sleiman em maio e formação de Governo de União Nacional em Junho, possibilitada pelos Acordos de Doha.
2009 – Eleições legislativas dão nova vitória ao grupo liderado por Saad Hariri.
2009 – Toma posse Governo de União Nacional.
2011 – Queda do Gabinete de Saad Hariri
2011 – Formação do Gabinete de Najib Mikati

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1876 – Visita de D. Pedro II ao atual Líbano, então parte do Império Otomano;
1880 (c.) – Primeiros contingentes significativos de imigrantes libaneses chegam ao Brasil, predominantemente cristãos;
1930 – Abertura do Consulado do Brasil em Beirute;
1937 – O Consulado do Brasil torna-se Consulado-Geral;
1945 – Estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, após a independência do Líbano;
1946 – O Consulado-Geral do Brasil passa a Legação;
1954 – Visita oficial do Presidente da República Libanesa, Sr. Camille Chamoun, ao Brasil;
1954 – Abertura de Embaixada libanesa no Rio de Janeiro;
1954 – Abertura de Embaixada brasileira em Beirute;
1961 – Transferência da Embaixada libanesa para Brasília;
1961 – Abertura do Consulado Honorário em Trípoli, desativado em 1991 e reativado em 1994;

1975 – Início da Guerra Civil no Líbano, que marca também o começo de nova onda de imigrantes do país para o Brasil, dessa feita com grande participação de muçulmanos;
1995 – Visita oficial do então Primeiro Ministro libanês ao Brasil, Sr. Rafik Hariri;
1996 – Visita ao Brasil do então Presidente da Assembléia Nacional libanesa, Sr. Nabih Berry;
1997 – Visita oficial do então Presidente da República libanesa, Sr. Elias Hraoui, ao Brasil;
1997 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luis Felipe Lampreia, ao Líbano;
2003 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano;
2003 – Visita oficial do então Primeiro Ministro libanês, de Rafik Hariri, ao Brasil;
2005 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano;
2005 – Visita oficial do Primeiro Ministro libanês, Najib Migati, ao Brasil;
2006 – Abertura do Consulado-Geral do Brasil em Beirute;
2006 – Visita do então Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad;
2006 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, ao Líbano, no contexto da guerra entre Israel e o Hezbolah;
2009 – Visita do Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, com Deputados Federais Jorge Tadeu Mudalem e Jorge Maluly Filho;
2009 – Visita do Embaixador Extraordinário do Brasil para o Oriente Médio, Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto;
2009 – Visita do então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro César Asfor Rocha;
2009 – Visita do então Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa;
2010 – Visita de Estado do Presidente da República Libanesa, General Michel Sleiman;
2011 – Viagem do Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, ao Líbano.
2011 – Inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano
2012 – Visita do Ministro da Defesa, Celso Amorim, ao Líbano

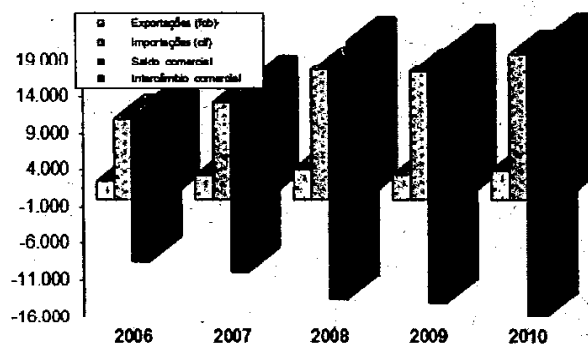
ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação	12/5/1954	16/1/1957	D.O.U. de 21/3/1957
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional.	4/2/1997	3/11/2002	D.O.U. 226, de 22/11/2002
Acordo sobre Serviços Aéreos.	4/2/1997	3/3/1998	D.O.U. 77, de 24/4/1998
Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate as Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins.	4/12/2003	31/3/2008	D.O.U. 51, de 14/3/2008
Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo	4/12/2003	16/05/2006	D.O.U. 173, de 06/07/2006
Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	4/12/2003	02/04/2006	D.O.U. 66, de 04/04/2006
Acordo sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário	4/10/2002	Decreto Legislativo 48/2006. Aguarda nota libanesa.	
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil	4/10/2002	1/11/2011	Decreto Legislativo 266/2008. Notificação pelo Líbano em 12/09/2011. Aguarda promulgação.
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal	4/10/2002	Decreto Legislativo 50/2006. Aguarda nota libanesa.	
Tratado de Extradicação entre o Brasil e o Líbano	4/10/2002	Decreto Legislativo 348/2008. Aguarda nota libanesa.	

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS

LÍBANO: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ milhões

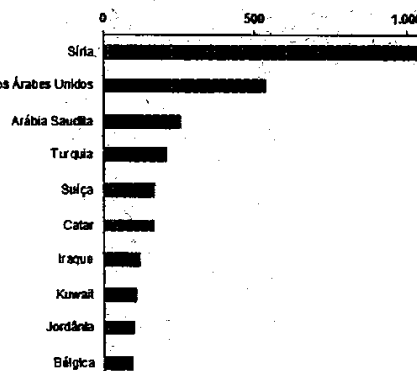
DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-set)
Exportações (fob)	2.487	3.266	4.029	3.313	3.947	3.468
Importações (cif)	10.930	13.110	17.485	17.244	19.777	16.353
Saldo comercial	-8.443	-9.844	-13.456	-13.931	-15.830	-12.885
Intercâmbio comercial	13.417	16.376	21.514	20.557	23.724	19.021



O comércio exterior do Líbano apresentou, em 2010, variação de 77% em relação a 2006, passando de US\$ 13 bilhões para US\$ 24 bilhões. No ranking do FMI o Líbano figurou como o 81º mercado mundial, sendo o 75º principal exportador e o 110º importador.

LÍBANO: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
US\$ milhões

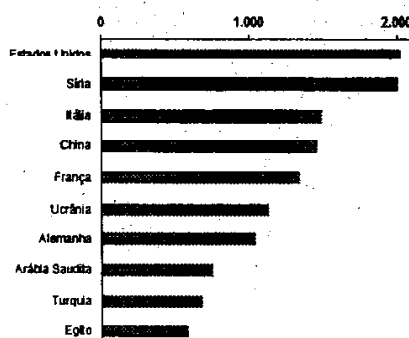
Descrição	2010		2011	
	no total	%	(jan-set) no total	%
Síria	1.068	27,1%	870	25,1%
Emirados Árabes Unidos	537	13,6%	463	13,4%
Arábia Saudita	255	6,5%	216	6,2%
Turquia	208	5,3%	206	5,9%
Suíça	167	4,2%	157	4,5%
Catar	165	4,2%	142	4,1%
Iraque	119	3,0%	102	2,9%
Kuwait	109	2,8%	93	2,7%
Jordânia	98	2,5%	68	2,0%
Bélgica	93	2,4%	104	3,0%
...				
Brasil	2	0,04%	1	0,0%
Subtotal	2.821	71,5%	2.422	69,8%
Outros países	1.126	28,5%	1.046	30,2%
Total	3.947	100,0%	3.468	100,0%



As exportações do país são destinadas em grande parte aos vizinhos da região: Síria, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Turquia. Esses países, somados, absorveram 52% da oferta libanesa em 2010. O Brasil obteve o 72º lugar entre os mercados de destino de 2010, participando com 0,04% do total.

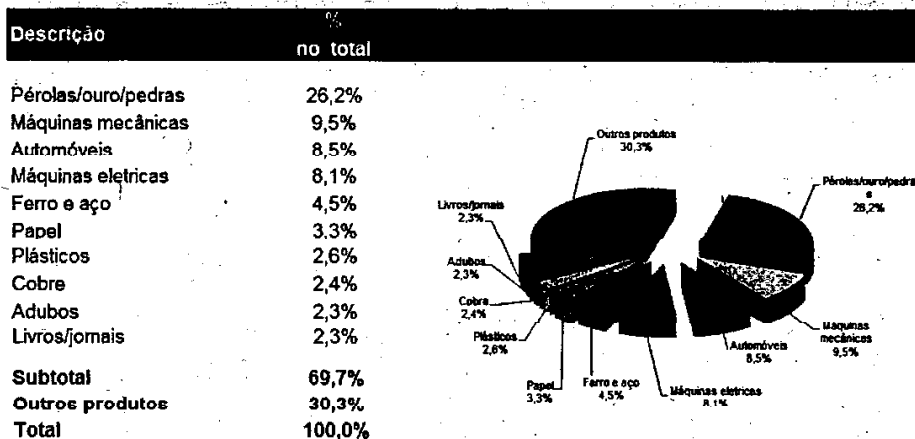
LÍBANO: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ milhões

Descrição	2010		2011	
	no total	%	(jan-set) no total	%
Estados Unidos	2.024	10,2%	1.495	9,1%
Síria	2.008	10,2%	1.774	10,8%
Itália	1.491	7,5%	1.397	8,5%
China	1.458	7,4%	1.186	7,3%
França	1.345	6,8%	1.315	8,0%
Ucrânia	1.137	5,7%	924	5,7%
Alemanha	1.046	5,3%	765	4,7%
Arábia Saudita	751	3,8%	705	4,3%
Turquia	680	3,4%	556	3,4%
Egito	582	2,9%	488	3,0%
...				
Brasil	268	1,4%	249	1,5%
Subtotal	12.789	64,7%	10.855	66,4%
Outros países	6.988	35,3%	5.498	33,6%
Total	19.777	100,0%	16.353	100,0%



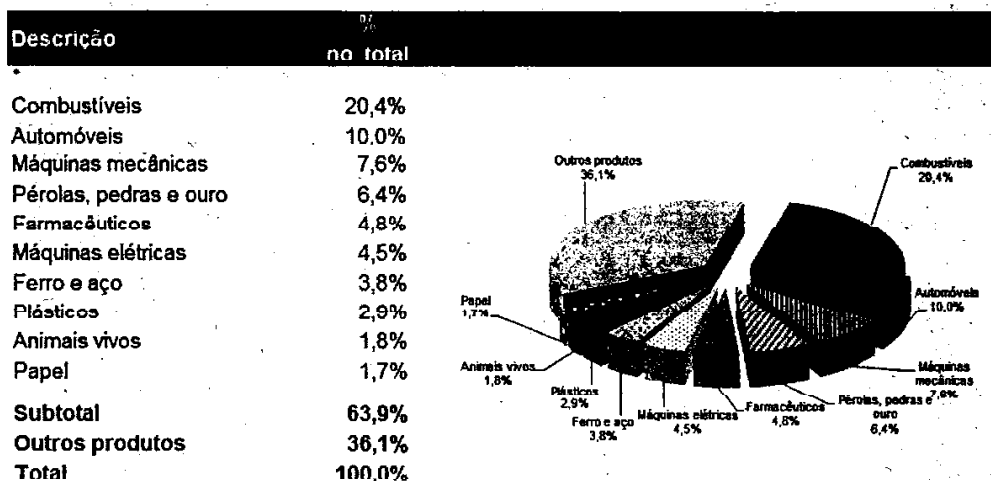
Percentual representativo das compras do país é originário dos vizinhos, mas Estados Unidos, Itália, China, França e Alemanha são também importantes compradores. Em 2010 os principais compradores dos produtos do Líbano foram: Estados Unidos (10%); Síria (10%); Itália (8%); China (7%); e França (7%). O Brasil posicionou no 18º lugar, com 1,4% da demanda libanesa.

LÍBANO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2010 - Em %



Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram: pérolas/ouro/pedras (29%); máquinas mecânicas (10%); automóveis (9%); máquinas elétricas (8%); ferro e aço (5%). Esses itens em conjunto somaram 57% da pauta em 2010.

LÍBANO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2010 - Em %

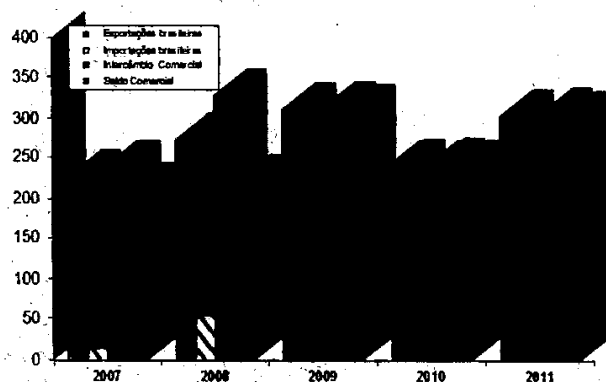


Os principais produtos importados por Líbano em 2010 foram: combustíveis (20%); automóveis (10%); máquinas mecânicas (8%); pérolas/ouro/pedras (6%) e farmacêuticos (5%).

BRASIL-LÍBANO: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2011 (jan)	2012 (jan)
Exportações brasileiras	226	274	311	243	303	21	23
Varição em relação ao ano anterior	26,6%	21,2%	13,4%	-21,7%	24,6%	23,8%	9,6%
Importações brasileiras	15	54	1	2	2	0,1	0,1
Varição em relação ao ano anterior	120,0%	261,5%	-97,4%	14,3%	26,1%	-93,1%	-0,9%
Intercâmbio Comercial	241	327	312	245	305	21	23
Varição em relação ao ano anterior	30,0%	35,9%	-4,7%	-21,5%	24,6%	13,6%	9,6%
Saldo Comercial	211	220	309	242	301	21	23

Libano foi o 81º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 27%, passando de US\$ 241 milhões, para US\$ 305 milhões, sendo 34% nas exportações. Nas importações houve um declínio de 86%. A participação do Líbano no comércio exterior brasileiro foi de 0,06% em 2011.

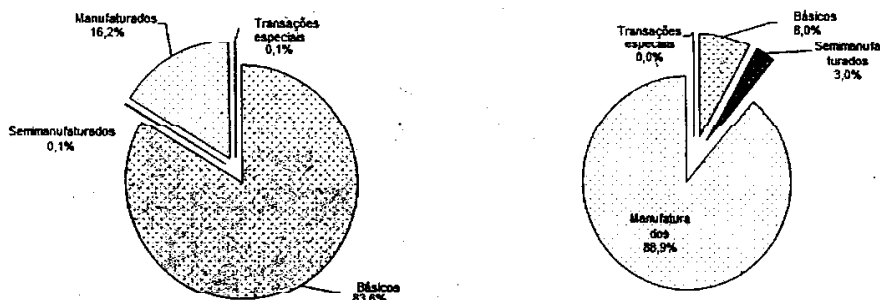


BRASIL-LÍBANO: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART. %	VALOR	PART. %
Básicos	253,4	83,6%	0,16	8,0%
Semimanufaturados	0,4	0,1%	0,06	3,0%
Manufaturados	49,1	16,2%	1,79	88,9%
Transações especiais	0,3	0,1%	0,00	0,0%
Total	303,2	100,0%	2,02	100,0%

Elaborado pelo MRC/PRAD/DAI-1, a partir dos dados da OMC, em base trimestral em US\$ 0

As exportações brasileiras para o Líbano são compostas em sua maior parte por produtos básicos, que representaram 84% das vendas em 2011, com destaque para carnes e animais vivos. Em seguida estão os bens manufaturados, com 16%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 89% do total em 2011.



BRASIL-LÍBANO: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Líbano, 2011
			Valor	% no total	
Carnes	118	116	108	35,7%	108
Animais vivos	75	21	72	23,7%	72
Café/chá	38	52	61	20,1%	61
Açúcar	9	3	14	4,7%	14
Frutas	9	11	6	2,0%	6
Outs prod origem animal	2	1	6	1,9%	6
Máquinas mecânicas	1	2	4	1,3%	4
Calçados	2	3	4	1,4%	4
Preps aliment. diversas	3	3	4	1,2%	4
Preps carne	5	4	3	1,1%	3
Subtotal	261	216	283	93,2%	283
Outros produtos	50	27	21	6,8%	21
Total	311	243	303	100,0%	303

Carne bovina, animais e café/chá são os principais itens brasileiros exportados para o Líbano, juntos somaram 80% da pauta. Em seguida destacaram-se: açúcar (5%); frutas (2%); outros produtos animal.

BRASIL-LIBANO: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Líbano, 2011
			Valor	no total	
Preps hortícolas/frutas	0,2	0,4	0,7	32,7%	4,0
Plásticos	0,6	0,5	0,4	19,8%	3,0
Máquinas mecânicas	0,1	0,1	0,2	10,7%	2,0
Bebidas	0,0	0,2	0,1	7,0%	1,0
Preps alimentícias	0,1	0,1	0,1	3,3%	0,5
Outros artefatos têxteis	0,0	0,0	0,1	3,2%	0,5
Frutas	0,0	0,1	0,1	2,8%	0,5
Gorduras	0,0	0,1	0,0	2,3%	0,5
Subtotal	1,0	1,3	1,7	81,8%	1,7
Outros produtos	0,4	0,3	0,4	18,2%	0,5
Total	1,4	1,6	2,0	100,0%	2,0

As importações brasileiras originárias do Líbano apresentaram alto grau de concentração nas preparações de produtos hortícolas e frutas, plásticos e máquinas mecânicos somaram 64% da pauta. Na sequência estão bebidas (7%); preparações alimentícias (3%); outros artefatos têxteis (3%); frutas (3%) e gorduras (2%).

BRASIL-LIBANO: COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2011 (jan)	2012 (jan)		Exportações brasileiras para LIBANO em 2012 (jan)
		Valor	no total	
Exportações				
Carne	5,5	5,8	25,4%	5,8
Café/Chá	5,2	5,7	25,0%	5,7
Açúcar	0,1	5,0	21,9%	5,0
Máquinas mecânicas	0,1	2,8	12,3%	2,8
Calçados	0,8	0,7	3,1%	0,7
Frutas	0,7	0,6	2,8%	0,6
Outs prod origem animal	0,2	0,6	2,7%	0,6
Fumo	0,0	0,3	1,3%	0,3
Máquinas elétricas	0,0	0,3	1,2%	0,3
Plásticos	0,1	0,2	0,9%	0,2
Subtotal	13	22	96,7%	22
Outros produtos	9	1	3,3%	1
Total	21	23	100,0%	23
Importações				
Preps produtos hortícolas	0,0	0,1	54,1%	0,1
Bebidas	0,1	0,0	24,8%	0,0
Outros artef. têxteis	0,0	0,0	17,4%	0,0
Subtotal	0,2	0,1	96,3%	0,1
Outros produtos	0,0	0,0	3,7%	0,0
Total	0,1	0,1	100,0%	0,1

Aviso nº 71⁴ - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

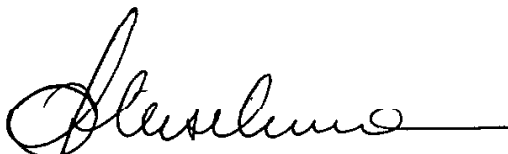
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.

3

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 70, de 2012 (Mensagem nº 368, de 15/08/2012, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.*

RELATOR: Senadora ANA AMÉLIA

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 70, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (artigo 52 item IV)

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** da interessada.

Segundo o referido documento, a Sra. Ana Maria Sampaio Fernandes, filha de Octavio José Fernandes e Maria Aparecida Sampaio Fernandes, nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 24 de fevereiro de 1949.

É formada em Letras, Português e Francês, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1973). Foi nomeada Terceira-

Secretária em 1977, promovida a Segunda-Secretária em 1980, a Primeira-Secretária em 1986, a Conselheira em 1993 e a Ministra de Segunda Classe em 2004.

No âmbito da Secretaria de Estado, as principais funções que exerceu foram as de Coordenadora-Executiva, substituta, da Secretaria-Geral de Política Exterior em 1990; Chefe, substituta, da Divisão de Organismos Econômicos, em 1992 e Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, em 2000.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu na Missão junto à ONU, em Nova York, de 1983 a 1986; na Embaixada em Santiago, de 1986 a 1990; na Embaixada em Washington, de 1993 a 1997; na Embaixada em Montevidéu, de 1997 a 2000; na Embaixada em Londres, de 2004 a 2008 e na Embaixada em Nairóbi, como Embaixadora, em 2008.

Em 2001, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese: “Cooperação Fronteiriça. Aspectos Institucionais. Comitês de Fronteira”.

Consta, ainda, do processado informação anexada pelo Itamaraty sobre a República da Namíbia.

Conforme o texto apresentado, as relações diplomáticas entre o Brasil e a República da Namíbia iniciaram-se formalmente em 1990, com a independência daquele país africano. Anteriormente, o Governo brasileiro mantivera contatos com o principal movimento libertador do país — Organização do Povo da África do Sudoeste (SWAPO) — e seu principal líder, Sam Nujoma, realizara visita ao Brasil em 1987.

Desde a sua independência (1990) e a realização de eleições supervisionadas pelas Nações Unidas, o país vive clima de estabilidade e consolidação das instituições democráticas. Digna de nota, ainda, a circunstância de os sucessivos governos terem investido fortemente na área social, bem como no combate à corrupção. Em ambos os quesitos, o país se destaca em relação ao restante do continente africano. Há, no entanto, problemas relacionados à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e à questão agrária.

Sobre a articulação diplomática bilateral, note-se que a Namíbia,

como o Brasil, é membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, (ZOPACAS). Estabelecida em 1986, graças à iniciativa brasileira na Assembléia-Geral das Nações Unidas, a Zona de Paz tem por objetivo promover a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região.

A ênfase da ZOPACAS é a prevenção geográfica da proliferação de armas nucleares e a redução da presença militar dos países-membros em outras regiões do mundo. A Organização visa, ainda, a cooperação econômica, comercial, científica, técnica, política e diplomática.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Namíbia cresceu 3,2% em 2011 em relação a 2010, sendo que a economia namibiana é voltada para a exportação. Entre os produtos exportados merecem destaque: urânio, pescado, diamantes, zinco e cobre. Desde 2008 não há informações consolidadas sobre os principais parceiros comerciais da Namíbia, pressupondo-se que a África do Sul continue ocupando o primeiro posto nesse quesito. Em 2008, cerca de 70% das importações da Namíbia tiveram origem na África do Sul, que por sua vez comprou cerca de 31% das exportações namibianas.

Embora tenham o Brasil e a Namíbia estabelecido relações diplomáticas em 1990, só em outubro de 2003 a Namíbia abriu Embaixada em Brasília.

No mesmo ano, o presidente brasileiro visitou Windhoek. A viagem representou importante marco no relacionamento bilateral e resultou na assinatura de nove tratados bilaterais. Em junho de 2004, o presidente Sam Nujoma esteve no Brasil. Observa-se crescente interesse no fortalecimento da cooperação bilateral nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano e, sobretudo, na área naval. Nesse domínio, o intercâmbio entre as duas marinhas tem sido crescente e exemplar. Ele se dá tanto no campo de treinamento de oficiais namibianos no Brasil quanto na construção de navio-patrolha e de lanchas-patrolha.

No campo comercial, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 25,6 milhões em 2011, registrando crescimento de 30% em relação ao ano anterior.

No ano passado, as importações provenientes da Namíbia cresceram 477% em relação a 2010, saltando de US\$ 219 mil para US\$ 1,3 milhão. A pauta de produtos provenientes daquele país concentra-se em peixes e crustáceos e plantas medicinais e industriais. Quanto ao fluxo de

exportação, os principais produtos da pauta brasileira com destino à Namíbia são, tradicionalmente, bens manufaturados, como embarcações flutuantes, móveis, açúcares e produtos de confeitaria, e máquinas mecânicas. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, citados pelo informe do Itamaraty, cem empresas efetivaram vendas para a Namíbia em 2011, com destaque para a Empresa Gerencial de Projetos Navais, Agrale, Energy, Sadia e Conex Móveis. As exportações brasileiras para a Namíbia cresceram 25% em 2011, passando de US\$ 19,4 milhões para US\$ 24,4 milhões.

O saldo da balança comercial é, portanto, favorável ao Brasil, com superávit em 2011 da ordem de US\$ 23,1 milhões em 2011.

No que se refere a investimentos, o Banco Central do Brasil informou que o Brasil investiu US\$ 31 milhões na Namíbia em 2011, sendo que os capitais brasileiros concentram-se especialmente em projetos de prospecção de petróleo e em obras de infraestrutura. É interessante assinalar que, em 2007, o Banco Mundial considerou a Namíbia o terceiro país africano mais amigável à atração e à garantia de investimentos externos.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 70, DE 2012
(nº 368/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

Os méritos da Senhora Ana Maria Sampaio Fernandes que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma longa traço descendente final.

EM nº 00223/2012 MRE

Brasília, 25 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República da Namíbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00223 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 25 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República da Namíbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES**

CPF.: 43294278772

ID.: 7292 MRE

1949 Filha de Octavio José Fernandes e Maria Aparecida Sampaio Fernandes, nasce em 24 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1973 Letras, Português e Francês, pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1981 CAD, IRBr
2003 CAE, IRBr, Cooperação Fronteira. Aspectos Institucionais. Os Comitês de Fronteira

Cargos:

1977 Terceira-Secretária
1980 Segunda-Secretária
1986 Primeira-Secretária
1993 Conselheira
2004 Ministra de Segunda Classe

Funções:

1977 Divisão de América Meridional I, assistente
1979 Divisão de Informação Comercial, assistente
1983 Missão Junto à ONU, Nova York, Segunda-Secretária
1986 Embaixada em Santiago, Segunda-Secretária e Primeira-Secretária
1990 Secretaria-Geral de Política Exterior, Coordenadora-Executiva, substituta
1992 Secretaria-Geral de Assuntos Econômicos, assessora
1992 Divisão de Organismos Econômicos, Chefe, substituta
1993 Embaixada em Washington, Conselheira
1997 Embaixada em Montevidéu, Conselheira
2000 Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, Chefe
2004 Embaixada em Londres, Ministra-Conselheira
2008 Embaixada em Nairobi, Embaixadora

Condecorações:

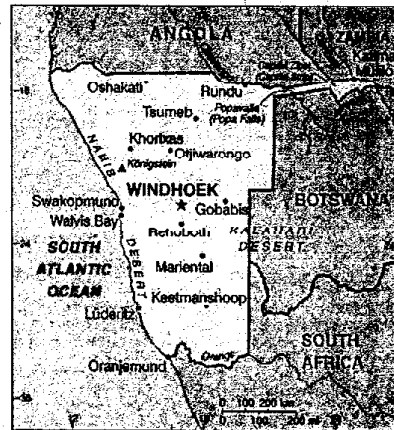
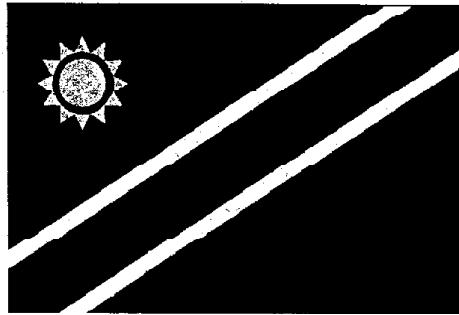
1980 Orden del Águila Asteca, México, Insignia
1980 Ordem Bernardo O'Higgins, Chile, Cavaleiro
1980 Orden de Mayo, Argentina, Gran Maestre
1987 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1993 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
1997 Medalha do Pacificador, Brasil
2001 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2003 Ordem de Rio Branco, Comendador



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DA NAMÍBIA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
RELAÇÕES BILATERAIS	7
COMÉRCIO BILATERAL.....	8
INVESTIMENTOS	10
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS	12
COOPERAÇÃO NAVAL	12
OUTROS TEMAS DE COOPERAÇÃO.....	13
ASSUNTOS CONSULARES.....	17
POLÍTICA INTERNA.....	17
ECONOMIA.....	21
POLÍTICA EXTERNA.....	25
ANEXOS	31
CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PAÍS.....	31
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	32
ACORDOS BILATERAIS	34
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS.....	35

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República da Namíbia
CAPITAL:	Windhoek
ÁREA (2010 – BM):	823.290 km ² (aproximadamente a soma das áreas de São Paulo e da região Sul do Brasil)
POPULAÇÃO (est. 2010 – BM):	2,283 milhões (aproximadamente a população do Estado de Sergipe)
IDIOMAS:	Inglês (oficial), africâner, alemão e línguas nativas (oshiwambo, herero, nama, etc)
RELIGIÕES:	Luteranismo (50%); outras denominações cristãs (35%); religiões tradicionais africanas (15%)
SISTEMA POLÍTICO:	Presidencialismo
CHEFE DE ESTADO:	Hifikepunge Pohamba (desde mar/2005)
CHEFE DE GOVERNO:	Nahas Angula (desde mar/2005)
CHANCELER:	Utoni Daniel Nujoma (desde mar/2010)
EMBAIXADOR EM WINDHOEK:	José Vicente Lessa (desde jun/2009)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Lineekela Mboti (desde nov/2010)
PIB (est. 2010 – BM):	US\$ 12,17 bilhões
PIB per capita (est. 2010 – BM):	US\$ 5.330,00
PIB PPP (est. 2010 – BM):	US\$ 14,78 bilhões
PIB PPP per capita (est. 2010 – BM):	US\$ 6.474,00
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar namibiano
IDH (2011 – PNUD):	0,625 (120º de 187 países analisados)
EXPECTATIVA DE VIDA (2011 – PNUD):	62,5 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (2011 – PNUD):	88,5%
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	115 cidadãos

INTECÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → NAMÍBIA	2007	2008	2009	2010	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	3,79	10,08	11,55	12,89	12,75	16,60	23,05	52,41	19,65	25,63
Exportações	3,79	9,92	11,46	12,87	12,64	16,53	22,98	52,41	19,43	24,37
Importações	-	0,15	0,08	0,02	0,11	0,07	0,07	-	0,21	1,26
Saldo	3,79	9,76	11,37	12,85	12,53	16,46	22,92	52,41	19,21	23,10

PERFILS BIOCRAFICOS**Hifikepunye Lucas Pohamba**
Presidente

Nasceu em 18 de agosto de 1935. Em 1960, participou da fundação da SWAPO. Exilado e preso, acabou retornando com Sam Nujoma à Namíbia em 1966. De 1977 a 1989 foi Secretário de Finanças da *South Western Africa People's Organization* (SWAPO) e chefe das operações do grupo em Luanda (1982-89). Desde a independência, ocupou diversos postos ministeriais. Em 1997, foi eleito Secretário-Geral da SWAPO e, em 2002, com o apoio de Sam Nujoma, foi eleito vice-presidente da SWAPO. Foi eleito Presidente da República em 2004, com 76,4%. Em 2009, foi reeleito com 75% dos votos, para mandato até 2014.

Nahas Angula
Primeiro-Ministro

Nascido em 22 de agosto de 1943 em Onyaanya, Nahas Angula formou-se em Educação na Universidade da Zâmbia e realizou estudos de pós-graduação na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, e na Universidade de Manchester, no Reino Unido. É membro de diversas associações de pesquisadores nas áreas de educação e promoção do desenvolvimento e da paz.

Nahas Angula tem tido atuação de destaque na vida política da Namíbia: liderou a delegação de oficiais do *People's Liberation Army of Namibia* (PLAN) responsável pela negociação do acordo de cessar-fogo entre a *South Western Africa People's Organization* (SWAPO) e a África do Sul, em 1989 e, como membro da Assembleia Constituinte, participou da elaboração da Constituição do país. Angula foi também um dos três nomes cogitados para ocupar a posição de candidato presidencial da SWAPO nas eleições de 2004.

Angula é o terceiro Primeiro-Ministro namibiano desde a independência do país, e o primeiro desde a assunção do Presidente Hifikepunye Pohamba, em março de 2005. Antes de assumir o cargo, foi Ministro da Educação da Namíbia e, sob os auspícios da ONU, foi Secretário para Educação e Cultura em Luanda, em 1981.

Utoni Daniel Nujoma
Ministro das Relações Exteriores

Filho mais velho do aclamado "fundador da pátria", Sam Nujoma, Utoni Daniel nasceu em 9 de setembro de 1952. Entre 1974 e 1987, foi combatente do *People's Liberation Army of Namibia*. De 1987 a 1991, Utoni Nujoma estudou Direito no Reino Unido e na Suécia. De volta à Namíbia, serviu no Ministério da Justiça. Emergiu como um dos mais votados em 2004 para a Assembleia Nacional e foi designado vice-ministro da Justiça. Os principais temas de interesse de Utoni Nujoma em sua carreira têm sido: Direito Internacional Público, Direitos Humanos, Comércio e empoderamento de comunidades historicamente desfavorecidas.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde a década anterior à independência da Namíbia, o Governo brasileiro mantinha contatos com a SWAPO (“Organização do Povo da África do Sudoeste”), principal movimento libertador do país. Nesse contexto, Sam Nujoma, o principal líder da Organização, realizou visita ao Brasil em março de 1987, ocasião em que foi recebido pelo então Presidente da República, José Sarney. Em 1989, o Brasil abriu Escritório de Observação em Windhoek. No âmbito das Nações Unidas, o Brasil apoiou o processo negociador que levou à independência da Namíbia.

Com a independência do país, em 1990, as relações bilaterais iniciaram-se formalmente, por meio da criação da Embaixada brasileira na Namíbia e da visita oficial do Presidente Fernando Collor a Windhoek, no ano seguinte. Ao longo da década de 1990, a relação entre os dois países adensou-se com a assinatura do Acordo de Cooperação Naval, em 1994, e do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em março de 1995, no contexto da Reunião da Comissão Mista, que se realizou em Brasília e contou com a presença do Ministro de Negócios Estrangeiros namibiano, Theo Ben-Gurirab. Ainda em 1995, o Presidente Sam Nujoma realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve compromissos oficiais em Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Quatro anos depois, o Presidente Sam Nujoma voltou a realizar viagem oficial a Brasília.

A década de 2000 também representou momento de fortalecimento da relação bilateral. Em 2001, por meio da assinatura de novo Acordo de Cooperação Técnica, renovou-se o principal instrumento de cooperação entre os dois países. Em 2003, além da abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília, ocorreram duas visitas oficiais à Windhoek: em maio, do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e, em novembro, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, as relações bilaterais têm se aprofundado, inclusive na área comercial. Em junho de 2004, o Presidente Sam Nujoma esteve novamente no Brasil, acompanhado de delegação empresarial e de altas autoridades do Governo, entre as quais o então Ministro das Terras, Reassentamento e Reabilitação, Hifikepunye Pohamba.

Logo após sua eleição em 2004, o Presidente Pohamba afirmou que esperava que o relacionamento com o Brasil fosse aprofundado não só em nível político, mas também – e principalmente – no âmbito econômico-comercial. Em março de 2005, o então Vice-Presidente José Alencar realizou visita à Namíbia, por ocasião da posse de Pohamba. Em setembro de 2008, o Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre Brasil e Namíbia. No ano seguinte, o Presidente Hifikepunye Pohamba também realizou visita ao Brasil. Finalmente, em julho de 2011, o Ministro Antonio Patriota esteve em Windhoek, ocasião em que foram passados em revista os principais temas

da relação bilateral, além de estendido convite ao Chanceler Utoni Nujoma para realizar visita ao Brasil. Este realizou visita oficial ao Brasil no dia 30 de maio do corrente, ocasião em que manteve encontros com o Ministro da Defesa, Celso Amorim, com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, bem como com o Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella. Entre os principais temas abordados durante os encontros, podem ser destacados a cooperação naval e o apoio brasileiro ao levantamento da plataforma continental namibiana; a atuação da Petrobras e da HRT na Namíbia e a expectativa de que a presença brasileira no país possa ser estendida para setores como mineração, beneficiamento de diamantes e a modernização do porto de Walvis Bay; o interesse namibiano em tornar-se membro-observador da CPLP; e as perspectivas de realização de missões técnicas na área da pesca e da aquicultura. O Ministro Nujoma transmitiu, ademais, convite do Presidente Pohamba à Presidenta Dilma Rousseff, para realizar visita à Namíbia oportunamente.

Comércio Bilateral

O intercâmbio comercial bilateral em 2011 alcançou US\$ 25,6 milhões, registrando crescimento de 30% em relação ao ano anterior. Em 2009, havia sido atingido o maior fluxo comercial entre os países, no valor de US\$ 52,4 milhões e crescimento de 127% em relação a 2008. No âmbito regional o fluxo bilateral é pouco representativo: a participação da Namíbia no total das trocas brasileiras com a África Subsaariana, em 2011, foi de apenas 0,1%.

Em 2011, as exportações brasileiras para a Namíbia cresceram 25% em relação a 2010, passando de US\$ 19,4 milhões para US\$ 24,4 milhões. Bens manufaturados prevalecem, tradicionalmente, na pauta exportadora bilateral brasileira. Embarcações flutuantes foram os produtos com maior representatividade (25%), seguidas por móveis (20%); açúcares e produtos de confeitaria (12%); e máquinas mecânicas (11%). Segundo o MDIC, cem empresas efetivaram vendas para a Namíbia em 2011, com destaque para a Empresa Gerencial de Projetos Navais, a Agrale, a Energy, a Sadia e a Conex Móveis.

No ano passado, as importações brasileiras originárias da Namíbia cresceram 477% em relação a 2010, saltando de US\$ 219 mil para US\$ 1,3 milhão. A pauta de produtos provenientes daquele país, em 2011, foi concentrada em produtos básicos. Os principais produtos adquiridos foram peixes e crustáceos, US\$ 976 mil, representando 77% do total (crescimento de 380% em relação ao ano anterior); e plantas industriais e medicinais, US\$ 274 mil, equivalentes a 22% do total (crescimento de mais de dois mil por cento). As empresas que mais se destacaram foram a Leardini Pescados e a Anidro Indústrias Alimentícias e Farmacêuticas.

O saldo da balança comercial é, portanto, historicamente favorável ao Brasil, com superávits de US\$ 52,4 milhões em 2009; US\$ 19,2 milhões em 2010; e, US\$ 23,1 em 2011.

O setor de maquinário e insumos agrícolas tem se mostrado especialmente promissor para o comércio bilateral, em virtude da opção por equipamentos agrícolas brasileiros como "standards" nos planos de desenvolvimento agrário da Namíbia. Por ocasião do Encontro Brasil África de Ministros de Agricultura, o Ministério namibiano manifestou desejo de firmar um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica no campo da agricultura que possibilite respaldo jurídico para a compra de máquinas e equipamentos brasileiros por parte de estatais namibianas. O aludido Memorando foi assinado com a ABIMAQ ainda em 2010 e alguns equipamentos já foram adquiridos. Em setembro de 2011, delegação namibiana chefiada pelo Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Sr. Andrew Ndishiishi, visitou o Brasil, com vistas a adquirir e inspecionar o embarque de equipamentos e insumos agrícolas das empresas *Agrale*, *Jumil* e *Baldan* e analisar oportunidades de investimento. Na ocasião, o Governo namibiano demonstrou interesse em beneficiar-se do Programa "Mais Alimentos África", gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e que prevê a destinação de créditos sob a forma de equipamentos agrícolas a países possuidores de política de fomento à agricultura familiar.

O interesse namibiano na intensificação das trocas comerciais bilaterais manifestou-se ainda pelo anúncio de abertura de um escritório de representação do *Walvis Bay Corridor Group* no Brasil em 2012. A iniciativa de promover o porto de *Walvis Bay*, especializado em manuseio de cargas, logística e serviços de transportes, é essencial ao projeto de elevar a Namíbia à condição de grande via de escoamento de mercadorias na África Austral.

Durante a Comista de julho de 2011, os países comprometeram-se a trocar seus calendários anuais de feiras e exposições. A Namíbia ainda convidou o MDIC a enviar uma missão comercial no primeiro semestre de 2012. Outro interesse namibiano manifestado na Comista de 2011 foi o de que se finalize a minuta de Memorando de Entendimento entre Apex-Brasil e Namíbia Investment Centre (NIC), cujas negociações foram iniciadas em 2008.

Ainda em 2011, a empresa aérea Air Namíbia arrendou três aeronaves da Embraer para recompor sua frota, e manifestou interesse em adquirir futuramente mais uma.

Apesar das boas perspectivas de ampliação do comércio bilateral, tem havido constante preocupação da Namíbia com dificuldades relativas à validação de suas cartas de crédito pelos bancos brasileiros, em razão da ausência de um convênio interbancário entre os dois países. Tais dificuldades têm constituído empecilho à intensificação do comércio bilateral, na medida em que oneram os custos de operação.

Investimentos

Em 2007, o Banco Mundial considerou a Namíbia o terceiro país africano mais amigável (“most-friendly country”) à atração e à garantia de investimentos externos, atrás de Ilhas Maurício e África do Sul. Segundo dados da UNCTAD, em 2010, o fluxo de investimento para a Namíbia somou US\$ 858 milhões. No mesmo ano o estoque de IED totalizou US\$ 5,29 bilhões.

Durante o evento “Namíbia International Investment Forum”, realizado em Windhoek em novembro de 2011, o Presidente da Namíbia, Sr. Hifikepunye Pohamba, enumerou os vários campos que, ao lado dos tradicionais setores do turismo, da agricultura e da mineração, se abrem aos investimentos externos: “as novas fronteiras são os serviços, a construção de estradas, a modernização das telecomunicações, a geração de eletricidade, a mineração do urânio, o gás e os hidrocarbonetos”. As empresas brasileiras *HRT*, *Petrobras* e *Queiroz Galvão* participaram do referido fórum.

De acordo com o Banco Central do Brasil, o Brasil investiu US\$ 31 milhões na Namíbia em 2011, e não há registro de investimentos diretos da Namíbia no Brasil. Os capitais brasileiros invertidos na Namíbia concentram-se especialmente em projetos de prospecção de petróleo e em obras de infraestrutura.

Petróleo - O Brasil teve participação na recente descoberta de possíveis depósitos de petróleo na plataforma marítima da Namíbia, por meio do consórcio *HRT Oil and Gas*, formado pela brasileira *HRT* e pela canadense *Universal Power Corp.* O consórcio ganhou concessão de permissão de prospecção de petróleo em três blocos localizados na plataforma continental namibiana. O contrato de prospecção prevê investimento inicial de US\$ 150 milhões. Em parceria com a empresa namibiana *UNX Energy Corporation*, a *HRT* prevê investimentos de US\$ 750 milhões para exploração de petróleo. Esse investimento seria o maior no setor petrolífero namibiano até o presente momento. Estima-se que cerca de 10 mil barris diários possam ser produzidos a partir de 2013.

A *Petrobrás*, por sua vez, mediante parceria assinada em maio de 2009 com a subsidiária da empresa britânica *Chariot Oil and Gas (Enigma Oil and Gas)* e com a *British Petroleum*, é a operadora na exploração do bloco 2714A (área de aproximadamente 5,5 km²), na bacia de Orange. Em outubro de 2011, representantes da empresa estiveram em Windhoek para ultimar entendimentos com o Ministério de Minas e Energia para instalação de escritório da *Petrobras* naquela capital e dar início a suas atividades no país.

Criada em 2006, a *Cowan Petróleo e Gás S.A.*, braço do grupo mineiro *Cowan*, adquiriu em novembro deste ano dois blocos na bacia de Lüderitz, no pré-sal da Namíbia. Tem 85% dos blocos em associação com a *Namcor*, empresa estatal namibiana.

Os depósitos descobertos podem chegar a quase 12 bilhões de barris de petróleo, aos quais se somam estimativas de mais 16 bilhões de barris sob a área de exploração da empresa britânica Chariot Oil and Gas. Ao todo, o Ministério de Minas e Energia namibiano estima as reservas potenciais de petróleo em cerca de 44 bilhões de barris, o que colocaria a Namíbia entre os cinco maiores produtores de petróleo do continente africano, juntamente com Angola, Nigéria, Líbia e Argélia. Estima-se que, junto às reservas petrolíferas “offshore”, possam ser descobertas grandes reservas de gás natural, de maneira a viabilizar comercialmente a produção de gás no país. O único campo com reservas comprovadas de gás natural segue sendo o de Kudu, na costa sul do país (39,6 bilhões de m³).

Infraestrutura - Importante alvo dos investimentos brasileiros, a construção de hidrelétrica no rio Cunene é objeto de interesse de consórcio de empresas brasileiras - *Eletróbrás*, *Odebrecht*, *Furnas* e *Engevix*. O consórcio submeteu aos Governos de Angola e da Namíbia proposta de financiamento de anteprojeto para a construção da usina e, em 2007, retomou a elaboração de estudo da bacia do rio Cunene, ampliando trabalhos que haviam sido realizados anteriormente, de modo a abranger também avaliação do impacto ambiental da hidrelétrica e do aproveitamento da água do reservatório pelos dois países. Autoridades de ambos os países manifestaram interesse no desenvolvimento do projeto e, em 24 de junho de 2008, o consórcio brasileiro assinou contrato com os governos da Namíbia e de Angola para o estudo de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Baynes, no rio Cunene. Entretanto, em 2010, *Furnas* e *Eletróbrás*, insatisfeitas com a morosidade com que os estudos iniciais do projeto vêm sendo desenvolvidos (mormente em razão da importância diferenciada conferida à iniciativa pelos lados angolano e namibiano), passaram a manifestar interesse em se retirar da parceria.

A *Odebrecht* confirmou, em março de 2011, ter desistido de participar de outro projeto hidrelétrico na Namíbia, em consórcio com firmas namibiana e espanhola. A decisão da *Odebrecht* teria decorrido da atual indisponibilidade de recursos técnicos e humanos, mas seria resultado, também, de alteração das condições propostas inicialmente para a participação da empresa brasileira. Durante a Comista de julho de 2011, no entanto, o interesse na construção foi reafirmado por ambos os governos.

Mineração - Autoridades namibianas têm manifestado reiteradamente interesse em receber investimentos brasileiros na área de mineração. Embora rico em recursos minerais (como urânio), o país carece de know-how e capitais. A exploração do fosfato marinho, por exemplo, é uma vertente nova e altamente promissora no panorama da indústria mincradora da Namíbia. A empresa namibiana *Polux Investments Ltda.* realizou contato com a *Vale*, no final de 2010, com vistas à instalação de uma fábrica de fosfato marinho no país. Para tanto, a *Polux* deseja formar uma joint venture, na qual a *Vale* aportaria recursos técnicos e/ou financeiros.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há créditos da Namíbia sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior.

Cooperação Naval

O relacionamento com a Namíbia está influenciado pela vocação atlântica dos dois países, e a cooperação naval constitui o principal tema da agenda bilateral. A Namíbia é membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e tem interesse na dinamização de suas atividades. Para a Namíbia, a Organização é importante, na medida em que garante a desnuclearização do Atlântico e tem capacidade de induzir o crescimento da cooperação e do intercâmbio regional, inclusive no combate ao tráfico de entorpecentes.

A cooperação naval existente entre os países inclui treinamento de pessoal, construção de base naval, construção naval e o apoio técnico para o levantamento da plataforma continental. O Acordo de Cooperação Naval, assinado entre o Brasil e a Namíbia em 1994 e renovado em dezembro de 2001, embasa as demandas namibianas. Sob a proteção do referido acordo, o Contra-Almirante namibiano Peter Vilho participou da expedição brasileira à Base Comandante Ferraz, em fevereiro de 2012.

Treinamento de Pessoal - Todos os postos de comando das forças navais da Namíbia receberam treinamento no Brasil. Ao longo dos últimos anos, 566 oficiais e praças foram formados e completaram estágio em diversos estabelecimentos de ensino e navios da Marinha do Brasil. Os oficiais frequentaram cursos em diferentes áreas – formação de marinheiros, formação de sargentos, guerra anfíbia, controle de tráfego marítimo e enfermagem médico-cirúrgica – em 10 OMs (Organizações Militares brasileiras) distintas.

Construção Naval - O navio-patrolha “Brendan Simbwaye” foi entregue em 2009, em Fortaleza, em cerimônia que contou com a presença do Ministro da Defesa da Namíbia. Está sendo negociado e prestes a ser firmado, ademais, contrato para aquisição de armamentos para a embarcação, assim como de navio-patrolha brasileiro. Durante a Comissão Mista de julho de 2011, o Brasil ofereceu à Namíbia a possibilidade de aquisição de um novo navio por intermédio de linha de crédito específica.

Além disso, por ocasião da visita do Presidente Lula à Namíbia, em novembro de 2003, foi feita doação (efetivada em 2005) de embarcação brasileira às Forças de Defesa namibianas.

Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) - No que respeita ao LEPLAC, o Governo da Namíbia solicitou apoio do Governo brasileiro para realizar, à luz dos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), o delineamento de sua plataforma continental jurídica (PCJN). Ressalta-se o grande interesse namibiano no tema, visto que suas maiores riquezas (além do gás natural) localizam-se, sobretudo, na zona costeira do país, de grande potencial ainda inexplorado.

Em 2002, foi firmado contrato com o governo namibiano para execução do LEPLAC. Com a ajuda da empresa brasileira EMGEPRON, o projeto, orçado em US\$ 12 milhões, resultou na elaboração do Relatório de Submissão às Nações Unidas, que foi apresentado à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU em maio de 2009. Em visita em maio de 2011, o Ministro de Terras e Reassentamento da Namíbia solicitou continuidade do apoio do Ministério da Defesa brasileiro na preparação de resposta aos questionamentos que deverão ser feitos pela Comissão quando da análise do relatório namibiano.]

Outros temas de cooperação

A visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Namíbia, em novembro de 2003, constituiu um marco para a cooperação técnica bilateral. Na ocasião, firmaram-se oito instrumentos de cooperação, nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano, esportes, pesquisa mineral, educação, saúde e cultura. Nos últimos anos, missões foram realizadas de parte a parte, com resultados parciais encorajadores. Não obstante, alguns contatos foram descontinuados em virtude de dificuldades de agenda, com adiamentos *sine die* de novas missões destinadas a implementar diversos projetos e ações concebidas nos encontros prévios.

Nesse cenário, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Namíbia realizada em 11 e 12 de julho de 2011, constituiu ocasião ideal para proporcionar novo estímulo à cooperação, com base nos grandes temas de interesse da Namíbia: 1) cooperação agrícola, especialmente a importação de máquinas e equipamentos; 2) cooperação em políticas sociais; 3) cooperação em pesca e aquicultura; 4) cooperação na área da saúde; 5) promoção de investimentos brasileiros na Namíbia, com destaque para o setor mineral; e 6) utilização do porto de *Walvis Bay* como porta de entrada de produtos brasileiros para a África austral.

Defesa - Com escopo mais amplo do que o Acordo de Cooperação Naval de 1994, foi assinado, em 1º de junho de 2009, por ocasião da visita do Ministro da Defesa Nelson Jobim à Namíbia, Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa. O acordo abre uma nova frente de atuação sul-sul, permitindo a elaboração de uma posição estratégica conjunta para a exploração de riquezas do Atlântico Sul. Em julho

de 2011, o Brasil ratificou o Acordo, que depende da ratificação namibiana para entrar em vigor.

Agricultura - Em 2006 executou-se projeto intitulado “Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas”, que tinha por objetivo fomentar a capacidade de geração e adaptação de tecnologias direcionadas ao desenvolvimento da cultura de frutas subtropicais e da produção de leguminosas para o consumo humano e animal. Desde o ano de 2009 o Governo namibiano vem solicitando uma segunda etapa do projeto de frutas subtropicais e leguminosas. Conforme acordado na Comista de julho de 2011, a ABC aguarda a definição do Ministério da Agricultura da Namíbia, quanto ao escopo do novo projeto.

O Secretário Permanente do Ministério da Agricultura, Águas e Florestas (MAWF), Andrew Ndshishi, solicitou o apoio da Embaixada para obter a assistência de dois especialistas em "desenvolvimento institucional" da Embrapa na reorganização do *Namibian Agricultural Research System*, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica, de 23 de outubro de 1998. Espera-se que a cooperação com a Embrapa tenha agora também uma dimensão de cooperação institucional, dado que, em fins de 2009, o Gabinete autorizou o MAWF a consolidar o sistema nacional de pesquisa num novo Instituto de Pesquisa Agrícola da Namíbia, com mandato para coordenar todas as atividades no país. Durante a II Reunião da Comista, a Embrapa informou que um especialista no assunto poderia integrar futura missão ao país para avaliar possibilidades de cooperação na área.

O Ministro de Terras e Reassentamento da Namíbia, Alpheus Naruseb, visitou o Brasil entre os dias 16 e 20 de maio de 2011. Durante a visita, encontrou-se com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florence, a quem transmitiu o interesse namibiano de cooperar na área de reforma agrária, principalmente com o empoderamento dos cidadãos recém-assentados. Ademais demonstrou interesse especial no ‘Programa Mais Alimentos África’. Em novembro de 2011, por solicitação do Governo namibiano, a ABC enviou missão a Windhoek com o objetivo de negociar a participação daquele país no ‘Programa Mais Alimentos África’. Ademais de apresentar o escopo do programa – que inclui aquisição de maquinário agrícola –, iniciaram-se negociações para a implementação do projeto “Capacitação e transferência metodológica para o Programa Mais Alimentos África na Namíbia”, com o objetivo de capacitar e transferir tecnologia para a promoção de ações de desenvolvimento agrícola local e de apoio à agricultura familiar. Apesar do interesse manifestado na ocasião, a cooperação ainda depende de uma posição oficial do Governo namibiano.

Desenvolvimento Urbano e Gerenciamento de Resíduos Sólidos - O Ajuste complementar relativo ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia deu origem a projetos de cooperação nos setores de: construção de moradias para população de baixa renda, inclusive formulação de políticas habitacionais correspondentes; e gerenciamento de resíduos sólidos. Os projetos, coordenados pela ABC e executados

pela Caixa Econômica Federal, desenvolveram-se com notável dinamismo, através de cursos, palestras, apresentações e trabalhos de campo, reunindo equipes do Brasil e da Namíbia.

Entre 28 de novembro e 5 de dezembro de 2009, missão conjunta ABC/CEF esteve na Namíbia para a apresentação da Fase II do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia”, com ênfase na construção de habitações solo-cimento. O projeto já está assinado. O Ajuste Complementar que o respalda foi assinado durante a II Reunião da Comista e a Caixa Econômica já se colocou à disposição para iniciar o projeto.

Atendendo a solicitação do Governo namibiano, a ABC enviou missão à Namíbia em maio de 2010, juntamente com representantes da UFRJ, a fim de elaborar proposta de projeto na área de gestão de resíduos sólidos. A referida demanda refere-se especificamente à cooperação nas áreas de coleta e eliminação de resíduos sólidos; reciclagem, reutilização, redução e recuperação de lixo; segregação de lixo; envolvimento de grupos comunitários no manuseio de resíduos sólidos; tipos diferentes de lixões e da operação de manuseio deles, e manuseio de resíduos sólidos em práticas ambientais sustentáveis. O Ajuste Complementar para Implementação do Projeto “Gestão de Resíduos Sólidos na Namíbia” foi assinado em maio de 2011. A execução da primeira atividade realizou-se em outubro de 2011, com a vinda de 8 técnicos namibianos ao Brasil. A próxima atividade prevê a ida de engenheiros da UFRJ a Namíbia, que deverá ocorrer em abril de 2012.

Saúde - Na área de combate ao HIV/AIDS, as tentativas de implementação do Memorando de Entendimento e do Protocolo de Intenções encontram dificuldades referentes à ausência de consenso sobre o estabelecimento de um protocolo de tratamento, à escassez de informações oferecidas pela parte namibiana e a carências locais para a aplicação de medidas profiláticas. Em maio de 2006, foi enviada missão técnica à Namíbia, que identificou áreas em que seria possível fixar um plano de trabalho. A cogitada visita de missão namibiana ao Brasil, contudo, ainda não se concretizou. Durante a II Reunião da Comissão Mista, os dois lados concordaram em retomar os contatos. Em novembro de 2011, foi realizada visita de estudos de 3 representantes do Ministério da Saúde da Namíbia ao Brasil, com o objetivo de conhecer o Programa Nacional de Combate ao HIV/AIDS, principal política brasileira na área.

Educação - O país faz parte dos Programas Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG). No âmbito do PEC-G, de 2000 a 2012, o Brasil selecionou apenas 2 estudantes oriundos da Namíbia. No PEC-PG, foram selecionados também 2 estudantes no mesmo período. Destaque deve ser dado ao fato de que a Namíbia não tem candidatos selecionados para qualquer um dos Programas desde o ano de 2001.

Encontra-se vigente, desde 2003, Protocolo de Intenções Sobre Cooperação Educacional, que prevê, além da participação do país no PEC-G, a

transferência de metodologias brasileiras para evitar evasão escolar, o intercâmbio de experiências na área de educação à distância, o apoio à formação de professores, entre outros.

Por ocasião da II Reunião da Comissão Mista, foram assumidos os compromissos de: a) cooperar em setores como desenvolvimento de currículos, garantia de qualidade, e financiamento e acesso ao nível superior; e b) promover o contato de instituições de pesquisa e desenvolvimento dos dois países, mediante mobilidade acadêmica.

Esportes - Foi enviado pela parte namibiana, em janeiro de 2012, Projeto de Memorando de Entendimento sobre cooperação esportiva, atualmente em análise no Ministério do Esporte. O Memorando substituiria o anterior, firmado em novembro de 2003, que expirou em novembro de 2009.

Cooperação Jurídica - Encontram-se em fase inicial de negociação acordos bilaterais de cooperação jurídica em matéria penal e civil, assim como acordo de extradição. A iniciativa surgiu durante a II Comista de 2011, quando o Governo namibiano mostrou-se disposto a negociar acordos de extradição e de cooperação jurídica em matéria penal. Em janeiro de 2012, o Ministério da Justiça brasileiro foi consultado sobre o assunto, e demonstrou interesse em negociar os aludidos acordos, em especial o de extradição.

Difusão da Língua Portuguesa - Há uma grande demanda por estudos da língua, não apenas pela proximidade deste país com Angola, como também pela atração exercida pelo Brasil na comunidade empresarial local. A procura tende a fazer aumentar a oferta de cursos.

O Brasil avalia a possibilidade de abrir um Centro de Estudos Brasileiros em Windhoek para difundir o uso da Língua Portuguesa e expandir o número de estudantes em intercâmbio com instituições de ensino do Brasil, uma vez que o domínio da língua representa um dos maiores obstáculos para essa ampliação.

Transportes Aéreos - Representantes de Governo e da empresa *Air Namibia* manifestaram interesse em negociar Acordo de Serviços Aéreos com o Brasil, o qual deverá permitir o estabelecimento de rota Windhoek-São Paulo. O interesse namibiano foi levantado por ocasião da II Reunião da Comissão Mista, em julho de 2011, ocasião em que autoridades de aviação civil dos dois países informaram já estarem avaliando minuta de Acordo Aéreo bilateral, que seria negociado durante a III Conferência da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) para Negociações de Acordos Aéreos (ICAN/2012). Em razão de restrições orçamentárias, no entanto, a ANAC não pôde participar da Conferência. Espera-se que as autoridades de aviação civil brasileira e namibiana retomem os contatos em 2012 com vistas ao agendamento de reunião negociadora.

Assuntos Consulares

Há no país 115 cidadãos brasileiros, que são assistidos pelo setor consular da Embaixada em Windhoek. Não há detentos brasileiros na Namíbia.

POLÍTICA INTERNA

A normalidade democrática e a hegemonia da SWAPO na política namibiana resultam em larga medida da condução do processo de libertação do país.

Desde sua independência, em março de 1990, a Namíbia constitui-se como uma sólida democracia, fundada no Estado de Direito, dotada de todas as instituições necessárias para assegurar a boa governança. Pratica-se o pluripartidarismo e eleições diretas presidenciais, parlamentares e provinciais são realizadas regularmente a cada cinco anos. O Poder Judiciário opera com independência e o Ministério Público exerce efetivo e permanente controle sobre as ações de governo e as finanças públicas. A Comissão Anti-Corrupção tem atuado para preservar um ambiente de respeito ao bem público e favorecer a formação de um bom clima de negócios.

A Namíbia encontra-se também comprometida com a liberdade de mercado, o respeito à propriedade e o estímulo à iniciativa privada. Projeto de reforma agrária elaborado desde os anos 90 exclui a expropriação arbitrária de terras, consagrando o princípio "*willing sellers, willing buyers*". Ao mesmo tempo em que busca criar mecanismos de promoção de populações historicamente desfavorecidas, o governo tem evitado adotar medidas que gerem confrontação social. Ressalte-se também que há plena liberdade de expressão, que se traduz numa imprensa livre e opinativa.

Ainda que consagre o multipartidarismo, o país tem sido governado ininterruptamente, desde a independência, pela *South Western Africa People's Organization* (SWAPO), caracterizada como partido dominante, detentor de mais de 2/3 dos assentos na Assembleia Nacional. O segundo maior partido, resultante de uma cisão da SWAPO, não ultrapassa a marca de 10% dos assentos no Parlamento. Esta circunstância faz com que o sistema político namibiano seja, na prática, um regime de partido único. A manutenção de uma estrutura centralizada, baseada na autoridade histórica de líderes como San Nujoma, Hifikepunye Pohamba, Theo Ben-Gurirab e Hage Geingob, assegura grande estabilidade política no país.

O país destaca-se por figurar entre os principais investidores de todo o continente na área social, e por seus notórios esforços de combate à corrupção. Cerca de 30% do orçamento nacional é destinado à área social, especialmente educação e saúde. Dados do Banco Mundial de 2009 indicam que cerca de 13,1% da população

entre 15-49 anos de idade seja portadora do vírus HIV, cujo índice de prevalência vem caindo desde 2008. No relatório de 2010 da *Transparência Internacional*, o país obteve o sexto menor índice de corrupção na África (atrás apenas de Botsuana, Maurício, Cabo Verde, Seicheles e África do Sul). Conforme o relatório dos *Repórteres sem Fronteiras* de 2011, a Namíbia é o segundo país africano que mais respeita a liberdade de imprensa, ficando atrás apenas de Cabo Verde e empatando com a Bélgica.

Sam Nujoma permaneceu quinze anos na Presidência da Namíbia, tendo cumprido três mandatos sucessivos como Presidente. Goza de extrema popularidade. Em 2005, recebeu o título oficial de Pai Fundador da Nação Namibiana (*“Founding Father of the Namibian Nation”*). Sua administração foi norteadá pela busca da reconciliação nacional, redução da pobreza, resolução da questão da reforma agrária, diversificação da economia e pelo combate à pandemia do HIV/AIDS.

No final de 2003, Nujoma anunciou que não iria concorrer a um quarto mandato. Assim, em novembro de 2004, Hifikepunye Pohamba foi eleito Presidente da República. O fato não constituiu surpresa, uma vez que Pohamba ocupava a vice-presidência da SWAPO e sempre foi confiável parceiro de Sam Nujoma durante a luta pela libertação do país. Embora analistas vejam estilos de liderança distintos, os laços entre Pohamba e Nujoma favoreceram uma transição suave e estável, possibilitando ao “pai da nação” uma saída gradual da cena política.

Eleito em novembro de 2004, com 76,4% dos votos, e empossado em março de 2005, Hifikepunye L. Pohamba mantém, em linhas gerais, as prioridades da administração anterior. Em seu discurso de posse, comprometeu-se a preservar o legado de Nujoma e a complementá-lo, reforçando políticas de tolerância zero contra a corrupção; de crescimento econômico sustentável; de desenvolvimento social e de combate ao HIV/AIDS. Defende o aumento da produtividade e da eficiência no serviço público, e maior treinamento dos trabalhadores como pré-requisito para que a economia cresça e alcance os objetivos de desenvolvimento previstos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e “Visão 2030”.

No IV Congresso Extraordinário da SWAPO (2004), além do afastamento de Sam Nujoma da cúpula partidária e da ascensão de Pohamba à presidência da SWAPO, assistiu-se à renovação de metade do Politburo, com a eleição de uma nova geração de integrantes que participarão das disputas legislativas de 2014.

Outra novidade no campo político namibiano foi a fundação, em novembro de 2007, de um novo partido, o *Rally for Democracy and Progress* (RDP), criado por Jesaya Nyamu, ex-Ministro da Indústria e Comércio. Nyamu apoiou Hidipo Hamutenya nas prévias para a eleição presidencial de 2004 e acabou sendo expulso da SWAPO, acusado de conspirar contra o ex-presidente Sam Nujoma. Ex-Ministro das Relações Exteriores (2002-2004) e também um dos principais líderes históricos da SWAPO, Nyamu acusou a agremiação de autocracia e culto à personalidade, e de ter-se desviado do compromisso com a democracia.

A despeito de tais mudanças no panorama político namibiano, Hifikepunye Pohamba foi reeleito em 2009, com 75% dos votos. Pohamba conta ainda com sólida maioria no Parlamento, uma vez que, nas eleições legislativas, a SWAPO obteve 55 dos 72 assentos da Assembleia Nacional, enquanto o maior partido oposicionista, o *Congress of Democrats* (CoD), obteve somente cinco cadeiras. A SWAPO controla, ainda, doze das treze regiões administrativas da Namíbia e goza de maioria nos conselhos locais.

O gabinete do segundo mandato dá continuidade ao gabinete anterior, o que revela o cuidado com que Pohamba pretende conduzir seu Governo, preservando o equilíbrio de forças nas fileiras da SWAPO. Quatorze ministros, inclusive o Primeiro-Ministro Nahas Angula, mantiveram-se em seus postos, enquanto outros cinco foram transferidos para novas posições. Dois nomes se destacam como astros em franca ascensão: Utoni Nujoma, cuja indicação a titular dos Negócios Estrangeiros praticamente põe o filho de Sam Nujoma em linha ascensional na cúpula governamental; e o novo Ministro da Educação, Abraham Iyanbo, de 39 anos, egresso do Ministério da Pesca, conhecido por sua eficiência à frente daquela pasta.

Os nove partidos oposicionistas que em janeiro de 2010 questionaram judicialmente os resultados das eleições legislativas e presidencial de 2009 foram derrotados na Justiça. Em fevereiro de 2011, a Alta Corte da Namíbia concluiu não haver evidências de que a condução do pleito tenha influenciado no seu resultado. A oposição havia considerado terem ocorrido "graves irregularidades" nos dois pleitos, e pretendia anulá-los.

O Presidente reafirmou seu compromisso com o programa estratégico "Vision 2030" e o II Plano Nacional de Desenvolvimento 2001-2005 (II PND). Adotado em 2004, o "Vision 2030" consiste num programa de longo prazo que enfoca oito temas principais: a desigualdade e o bem estar social; a paz e a estabilidade política; o desenvolvimento de recursos humanos e a construção de capacidade institucional; questões macroeconômicas; população, saúde e desenvolvimento; o setor de recursos naturais; o conhecimento, a informação e a tecnologia e fatores de ambiente externo. O objetivo da "Vision" é elevar a qualidade de vida do povo namibiano de forma significativa até o ano de 2030.

O II PND, por sua vez, era programa de curto prazo que tinha como objetivos prioritários o combate à pobreza, a redução da desigualdade e a promoção da igualdade de gênero. Entre os resultados produzidos durante a vigência do II PND, destacam-se os relativos à distribuição de renda do país: o coeficiente de Gini caiu de 0,7 em 1993/94 para 0,6 em 2003/4 (ainda elevado, se considerada a média de 0,43 dos países de renda média baixa) e a parcela dos extremamente pobres caiu pela metade nesse período, de 9% para 4%. Além disso, a participação feminina na Assembleia Nacional passou de 9% em 1993 para 27% em 2006, com avanços semelhantes nos âmbitos regional e local, resultados reconhecidos pelo PNUD.

Apesar desses avanços, continua alto o nível de desigualdade social na Namíbia – sobretudo se levado em conta o fato de tratar-se de país considerado de desenvolvimento humano médio, com um PIB per capita entre os maiores da África

subsaariana. Estimativas recentes mostram que 5% da população detém mais de 78,7% da renda e que os 7 mil mais ricos gastam tanto quanto os 800 mil mais pobres. Cerca de 90% da população namibiana vive em condições semelhantes aos nacionais dos países africanos de menor desenvolvimento relativo.

Em 2007, o Governo Pohamba lançou o III Plano Nacional de Desenvolvimento (2007/8-2011/12), que almeja reduzir a pobreza extrema de 4% para 2% e diminuir o desemprego de 36% para 30% até 2012. O foco consiste no crescimento econômico acelerado por meio da promoção do desenvolvimento rural. O novo plano procura, também, identificar maneiras de diminuir a mortalidade infantil e as taxas de declínio da expectativa de vida, de aumentar as taxas de emprego e de combater a existente disparidade sócio-econômica entre as áreas rurais e urbanas. Além disso, o Presidente expressou o desejo de assegurar que os primeiros resultados favoráveis quanto à estabilização das taxas de prevalência do HIV/AIDS sejam sustentados.

Em decorrência dos elevados índices de incidência da AIDS na Namíbia, a expectativa de vida da população sofreu declínio ao longo da década de 1990. Passou de quase 61 anos, em 1990, para 57 anos, em 2000. A partir de então, a expectativa de vida voltou a crescer consistentemente, refletindo a diminuição do índice de prevalência da AIDS no país. Segundo dados do PNUD, a expectativa de vida passou de 58,7 anos, em 2005, para 62,5, em 2011, enquanto o índice de prevalência da AIDS, conforme dados do Banco Mundial, diminuiu de 15,7% da população em 2005 para 13,7% em 2008 e 13,1% em 2009.

Do ponto de vista socioeconômico, juntamente com o problema da AIDS, a questão agrária tem constituído ameaça à estabilidade. Trata-se de desequilíbrio estrutural herdado do colonialismo – cerca de 4 mil fazendeiros detêm fazendas comerciais cujas terras equivalem, em extensão, à área de propriedades comunais administradas por 150 mil famílias. O programa de reforma agrária segue o princípio de “willing-buyer, willing-seller”, que prevê a compra de fazendas comerciais de brancos, sua divisão em unidades menores e posterior distribuição entre a população rural negra. A meta é adquirir cerca de 15 milhões de hectares de fazendas comerciais, a fim de assentar 26.727 famílias, até 2020. O programa de reforma agrária, um dos principais pilares da política social, avança em ritmo lento. O programa tende a ficar paralisado, uma vez que há resistências e inibições, particularmente de fazendeiros brancos. Windhoek tem-se empenhado em evitar uma radicalização semelhante à ocorrida no Zimbábue. A reforma agrária tem sido uma das bandeiras da SWAPO desde que assumiu o poder.

Desde os eventos de 2004 – luta interna à SWAPO e conseqüente criação do *Rally for Democracy and Progress* – o tema “sucessão presidencial” assumiu entre os quadros do partido majoritário a aura de um tabu. Desde então, Hifikepunye Pohamba firmou a convicção de que disputas internas à SWAPO em torno de ambições pessoais devem ser evitadas e combatidas com o máximo vigor. Com a aproximação do 5º Congresso da Swapo, em 2012, notícias de uma suposta campanha velada, feita sem a autorização formal do partido, alcançaram os meios

jornalísticos e irritaram profundamente o presidente Pohamba, que criticou os envolvidos em "campanhas secretas" para a definição de seu sucessor.

A eleição de Geingob à vice-Presidência da SWAPO durante o Congresso de 2007 o posicionara como virtual pré-candidato à sucessão de Hifikepunye Pohamba. Os possíveis nomes alternativos a Geingob (por suas posições relativas na estrutura do partido) são o da Secretária-Geral do Partido e Ministra da Justiça, Pendukeni Iivula-Ithana, e o do Primeiro-Ministro Nahas Angula. Político assertivo, o Primeiro-Ministro adota agora o papel auto-assumido do "Cidadão Angula", título com o qual assina na imprensa local uma série de artigos com pretensões teóricas, buscando evidenciar as "razões profundas" das mazelas econômicas e sociais do país.

Tanto Geingob quanto Iivula-Ithana negam haver qualquer tensão entre si e negam ter se engajado em qualquer tipo de campanha pela sucessão. Afirmam ignorar a existência de "comitês de campanha" em seu nome. Não obstante, membros da SWAPO, sob a proteção do anonimato, revelam certas táticas veladas de proselitismo político. Iivula-Ithana conta com ampla simpatia nos redutos mais radicais da SWAPO, onde se situa a *SWAPO Youth League* (SPYL). Em setembro de 2010, a SPYL encaminhou ao Comitê Central documento em que advogava a abertura do debate sobre a sucessão presidencial no âmbito do partido.

A despeito de toda tensão criada no partido sempre que as ambições e vaidades pessoais se entrecrocavam, Pohamba e a SWAPO prezam, acima de tudo, a continuidade dentro de regras hierárquicas estritas. O candidato à presidência tende a ser, nessa ordem, o vice-presidente do partido, cargo atualmente ocupado por Geingob. Geingob dispõe de uma vantagem adicional: seria o primeiro presidente não pertencente à etnia Oshivambo. Sem uma "clientela" tribal como base política, Geingob se coloca, como nenhum outro, em posição de atender a outro anseio das lideranças, em especial do presidente Hifikepunye Pohamba, a saber, o combate ao "tribalismo" e conseqüente reforço da idéia de uma Namíbia unida como nação.

ECONOMIA

A economia do país é, em boa medida, dependente da extração e do processamento de minerais para exportação. Cerca de 20% do PIB e de 50% das divisas recebidas pela Namíbia são decorrentes dessa atividade. O país é um dos principais produtores mundiais de diamante de aluvião, cuja média de valor por quilate é a maior do mundo; é o quarto maior produtor de urânio (responsável por cerca de 8% da oferta mundial do metal); extrai zinco em grandes quantidades e, em menor escala, outros metais como cobre e ouro. A variação dos preços internacionais desses minérios e a perspectiva de exploração de novas minas, especialmente de urânio, são fatores determinantes para a evolução da economia local nos próximos anos.

A exploração de jazidas de urânio apresenta perspectivas particularmente animadoras: desde 2009, o urânio tem disputado com o diamante o primeiro lugar na pauta exportadora namibiana. Anuncia-se a formação de um consórcio entre a *Rössing Uranium*, controlada pela britânica *Rio Tinto*, e a *Rössing South*, controlada pela australiana *Extract Resources*, para explorar novo depósito em Erongo com potencial de produzir cerca de sete mil toneladas de óxido de urânio por ano. Estaria uma das três maiores minas de urânio no mundo. No total, espera-se que quatro novas minas entrem em operação até 2015, com a projetada criação de oito mil empregos.

Estimativa da “The Economist Intelligence Unit” (EIU) indica que o PIB namibiano, medido em 2011, foi de US\$ 13,11 bilhões (crescimento de 3,2% em relação a 2010), com PIB per capita de US\$ 6.941,00, considerado elevado em comparação com outros países da região. A distribuição de renda namibiana, no entanto, é uma das piores do mundo (Gini=0,68). Sustentado por relativa estabilidade macroeconômica e pela elevação dos preços internacionais dos minérios, o país cresceu a um ritmo constante entre 2003 e 2008. Em 2009, em virtude da crise financeira internacional, o PIB do país sofreu contração de 0,4%, mas, já em 2010, apresentou crescimento de 6,6%. Atribui-se a saída tranquila da Namíbia da situação de crise econômica às medidas anticíclicas adotadas pelo governo, que promoveu uma expansão fiscal sem precedentes entre os exercícios fiscais 2008-2009 e 2010-2011.

Para o biênio 2012-2013, projeta-se crescimento de 4,8% e de 5,7%, respectivamente. A composição do PIB do país, por setor, é a seguinte: agricultura, 7,3%; indústria, 34,3%; e serviços, 58,4%. A agricultura local é de subsistência e, apesar da pequena participação no PIB, emprega cerca de 40% da população economicamente ativa do país. A fim de incentivar o desenvolvimento de uma agricultura comercial competitiva e de coibir o elevado êxodo rural, o Governo Namibiano vem desenvolvendo o projeto “*Green Scheme Initiative*”, que, desde outubro de 2004, tem promovido o uso intensivo de irrigação.

A política fiscal do governo deverá ser um dos sustentáculos do crescimento econômico nos próximos anos. Com um pacote de investimentos de quase US\$ 2 bilhões para o período 2011-2014, o governo espera combater a alta taxa de desemprego do país, oficialmente em 51% (analistas do setor privado acreditam haver superdimensionamento dos dados de desemprego), criando aproximadamente 100 mil novos empregos. O quarto Plano Nacional de Desenvolvimento, atualmente em planejamento e que terá vigência de 2012 a 2017, deverá priorizar medidas para a redução da pobreza e da desigualdade de renda. As autoridades namibianas reconhecem, no entanto, que o crescimento econômico do país ainda tem sido insatisfatório para atingir os objetivos do “*Vision 2030*” de redução significativa da pobreza e de conversão do país numa sociedade industrial. Os maiores entraves para o crescimento econômico acelerado e sustentável parecem ser a pouca diversificação da economia, excessivamente centrada em bens primários, e a ausência de mão-de-obra qualificada.

Em termos de infraestrutura, a principal limitação do país é a oferta de energia, com o resultante encarecimento deste insumo. A Namíbia depende do fornecimento de energia de seus principais vizinhos, em especial África do Sul e Angola, com os quais há projetos de interconexão das linhas de transmissão de energia sendo desenvolvidos. Entretanto, o país vem encontrando dificuldades nas negociações com a África do Sul, Botsuana, a Zâmbia e a RDC para ampliar sua cota de importação de energia elétrica. Ainda em termos de infraestrutura, busca-se a extensão e o aperfeiçoamento das malhas rodoviária e ferroviária e o aparelhamento e ampliação do porto de águas profundas de Walvis Bay (conclusão prevista para 2012).

De modo a encorajar investidores externos, o governo revogou parcialmente um pacote de aumento de impostos relacionados à mineração, de julho passado, e confirmou que a exigência de formação de joint-ventures com a mineradora estatal *Epangelo Mining Company*, determinada em abril passado, não se aplicará às licenças já existentes. Mesmo diante desses planos, o governo espera reduzir o déficit público de 9,1% do PIB em 2011 para 5,2% do PIB em 2012, mediante o aumento de receitas tributárias decorrentes do crescimento econômico e do aumento das receitas provenientes da SACU – Southern African Customs Union.

As projeções de crescimento do PIB para 2012 e 2013 são baseadas, também, na expectativa de aumento da produção de urânio, de manganês e, em menor medida, de diamante, na suposição de que os preços desses produtos se mantenham em níveis elevados. A produção industrial deverá crescer, estimulada pelo aumento das operações da planta cimenteira de Ohorongo.

A política cambial do país é vinculada à sul-africana, mantendo paridade entre o dólar namibiano e o rand sul-africano. A política monetária, por consequência, segue rumos parecidos nos dois países. Como a África do Sul deverá adotar política contracionista, tendo em vista que a inflação atingiu o teto da meta em 2011, a autoridade bancária namibiana deverá elevar a taxa básica de juros. Desse modo, a inflação deverá ser reduzida para cerca de 4,8% em 2012, ante 7% no ano passado, quando foi estimulada pela inflação sul-africana, origem da maior parte das importações do país, e pela alta dos preços internacionais das commodities.

O país importa boa parte de seus bens de capital de consumo, com destaque para máquinas e equipamentos elétricos (20,8%), equipamento de transporte (15,4%), alimentos e bebidas (14,2%), produtos químicos (13,1%) e petróleo (7,1%), segundo dados de 2009. Como produtos de exportação destacam-se metais, inclusive urânio (19%, em 2009), pescado (18,3%), diamantes (16,9%), zinco refinado e cobre (7,7%). Embora as exportações do país devam crescer, estimuladas pelo aumento das vendas de urânio, ouro, cobre e cimento, a balança comercial deverá seguir negativa, em razão das importações de bens de capital necessários aos projetos relacionados à mineração.

Desde 2008, não há informações consolidadas sobre os principais parceiros comerciais namibianos. Pressupõe-se que a África do Sul continue sendo o principal destino das exportações e origem das importações da Namíbia, tendo em

vista o histórico comercial entre os países, disponível até 2008. Naquele ano, as importações totais da Namíbia foram de US\$ 4,7 bilhões, dos quais 3,2 bilhões (cerca de 70%) foram provenientes da África do Sul, seguida de longe pelo Reino Unido (US\$ 373 milhões – 7%) e Índia (US\$ 162 milhões – 3%). No mesmo ano, as exportações da Namíbia totalizaram US\$ 4,8 bilhões. A África do Sul comprou US\$ 1,5 bilhão, cerca de 31%, seguida pelo Reino Unido (US\$ 710 milhões – 15%) e Angola (US\$ 405 milhões – 8,5%).

O déficit na balança comercial é compensado por superávits na conta de serviços, devido, em boa medida, ao turismo receptivo, e nas transferências internacionais, principalmente pelas receitas provenientes da SACU, as quais se espera cresçam nos próximos anos, motivadas pelo aumento das importações. Desse modo, a conta corrente do balanço de pagamentos namibiano é equilibrada, não registrando grandes resultados, negativos ou positivos nos últimos anos. Projeta-se que o déficit em conta corrente seja ampliado de 0,3% do PIB, em 2011, para 0,5% do PIB, no ano corrente.

Como economia voltada para a exportação, a Namíbia dispõe de dois principais mecanismos destinados a atrair o Investimento Direto Estrangeiro: o “*Foreign Investment Act*” (implementado em 1990, estabelece igualdade de condições entre investidores locais e estrangeiros) e o Programa de Zonas de Processamento de Exportação (de 1996, oferece benefícios como isenção fiscal, legislação trabalhista flexível, isenção do imposto de importação para a compra de maquinário e insumos básicos e permissão para manter conta corrente em moeda estrangeira nos bancos locais). Os investimentos externos têm se concentrado na área de exploração de minérios: Estados Unidos, Rússia, França, Cazaquistão e Índia possuem acordos com a Namíbia na área de exploração do urânio. O acordo com a Índia, assinado em 2009, prevê a construção de plantas nucleares e a capacitação de mão-de-obra namibiana. Ademais, diante das boas perspectivas em relação ao potencial petrolífero da plataforma marítima namibiana, o país tem recebido investimentos externos na área, inclusive por parte das brasileiras *Petrobrás* e *HRT Oil & Gas Exploration*. Também a estatal russa *Gazprom*, em parceria com a *Namcor*, firmou acordo para construção de Usina de Gás para gerar 800 megawatts em Walvis Bay, e tem planos para explorar petróleo *off-shore*.

A estabilidade política e a segurança jurídica são os dois grandes diferenciais que fazem da Namíbia um pólo de atração para investimentos estrangeiros. Em vista das particularidades do país, as melhores oportunidades de investimento estariam no campo dos minérios; da construção civil e projetos de engenharia; do processamento da pesca; e da geração de energia. Dependente da importação de energia, a Namíbia tem urgência na promoção de investimentos em fontes alternativas.

POLÍTICA EXTERNA

Um dos traços da política externa namibiana é a continuidade. O governo Pohamba mantém, em larga medida, as diretrizes da diplomacia do Governo Nujoma. Conforme explicitado em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba busca preservar não só o legado interno de paz, estabilidade, segurança e reconciliação nacional deixado pelo seu predecessor, mas também o legado externo de participação construtiva do país nas Nações Unidas, na União Africana, na SACU e na SADC, no Movimento Não-Alinhado e em outros organismos internacionais. A política externa namibiana caracteriza-se também por relações estreitas de amizade com países que lhe ajudaram materialmente durante as lutas pela independência tais como Cuba, a China e a Rússia, e por certa retórica anti-ocidental remanescente da luta contra o domínio colonial sul-africano e, como ressonância de um passado mais distante, do domínio alemão.

É também importante vetor da política externa namibiana a promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento. A administração Pohamba atribui à diplomacia a função de buscar criar condições externas que facilitem o desenvolvimento e propiciem o cumprimento das metas nacionais fixadas do III PND e do "Vision 2030".

Outro traço da política externa namibiana é o engajamento com o ideal de paz. O país apóia ativamente iniciativas multilaterais voltadas para estabelecer e garantir a paz regional e internacional. Entre 1999 e 2000, a Namíbia integrou o Conselho de Segurança da ONU e presidiu a 53ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Atualmente, o país tem participação, conquanto modesta, em quatro operações de paz das Nações Unidas no continente africano.

Ressalte-se a preocupação do Governo com a formação e atualização dos quadros diplomáticos. Os namibianos orgulham-se da experiência negociadora internacional acumulada pelos líderes ao longo da luta pela emancipação política do país que hoje compõem os quadros diplomáticos do governo. Anualmente, os chefes de missão diplomática são chamados ao país, a fim de atualizarem-se acerca dos principais projetos e programas nacionais.

União Africana

A Namíbia é tradicional defensora da união continental. O governo namibiano reconhece o apoio da Organização da União Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA), na luta pela independência do país.

Em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba acentuou que a Namíbia continuará a garantir o êxito da União Africana e de seu programa, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). O país manterá seu apoio ao fortalecimento da capacidade da União Africana na prevenção, resolução e gerenciamento de conflitos em todo o continente. Como sintetizou o Presidente "uma

Namíbia pacífica necessita de vizinhos pacíficos, de um continente pacífico e de um mundo pacífico”.

SACU e SADC

Como entusiasta da integração regional, a Namíbia tem tido papel de destaque na SADC e na SACU. Como presidente de turno da SADC em 2010-2011, o Presidente Pohamba atuou de forma a enfatizar a cobrança de resultados e do tempestivo cumprimento da agenda comum.

Em 2007, a Namíbia chegou a rubricar Acordo provisório de Parceria Econômica com a União Européia, mas passou posteriormente a considerá-lo lesivo aos interesses nacionais. Em 2010, informou a UE de que não ratificaria o acordo rubricado. No momento, o país resiste à insistência europeia em assinar novo Acordo provisório de Parceria Econômica (EPA) até janeiro de 2014 – sob pena de perder acesso preferencial dos seus produtos ao mercado europeu. As autoridades namibianas argumentam que a assinatura do EPA implicaria concessões em pontos fundamentais da SACU – sobretudo no que diz respeito à proteção de indústrias nascentes - e fragilizaria os esquemas de integração regional da SADC.

A Namíbia ainda não concluiu seu processo de ratificação do ACP MERCOSUL-SACU, que segue sob a apreciação do Parlamento.

Conflitos na África

Em seus principais pronunciamentos de política externa, o Presidente Pohamba salienta que a paz e a segurança no continente são vitais para o desenvolvimento econômico e social.

Segundo entendimento corrente na Chancelaria namibiana, a crise no Zimbábue tem dois pontos principais: a questão agrária e o não indiciamento dos atuais governantes. Conforme tal entendimento, a reforma agrária, embora justa e juridicamente correta, teria sido mal executada. A reação de Mugabe ao financiamento da oposição zimbabuana pelas potências ocidentais teria dado a britânicos e norte-americanos argumentos para ressaltar as violações aos direitos humanos. As sanções econômicas adotadas, a seguir, produziram caos econômico no país.

A Namíbia reconhece e apóia a República Árabe Saraaui Democrática (RASD), como questão de princípio, assim como a Frente Polisário, na condição de movimento de libertação. Mesmo antes da independência, a SWAPO e a Frente Polisário prestavam-se solidariedade mútua. A posição namibiana está, ademais, em consonância com a posição comum da SADC sobre a RASD. Tanto a RASD quanto o Reino do Marrocos mantêm relações diplomáticas com a Namíbia, por meio de embaixadas cumulativas sediadas em Luanda.

A atitude do Governo Pohamba quanto à crise na Líbia traduziu afinidades históricas e instrumentou-se na retórica anti-imperialista. O Presidente Pohamba, em discurso proferido no Dia da Independência (21 de março – poucos

dias após a Resolução 1973 do CSNU), afirmou que a Namíbia "deplora e lastima a invasão liderada por alguns países europeus, os Estados Unidos e o Canadá". Apontou que a Namíbia se pauta pela resolução do Conselho de Paz da União Africana segundo a qual "qualquer invasão estrangeira nos assuntos internos de qualquer nação africana deve ser condenada e rejeitada nos mais enérgicos termos".

Com respeito à crise sucessória na Costa do Marfim, Pohamba limitou-se a expressar "preocupação". À época, concitou as partes em conflito a iniciar um diálogo "fraterno no interesse supremo de seu país". Ao eximir-se de condenar Gbagbo - assim como evita condenar os métodos de governo de Robert Mugabe no Zimbábue -, Pohamba expôs-se a críticas internas que acusam a política externa namibiana de desprezo por valores democráticos e princípios constitucionais. A máxima "soluções africanas para problemas africanos" é sonoramente repetida na Namíbia.

África do Sul

As relações com a África do Sul são estreitas, apesar de persistir certa tensão, derivada da excessiva dependência econômica de Windhoek em relação a Pretória.

A África do Sul é o principal parceiro comercial da Namíbia. Representa mais de 80% das importações namibianas e destino de cerca de 27% das exportações. A África do Sul é também o principal investidor na Namíbia, notadamente nos setores minerador, bancário e de seguros.

A África do Sul exporta metade da energia elétrica e de todo o petróleo consumido pelo povo namibiano. Em 2006, a Namíbia assinou com a *Eskom*, estatal de eletricidade sul-africana, contrato de suprimento de energia sul-africana por quinze anos.

Alguns problemas na demarcação da fronteira, ao longo do rio Orange, chegaram a causar tensão nas relações com Pretória, mas atualmente há projetos de aproveitamento hidrelétrico comum do rio.

Angola

As relações com o Governo de Luanda são consideradas particularmente importantes, refletindo as ligações estreitas entre a SWAPO e o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Entre 1976 e 1985, Luanda foi sede do Quartel-General do movimento independentista namibiano. As Forças Armadas da Namíbia, por sua vez, contribuíram para a queda final de Jonas Savimbi.

O Governo namibiano expressa reiteradamente sua disposição de estreitar vínculos com o Governo angolano, considerados estratégicos, de forma a reduzir a dependência econômica da Namíbia em relação à África do Sul. O Governo namibiano tem encorajado o setor privado do país a envolver-se na reconstrução e no processo de industrialização de Angola, particularmente nos campos de mineração, pesca marítima, agricultura, e infraestrutura. Dada a proximidade geográfica, a Namíbia tem sido uma importante rota de suprimentos e de investimentos para o sul

de Angola, onde grande parte da população se abastece nos entrepostos na fronteira namibiana.

Desde 2011, no entanto, decisão unilateral de Angola de adotar "moratória parcial" nas importações de produtos namibianos (cimento, produtos alimentícios e veículos usados), sob os argumentos da necessidade de esclarecer pontos relativos à regra de origem e de conter excesso de oferta, tem gerado desconforto entre os dois países. A suspensão das importações de cimento, produto que tinha no mercado angolano seu principal destino, é vista por empresários nacionais e pela *Namibia Manufacturers Association* (NMA) como mera proteção não-tarifária à economia angolana, historicamente deficitária na relação comercial com a Namíbia.

A fim de revigorar as relações econômicas e comerciais com o vizinho e superar o impasse, o Ministro da Indústria e Comércio, Hage Geingob, realizou visita a Luanda em julho de 2011. Apesar de o Acordo de Cooperação Econômica e Comercial de 2004 ter instituído uma comissão bilateral para acompanhar sua implementação, esse comitê permanecia inativo. A contraparte angolana comprometeu-se a suspender a moratória às importações namibianas até o fim de 2011, embora, até o momento, a medida ainda se encontre vigente.

Ambos os países firmaram acordo sobre o uso comum do rio Cunene e projeto de construção de uma usina hidrelétrica na região fronteira.

Há cerca de 6.500 refugiados angolanos no norte da Namíbia. Esses refugiados já não seriam considerados refugiados políticos, como alegam, mas econômicos, visto que os conflitos armados no país foram superados há cerca de oito anos. Em verdade, os angolanos "refugiados" na Namíbia resistem à idéia de retornar a Angola, onde sua situação seria ainda mais precária. Os governos da Namíbia e de Angola negociam uma solução para o impasse.

Alemanha

As relações entre a Namíbia e a Alemanha têm caráter especial. Antiga metrópole, a Alemanha ainda se faz presente na língua e em prédios e monumentos construídos pelo país no período colonial. Hoje a Alemanha busca intensificar as relações comerciais e a cooperação para o desenvolvimento com a Namíbia, inclusive por meio de investimentos na infra-estrutura social e econômica do país. A Namíbia é o principal beneficiário *per capita* da assistência ao desenvolvimento prestada pela Alemanha ao continente africano. Em 2005, Berlim ofereceu 20 milhões de euros por ano em um período de dez anos, atendendo ao pleito de comunidades namibianas, a título de reparação pelas políticas opressivas adotadas durante a vigência do período colonial.

China

Parceira histórica na época da luta pela independência, a China é, hoje, uma clara prioridade política na agenda namibiana. A presença chinesa no país é considerável; cresceu constantemente nos últimos anos e continua a ampliar-se.

Apesar da pouca relevância do mercado namibiano, a China parece atentar para a imagem da Namíbia como parceiro confiável e dotado de expressiva riqueza em recursos minerais. O urânio namibiano, em particular, tem despertado o interesse chinês.

A pauta de exportações chinesas para a Namíbia é cada vez mais diversificada, e compete, em vários itens, com a brasileira (têxteis, sapatos, equipamentos industriais). A ofensiva chinesa no setor de construção também pode, a médio e longo prazos, ameaçar interesses de empresas brasileiras.

Interessa ao governo namibiano, especialmente, atrair investimentos chineses em rodovias, portos, energia, telecomunicações, agricultura, pesca e mineração. É notável a participação chinesa em projetos de construção civil. Contaram com participação chinesa, entre outros, os projetos de construção da "State House" (complexo com escritórios e residência do Presidente da República); da Suprema Corte; da Corte de Magistrados de Katutura; e da "National Council", entre outros. Segundo estimativas da Embaixada chinesa em Windhoek, os investimentos chineses no país chegam a US\$ 35 milhões anuais, principalmente em construção, manufaturas, alimentos, saúde e desenvolvimento imobiliário.

A China vem-se firmando como parceiro privilegiado da Namíbia, e começa a ter ascendência no campo militar, inclusive naval, em concorrência direta com a presença brasileira. O país ofereceu navio para transporte de tropa e cursos de treinamento militar, que, por enquanto, não foram aceitos. Recentemente, doou 6,5 milhões de dólares para ampliação da escola de formação de oficiais da Força de Defesa da Namíbia. Ademais, ganhou concorrência para modernizar a base naval de *Walvis Bay*.

Assim, os chineses já superaram brasileiros na obtenção de licença para execução de pelo menos dois importantes projetos: modernização daquela base naval e para a construção de uma fábrica de cimentos.

Em pronunciamento recente, o presidente Hifikepunye Pohamba fez eloqüente defesa da presença chinesa na Namíbia, dizendo ser vergonhoso "que a comunidade empresarial negra local critique a atuação de empresários daquele país. Lembrou que os chineses são "amigos da Namíbia", pois deram seu apoio ao país durante as lutas de libertação. O Governo Pohamba busca mostrar a Pequim que seu governo não endossa hostilidades a empresas e aos investimentos chineses.

O ponto central do debate, porém, é a percepção de que a presença chinesa, ademais de competir com empresas namibianas, não tem trazido benefícios ao país em termos de capacitação, transferência de tecnologias, entre outros. Há ainda a percepção, corrente entre os vários comentaristas, de que os empresários chineses descumprem as leis trabalhistas assim como disposições legais sobre atividades bancárias e fiscais.

O Ministério da Indústria e Comércio anunciou em agosto de 2010 planos para coibir a entrada de estrangeiros que venham a atuar em pequenos e médios empreendimentos comerciais, em atenção à demanda da Câmara de Comércio

e Indústria (NNCI), que vê na presença chinesa uma permanente ameaça à criação de empregos para namibianos.

Reforma da ONU

Em seu discurso de posse, o Presidente Pohamba expressou a necessidade do fortalecimento das Nações Unidas para que a organização possa enfrentar os novos desafios e refletir a realidade contemporânea. Afirmou que a Namíbia continuará a apoiar os esforços para a reforma das Nações Unidas, incluindo a reforma do Conselho de Segurança, a fim de que este se torne mais representativo, democrático, legítimo e plenamente capaz de manter a paz e a segurança internacionais. Além disso, reiterou a urgência na reforma das instituições financeiras internacionais, para que atendam melhor às demandas dos países em desenvolvimento. Na AGNU, o Presidente Pohamba defendeu o incremento do papel e da autoridade da Assembléia Geral como principal órgão deliberativo e de "policy-making".

Embora tenha manifestado apoio ao pleito brasileiro ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a Namíbia deve seguir a posição da União Africana não que se refere à reforma do Conselho. Em relação ao processo negociador, vê com resistências a proposta de arranjo intermediário, não aceitando 'assentos de segunda classe' para a África. O país expressou apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no CSNU em junho de 2004, por ocasião da visita do então Presidente Sam Nujoma a Brasília.

ANEXOS

Cronologia histórica do país

1886-90 – Fronteiras internacionais atuais estabelecidas por tratados da Alemanha com Portugal e Reino Unido. A Alemanha anexa o território como África do Sudoeste.
1915 – A África do Sul ocupa o território após a Primeira Grande Guerra.
1920 – A Liga das Nações garante o mandato sul-africano sobre a África do Sudoeste.
1946 – As Nações Unidas não permitem a anexação da África do Sudoeste pela África do Sul. Esta, por sua vez, se recusa a manter aquela sobre tutela da ONU.
1958 – Herman Toivo Ya Toivo e outros criam o Congresso Popular Ovamboland, que se torna a South West Africa People's Organisation (SWAPO) em 1960.
1961 – Assembleia Geral das Nações Unidas pede que a termine seu mandato e estabelece a independência da África do Sudoeste como meta.
1966 – SWAPO lança luta armada contra ocupação sul-africana.
1968 – A África do Sudoeste é oficialmente nomeada Namíbia pela Assembleia Geral das Nações Unidas.
1972 – A Assembleia Geral das Nações Unidas reconhecem a SWAPO como único representante legítimo do povo da Namíbia
1988 – África do Sul concorda com a independência da em troca da remoção das tropas cubanas de Angola.
1989 – Eleições para a Assembleia Constituinte da Namíbia supervisionadas pela ONU. SWAPO vence.
Março de 1990 – Namíbia se torna independente, com Sam Nujoma como primeiro presidente.
1994 – Enclave sul africano de Walvis Bay retorna à Namíbia.
1994 – Nujoma e a SWAPO reelcitos.
Dezembro de 1999 – Nujoma vence eleições para terceiro mandato presidencial.
Novembro de 2004 – Hifikepunye Pohamba, escolhido pelo Presidente Nujoma, vence eleições presidenciais. Ele é empossado em março de 2005.

Setembro de 2005 – Governo inicia desapropriação de terras pertencentes a fazendeiros brancos como parte do programa de reforma agrária.

2009 – Hifikepunye Pohamba é reeleito presidente para mais um mandato.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987 – Visita de Dr. Sam Nujoma ao Brasil como líder da SWAPO, quando foi recebido pelo Presidente José Sarney, março.

1989 – Abertura do Escritório de Observação do Governo brasileiro em Windhoek, novembro.

1990 – Criação da Embaixada do Brasil em Windhoek e apresentação de credenciais do primeiro Embaixador brasileiro (Mario Augusto Santos).

1991 – Visita do Presidente Fernando Collor a Windhoek (setembro).

1994 – Assinatura de Acordo de Cooperação Naval, 4 de março.

1995 – Visita do Ministro de Negócios Estrangeiros, Theo Ben-Gurirab, para Reunião da Comissão Mista, Brasília.

1995 – Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica.

1995 – Visita oficial do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, (Brasília, São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro).

1999 – Visita de Estado do Presidente Sam Nujoma ao Brasil, Brasília.

2001 – Assinatura de Acordo sobre Cooperação Naval.

2003 – Visita oficial do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Windhoek.

2003 – Abertura da Embaixada da Namíbia em Brasília.

2003 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Windhoek.

2004 – Visita de trabalho do Presidente Sam Nujoma, São Paulo.

2005 – Visita do Vice-Presidente José Alencar a Windhoek para a posse do Presidente Hifikepunye Pohamba.

2008 – Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores, Marco Hausiku, a Brasília.

2009 – Visita oficial do Presidente Hifikepunye Pohamba.

2009 – Visita do então Ministro da Defesa, Nelson Jobim, à Namíbia. Assinatura de Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa.

2011 – Visita do Ministro Antônio Patriota a Windhoek (julho); realização da II Reunião da Comissão Mista (11-12 de julho)

2012 - Visita do Ministro Utoni Nujoma a Brasília (maio)



ACORDOS BILATERAIS

Acordo para Dispensa de Visto em Passaporte Diplomático, de Serviço ou Comum	29/10/1992	28/11/1992
Acordo de Cooperação (Acordo Naval)	04/03/1994	Substituído
Acordo Básico de Cooperação Técnica	07/03/1995	18/09/1998
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	07/03/1995	18/10/1998
Acordo sobre Cooperação Naval (substituiu o Acordo de 1994)	03/12/2001	11/07/2003
Memorandum de Entendimento no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil	19/03/2003	19/03/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Urbano	29/09/2003	29/09/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia"	07/11/2003	07/11/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas na Namíbia"	07/11/2003	07/11/2003
Memorando de Entendimento nas Áreas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	07/11/2003	Vigência de 5 anos, a partir de 07/11/2003
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Intercâmbio Técnico, Científico e Cultural entre Instituições de Patrimônio Histórico	07/11/2003	07/11/2003
Memorando de Entendimento sobre Cooperação de Esporte	07/11/2003	07/11/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde	07/11/2003	07/11/2003
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional	08/11/2003	08/11/2003
Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	17/09/2008	17/09/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Gestão de Resíduos Sólidos"	20/05/2011	20/05/2011
Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa	01/06/2009	Em ratificação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento Urbano da Namíbia – Fase II"	14/07/2011	14/07/2011

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICOS E DADOS COMERCIAIS

QUADROS COMPARATIVOS DO INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O BRASIL COM FONTE BRASILEIRA E ESTRANGEIRA

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte: MDIC

BRASIL - NAMÍBIA	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	17,2	23,6	52,4	19,6	26,6
Exportações brasileiras para Namíbia (fob)	16,5	22,9	52,4	19,4	24,3
Importações brasileiras procedentes de Namíbia (fob)	0,7	0,7	0,0	0,2	1,3
Saldo	15,8	22,2	52,4	19,2	23,0

Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte de Namíbia

NAMÍBIA - BRASIL	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾	2011 ⁽¹⁾
Intercâmbio	15,9	25,4	52,0	19,6	25,6
Exportações de Namíbia para o Brasil (fob)	0,05	0,1	0,0	0,2	1,3
Importações de Namíbia procedentes do Brasil (cif)	15,8	25,3	52,0	19,4	24,4
Saldo	-15,7	-25,2	-52,0	-19,2	-23,1

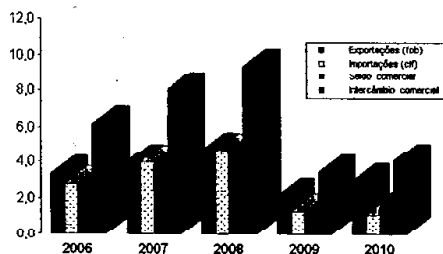
Elaborado pelo MRE/PR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do FMI, Direction of Trade Statistics, December 2011.

(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

NAMÍBIA: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	3,4	4,0	4,7	2,1	3,0
Importações (cif)	2,8	4,0	4,7	1,3	1,1
Saldo comercial	0,6	0,0	0,0	0,8	1,8
Intercâmbio comercial	6,2	8,1	9,4	3,4	4,1

(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

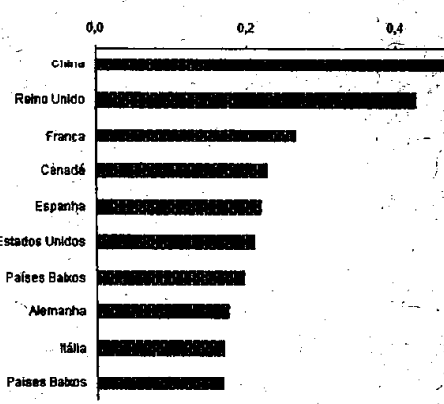


O comércio exterior da Namíbia apresentou, em 2010, um declínio de 34% em relação a 2006, passando de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 4,1 bilhões. No ranking do FMI a Namíbia figurou como o 147º mercado mundial.

NAMÍBIA: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

US\$ milhões

Descrição	2010 ⁽¹⁾	% no total
China	0,5	16,3%
Reino Unido	0,4	14,4%
França	0,3	9,0%
Canadá	0,2	7,7%
Espanha	0,2	7,4%
Estados Unidos	0,2	7,1%
Países Baixos	0,2	6,6%
Alemanha	0,2	5,9%
Itália	0,2	5,7%
Países Baixos	0,2	5,6%
...		
Brasil	0,0	0,0%
Subtotal	2,5	85,5%
Outros países	6,4	14,5%
Total	3,0	100,0%



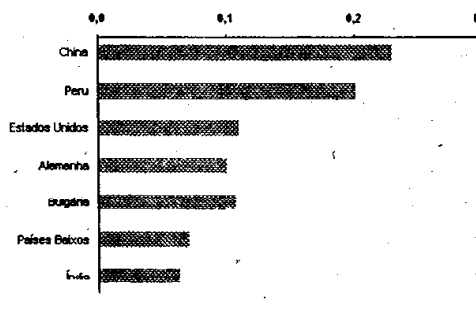
(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

As exportações da Namíbia à China e ao Reino Unido representam em torno de 30% da pauta em 2010⁽¹⁾. O Brasil obteve o 60º lugar entre os principais destinos em 2010.

NAMÍBIA: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES

US\$ milhões

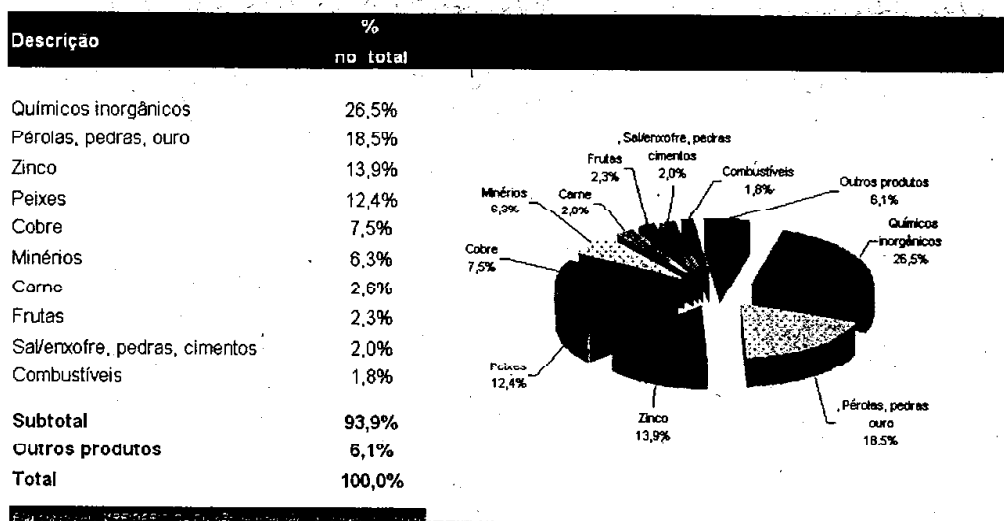
Descrição	2010	% no total
China	0,2	20,4%
Peru	0,2	17,9%
Estados Unidos	0,1	9,7%
Alemanha	0,1	8,9%
Bulgária	0,1	9,4%
Países Baixos	0,1	6,2%
Índia	0,1	5,6%
...		
Brasil	0,0	1,7%
Subtotal	0,9	79,0%
Outros países	0,2	20,2%
Total	1,1	100,0%



(1) Namíbia não informou dados comerciais ao banco de dados Trademap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

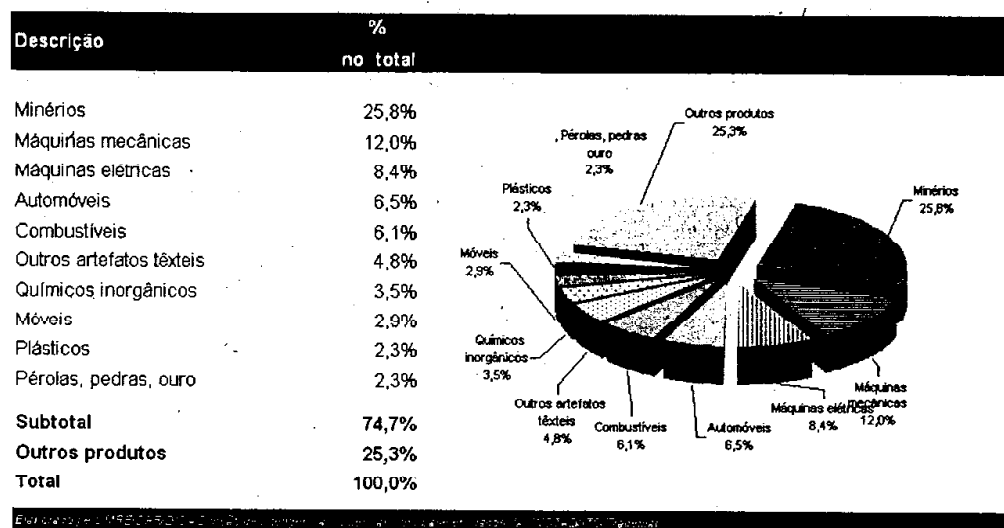
China, Peru e Estados Unidos são os principais fornecedores de bens a Namíbia, em 2010⁽¹⁾ responderam por 48% do total. O Brasil posicionou no 12º lugar, com 1,7% da demanda importadora do país.

NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES 2010 - Em %



Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram: químicos-orgânicos (27%); pérolas, pedras e ouro (19%); zinco (14%); peixes (12%); cobre (7,5%). Esses itens em conjunto somaram 79% da pauta em 2010.

NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES 2010 - Em %



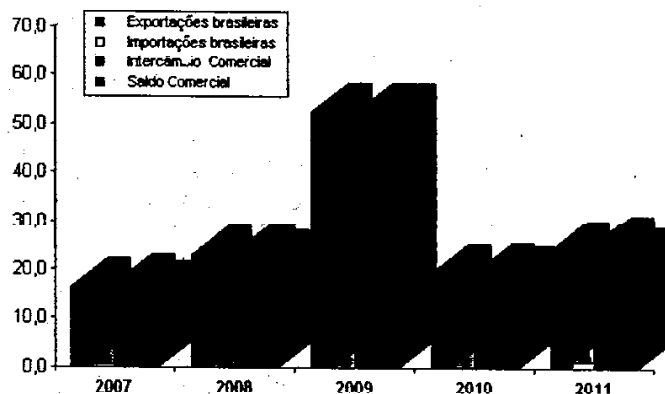
Os principais produtos importados pela Namíbia em 2010 foram: minérios (26%); máquinas mecânicas (12%); máquinas elétricas (8%); automóveis (6,5%); combustíveis (6%).

BRASIL-NAMÍBIA: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	16,5	22,9	52,4	19,4	24,3
Variação em relação ao ano anterior	31,0%	38,8%	128,8%	-63,0%	25,3%
Importações brasileiras	0,7	0,7	0,0	0,2	1,3
Variação em relação ao ano anterior	503,6%	3,0%	-99,7%	10000,0%	479,4%
Intercâmbio Comercial	17,2	23,6	52,4	19,6	25,6
Variação em relação ao ano anterior	35,1%	37,2%	122,5%	-62,6%	30,3%
Saldo Comercial	15,8	22,3	52,4	19,2	23,0

Elaborado pelo MRE/CHURIL - Divisão de Inteligência Comercial - com base em dados do MS/DECE/ANEXO

A Namíbia foi o 142º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 49%, passando de US\$ 17 milhões, para US\$ 26 milhões, sendo 47% nas exportações e 89% nas importações. A participação da Namíbia no comércio exterior brasileiro foi de 0,01% em 2011.

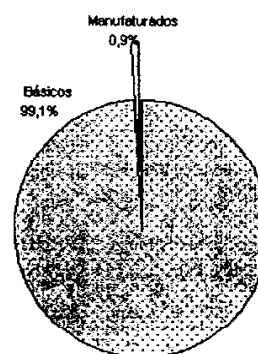
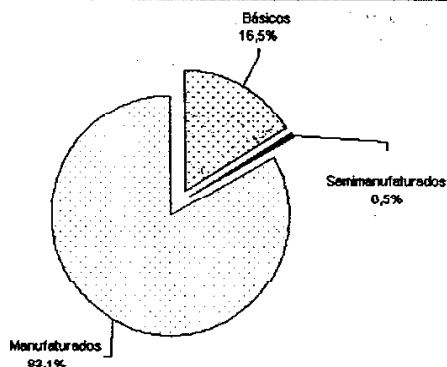


BRASIL-NAMÍBIA: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART.%	VALOR	PART.%
Básicos	4,0	16,5%	1,2	99,1%
Semimanufaturados	0,1	0,5%	0,0	0,0%
Manufaturados	20,2	83,0%	0,0	0,9%
Total	24,3	100,0%	1,2	100,0%

Fonte: Ministério da Economia, Indústria e Comércio Exterior, 2012.

As exportações brasileiras para a Namíbia são compostas em sua maior parte por produtos manufaturados, que representaram 83,1% das vendas em 2011, em seguida foram os básicos com 16,5% e os semimanufaturados com 0,5%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos básicos representados pelos peixes e sementes foram quase a totalidade dos bens importados com 99,1% da pauta.



BRASIL-NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCR ÇÃO	2009	2010	2011		Exportações brasileiras para Namibia 2011
			Valor	% no total	
Embarcações flutuantes	23,8	0,0	6,0	24,7%	6,0
Móveis	7,3	7,6	4,9	20,1%	4,9
Açúcar	9,8	2,3	2,9	11,9%	2,9
Máquinas mecânicas	0,6	1,5	2,6	10,8%	2,6
Carnes	1,4	1,3	2,6	10,6%	2,6
Cereais	0,0	0,4	1,4	5,7%	1,4
Automóveis	0,1	0,0	1,2	4,7%	1,2
Cerâmicos	0,3	0,4	0,4	1,7%	0,4
Outros artefatos têxteis	0,0	0,2	0,1	0,6%	0,1
Instrumentos médicos	0,0	0,0	0,1	0,4%	0,1
Subtotal	43,2	13,7	22,2	91,2%	
Outros produtos	9,2	5,7	2,1	8,8%	
Total	52,4	19,4	24,3	100,0%	

As exportações para a Namíbia são bem diversificadas, sendo embarcações flutuantes o principal produto da pauta em 2011 (25%), os demais em destaque foram: móveis (20%), açúcar (12%), máquinas mecânicas (11%), carnes (11%), juntos somaram 78% da pauta.

BRASIL-NAMÍBIA: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCR ÇÃO	2009	2010	2011		Importações brasileiras originárias de Namibia, 2011
			Valor	% no total	
Peixes	0,0	0,2	1,0	77,2%	1,0
Sementes	0,0	0,0	0,3	21,6%	0,3
Subtotal	0,0	0,2	1,2	98,8%	
Outros produtos	0,0	0,0	0,0	1,2%	
Total	0,0	0,2	1,3	100,0%	

As importações brasileiras originárias da Namíbia foram representadas basicamente por dois produtos no ano de 2011: peixes com 77% da pauta em 2011 e sementes com 22%.

Aviso nº 715 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.

4

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 68, de 2012 (Mensagem nº 366, de 15 de agosto 2012, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Bangladesh.

RELATOR: Senador PAULO BAUER

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Bangladesh.

A Constituição Federal (CF) atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à análise curricular da Senhora Ministra de Carreira, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério de origem.

Consta no documento que a Ministra Wanja C. da Nóbrega cursou Relações Internacionais na Universidade de Brasília e ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, por concurso havido no ano de 1983. É pós-graduada em Diplomacia e Negociações Internacionais pelo Ministério dos Negócios Exteriores da Austrália, Camberra, e defendeu, no Curso de Altos Estudos do Rio Branco, a tese “O Sistema das Nações Unidas: Perspectivas, Oportunidades e Limitações para a Promoção Comercial Brasileira. Propostas de Ação”.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeada Terceira-Secretária, em 1984, tendo sido, promovida a Segunda-Secretária em 1989 e, seguidamente e sempre por merecimento, promovida até a atual situação de Ministra de Segunda Classe, no Quadro Especial, em 2007.

Entre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência na Divisão da Ásia e Oceania II (1985); a assessoria do Departamento de Serviço Exterior (1994); a gerência do Projeto da Coordenação Nacional do Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente e MERCOSUL (SGT-6) (2001); a assessoria do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais (2002); a subchefia da Divisão de Feiras e Turismo (2004) e a chefia da Divisão de Informação Comercial (2004).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Paramaribo (1987), Paris (1989), Argel (1992), Roma (1994), Cidade do Cabo (1996) e Washington (1997).

Integrou, ainda, como Chefe de delegação, as missões brasileiras na XX e XXI Reunião do Subgrupo de Trabalho de Meio Ambiente do MERCOSUL (SGT-6), em Montevideu e Buenos Aires, respectivamente, nos anos de 2001 e 2002; o Salão Internacional de Alimentação e Bebidas, Paris, França (2004); a XXVIII e XXX Sessão da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL (REPCCM), Rio de Janeiro e Assunção, Chefe de Delegação (2004 e 2005); o Encontro Empresarial

MERCOSUL/SICA/CARICOM, Cidade do Panamá (2005); a Feira Internacional de Tecnologia, Informação, Telecomunicação, *Software* e Serviços (CEBIT), Hannover (2005); o Seminário Programa de Substituição Competitiva de Importação: Uma Nova Política de Estímulo ao Comércio na América do Sul, Assunção (2005); a Feira de Comida e Bebida Étnica, Toronto; e o Salão Internacional de Alimentação e Bebidas (SIAL), Montreal (2007, 2009 e 2010).

Em reconhecimento a excelência dos serviços que prestou, foram-lhe laureadas as comendas Medalha do Mérito da Aeronáutica Santos Dumont, Brasil, grau de Oficial (2000); e a Medalha do Exército Pacificador Duque de Caxias, Brasil, grau de Oficial (2001).

O país para o qual a Ministra de Carreira é indicada para assumir a função de Embaixadora é uma república parlamentarista de maioria islâmica, com PIB nominal de US\$ 108,1 bilhões e PIB *per capita* nominal de US\$ 648, estando na 146ª posição no mundo em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano. É, portanto, incluído no grupo de nações de menor desenvolvimento relativo. Mantém com o Brasil um fluxo comercial da ordem de US\$ 1.034 milhões de dólares.

As relações bilaterais foram inauguradas em 1972, tendo sido a representação brasileira no país aberta em 1974 e fechada, por motivos orçamentários, em 1998. Em 2010, ela foi reaberta. O relatório não dá notícias se a representação brasileira em Bangladesh foi exercida, nesse ínterim, cumulativamente, pelo chefe da missão diplomática brasileira de algum Estado vizinho. Informa, todavia, que naquele ano a Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) enviou missão ao país com o fito de conhecer detalhes dos projetos sociais empreendidos pelo *Grameen Bank* (instituição pioneira no fornecimento de microcrédito), para o estudo de viabilidade de implementação de empreendimentos semelhantes no Brasil. Naquela oportunidade, a missão brasileira teria visitado projetos de criação de animais a tecelagem e o projeto-piloto para o fornecimento de água potável a habitantes da região. No ano passado, o Congresso brasileiro aprovou nova redação da Medida Provisória nº 519/2010, que autorizava a doação de 500 mil toneladas de alimentos a países em situação de insegurança alimentar, ampliando-a para até 710 toneladas, parte das quais seria destinada a Bangladesh. O país faz parte do grupo de 18 países prioritários para participar das atividades iniciais do Centro de Excelência contra a Fome, inaugurado em Brasília em 2011.

Como áreas potenciais de cooperação bilateral, destacam-se o estudo de medidas de mitigação de desastres naturais, a pesquisa agrícola, o setor de energia (em especial, o gás natural) e a construção civil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 68, DE 2012** (nº 366/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Os méritos da Senhora Wanja Campos da Nóbrega que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de um membro do Senado Federal.

EM nº 00220/2012 MRE

Brasília, 18 de Junho de 2012

Excelentíssima Senhora Prsidentia da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **WANJA CAMPOS DA NÓBREGA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República Popular de Bangladesh.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **WANJA CAMPOS DA NÓBREGA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00220 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 18 de junho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **WANJA CAMPOS DA NÓBREGA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora junto à República Popular de Bangladesh.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **WANJA CAMPOS DA NÓBREGA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE WANJA CAMPOS DA NÓBREGA

CPF.: 151.766.811-53

ID.: 8614 MRE

1959 Filha de Raimundo Pereira Nóbrega e Wanice Campos de Miranda Nóbrega, nasce em 12 de fevereiro, em Recife/PE

Dados Acadêmicos:

1981 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
 1983 CPCD - IRBr
 1986 Pós-graduação em Diplomacia e Negociações Internacionais pelo Ministério dos Negócios Exteriores da Austrália, Camberra
 1993 CAD - IRBr
 2006 CAE, IRBr, O Sistema das Nações Unidas: Perspectivas, Oportunidades e Limitações para a Promoção Comercial Brasileira. Propostas de Ação.

Cargos:

1984 Terceira-Secretária
 1989 Segunda-Secretária
 1996 Primeira-Secretária, por merecimento
 2003 Conselheira, por merecimento
 2007 Ministra de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1985 Divisão da Ásia e Oceania II, assistente
 1987 Embaixada em Paramaribo, Terceira e Segunda-Secretária
 1989 Consulado-Geral em Paris, Cônsul-Adjunto
 1992 Embaixada em Argel, Segunda-Secretária
 1994 Consulado-Geral em Roma, Encarregada do Consulado-Geral em missão transitória
 1994 Departamento do Serviço Exterior, assessora
 1996 Consulado-Geral na Cidade do Cabo, Encarregada do Consulado-Geral em missão transitória
 1997 Embaixada em Washington, Primeira-Secretária e Cônsul
 2001 Ministério do Meio Ambiente, Gerente de Projeto da Coordenação Nacional do Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente e Mercosul (SGT-6)
 2001 XX a XXII Reunião do Subgrupo de Trabalho de Meio Ambiente do Mercosul - SGT-6, Montevideu e Buenos Aires, Chefe de delegação (2001 e 2002)
 2002 Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, assessora
 2004 Divisão de Feiras e Turismo, Subchefe
 2004 Divisão de Informação Comercial, Chefe
 2004 SIAL - Salão Internacional de Alimentação e Bebidas, Paris, França, Chefe de delegação
 2004 XXVIII e XXX Sessão da Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul (REPCCM), Rio de Janeiro e Assunção, Chefe de delegação (2004 e 2005)
 2005 Encontro Empresarial MERCOSUL/SICA/CARICOM, Cidade do Panamá, Chefe de delegação
 2005 Feira Internacional de Tecnologia, Informação, Telecomunicação, Software e Serviços (CEBIT), Hannover, Chefe de delegação e Coordenadora do estande MERCOSUL
 2005 Seminário Programa de Substituição Competitiva de Importação: Uma Nova Política de Estímulo ao Comércio na América do Sul, Assunção, Chefe de delegação
 2006 Consulado-Geral em Toronto, Cônsul-Geral Adjunto e Chefe do SECOM
 2006 Ethnic Food & Beverage Fair, Toronto, Chefe de delegação
 2007, 2009 e 2010 Salão Internacional de Alimentação e Bebidas - SIAL, Montreal, Chefe de delegação

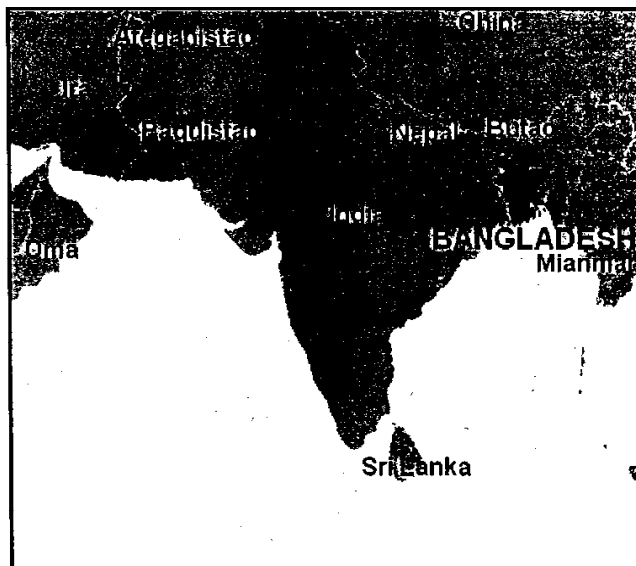
Condecorações:

2000 Medalha do Mérito da Aeronáutica Santos Dumont, Brasil, Oficial
 2001 Medalha do Exército Pacificador Duque de Caxias, Brasil, Oficial


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA POPULAR DE BANGLADESH



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2012

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
<i>PRESIDENTE</i>	4
<i>PRIMEIRA-MINISTRA</i>	5
<i>MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</i>	6
<i>EMBAIXADOR DE BANGLADESH (NÃO-RESIDENTE)</i>	7
RELAÇÕES BILATERAIS	8
DADOS HISTÓRICOS	12
POLÍTICA INTERNA	14
POLÍTICA EXTERNA	16
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	18
ANEXOS	20
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	20
CRONOLOGIA HISTÓRICA	21
ATOS BILATERAIS	22
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	23

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Popular de Bangladesh
CAPITAL	Daca
ÁREA	147.570 km ² (pouco maior do que o Estado do Amapá)
POPULAÇÃO (2010)	166,7 milhões (7º país mais populoso do mundo, alta densidade demográfica)
IDIOMAS	Bengali (oficial) e inglês
RELIGIÕES	Islamismo (83%), hinduísmo (16%), outras (1%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Zillur Rahman
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Sheikh Hasina Wajed
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Dipu Moni
PIB (2011)	Nominal: US\$ 108,1 bilhões (Brasil: US\$ 2,09 trilhões) PPP: US\$ 267 bilhões (Brasil: 2,15 trilhões)
PIB per capita (BM, 2011)	Nominal: US\$ 648 (Brasil: US\$ 10.710) PPP: US\$ 1.599 (Brasil: US\$ 11.000)
Variação do PIB	7,0% (2011); 6,7% (2010); 5,7% (2009)
IDH (2011)	0,500 – 146ª posição (Brasil: 0,718 – 84º)
UNIDADE MONETÁRIA	Taca
EMBAIXADOR DO BRASIL EM DACA	Fausto Martha Godoy
EMBAIXADOR DE BANGLADESH (NÃO-RESIDENTE)	Akramul Qader (sediado em Washington)
COMUNIDADE BRASILEIRA	20 brasileiros (estimativa)

INTERCÂMBIO COMERCIAL COMPARADO

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões) - Fonte: MDIC

BRASIL - BANGLADESH	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Intercâmbio	287	256	317	686	626	1.034
Exportações brasileiras para Bangladesh (fob)	275	231	237	607	538	874
Importações brasileiras procedentes de Bangladesh (fob)	12	25	80	79	88	157
Saldo	263	206	157	528	450	720

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Zillur Rahman

Presidente da República

Zillur Rahman nasceu em 9 de março de 1929. Obteve, em 1954, o título de Mestre em História e de Bacharel em Direito pela Universidade de Daca.

Participou de movimentos políticos e sociais em defesa da cultura bengali. Foi um dos líderes da guerra de libertação contra o Paquistão, em 1971. No ano seguinte, tornou-se membro da Assembleia Constituinte do recém-criado Bangladesh, sendo um dos responsáveis pela elaboração da Constituição de seu país. Foi Parlamentar e exerceu a função de líder do Congresso até 2001. Em dezembro de 2008, elegeu-se Parlamentar pela sexta vez.

Em fevereiro de 2009, tomou posse como Presidente da República.

Sheikh Hasina Wazed

Primeira-Ministra

Sheikh Hasina nasceu em 28 de setembro de 1947. É filha de Sheikh Mujibur Rahman, fundador do Bangladesh independente e conhecido, em seu país, como “Pai da Nação”.

Graduou-se, em 1973, pela Universidade de Daca. Após viver seis anos no exílio, depois da morte de seu pai, em 1975, retornou a Bangladesh, onde se tornou líder da oposição no Parlamento. Em 1991, foi uma das responsáveis pela mudança do sistema político do país, que voltou a adotar o Parlamentarismo, após 16 anos de Presidencialismo.

Ao assumir o cargo de Primeira-Ministra – que ocupou de 1996 a 2001 –, passou a adotar políticas de desenvolvimento em favor da nação bengali. Detém diversos títulos e premiações internacionais, como o de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Católica de Bruxelas; o Prêmio *Houphouet-Boigny* da Paz, da UNESCO; e a Medalha *Ceres*, da FAO, por sua contribuição para o desenvolvimento da agricultura.

Em janeiro de 2009, tomou posse para seu segundo mandato como Primeira-Ministra, ocupando também a chefia das pastas de Defesa; Forças Armadas; Mulheres e Crianças; Moradia e Obras Públicas; Energia; e Religião.

Dipu Moni*Ministra dos Negócios Estrangeiros*

Dipu Moni nasceu em Daca, em 1965. É filha de M. A. Wadud, um dos fundadores da Liga Awami. Médica de formação, com mestrado pela Universidade Johns Hopkins, tem especializações em Negociação e Resolução de Conflitos pela Universidade de Harvard.

Atuou como Secretária de Assuntos para as Mulheres e como membro do Sub-Comitê de Relações Exteriores da Liga Awami. No pleito de 2008, elegeu-se Parlamentar pelo distrito de Chandpur.

Em 2009, tornou-se a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros de Bangladesh. Compõe o quadro de Advogados da Suprema Corte bengalesa.

Visitou o Rio de Janeiro, em maio de 2010, por ocasião do III Fórum Mundial da Aliança das Civilizações.

Akramul Qader*Embaixador de Bangladesh (não-Residente)*

O Embaixador Akramul Qader estudou História Islâmica na Universidade de Daca.

Ingressou no Serviço Exterior paquistanês, em 1968, antes da independência de Bangladesh em 1971.

Ocupou diversos postos nas áreas econômica e política do Ministério dos Negócios Estrangeiros bengalês. Atuou como Diretor da Divisão da Ásia Meridional e Diretor do Departamento de Assuntos Econômicos Multilaterais. Serviu nas representações diplomáticas de seu país na ex-URSS, em Mianmar, no Paquistão e na Bélgica. Atuou, como Alto-Comissário, na Índia, na Tailândia e na África do Sul, além de ter sido Representante Permanente na Comissão Econômica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico (UNESCAP).

Desde 2009, exerce o cargo de Embaixador em Washington.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Bangladesh estabeleceram relações diplomáticas em 1972. A Embaixada bengalesa em Brasília foi aberta no ano seguinte. A presença oficial brasileira em Bangladesh iniciou-se com a abertura da Embaixada em Daca em 1974. A instalação de uma representação diplomática brasileira, a primeira de um país latino-americano em Bangladesh, revestiu-se de grande importância para a aproximação política entre os dois países. Em razão de dificuldades orçamentárias, porém, a Embaixada em Daca foi desativada em 1998, e a Embaixada de Bangladesh em Brasília, em 2002.

A Embaixada em Daca foi reaberta em janeiro de 2010. O Presidente Zillur Rahman manifestou a intenção de seu Governo de reabrir a Embaixada de Bangladesh em Brasília. O Embaixador de Bangladesh em Washington, Akramul Qader, apresentou credenciais ao então Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 5 de maio de 2010.

É pequeno o número de cidadãos brasileiros em território bengalês – a comunidade brasileira no país é estimada em 20 indivíduos. O intercâmbio comercial bilateral tampouco é expressivo. Ambos os Governos têm, entretanto, procurado estabelecer vínculos positivos de cooperação técnica. Em setembro de 2009, o Governo bengalês manifestou interesse em explorar modalidades de cooperação bilateral no setor de Saúde, para o estabelecimento de laboratórios e centros de diagnósticos em território bengalês.

Em maio de 2010, a Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) enviou missão a Bangladesh, com o objetivo de conhecer detalhes dos projetos sociais empreendidos pelo *Grameen Bank* (instituição pioneira no fornecimento de microcrédito), para elaboração de estudo de viabilidade de implantação de empreendimentos semelhantes no Brasil. O *Grameen Bank* também participa de projetos de cooperação internacional, por meio do *Grameen Trust*, com o objetivo de beneficiar os mais pobres e aliviar a pobreza, fornecendo-lhes acesso a crédito e outros serviços financeiros. Atualmente, o *Grameen Trust* opera diretamente em treze países, entre os quais China, Coreia do Sul, Índia, Nepal e Paquistão.

A Delegação brasileira visitou projetos de criação de animais a tecelagem e projeto-piloto para o fornecimento de água potável aos habitantes da região. Conheceu igualmente a cadeia de produção da fábrica de iogurtes *Grameen Danone Foods*, outro empreendimento social – cujo principal objetivo é melhorar a nutrição da população local – do qual participa o *Grameen Bank* em conjunto com a multinacional francesa.

Em 31 de maio de 2011, o Congresso brasileiro aprovou nova redação da Medida Provisória nº 519/2010, que autorizava a doação de 500 mil toneladas de alimentos a países em situação de insegurança alimentar,

ampliando as doações previstas a um total de até 710 mil toneladas, parte das quais seria destinada a Bangladesh.

A Subsecretária-geral de Assuntos Políticos para Ásia e Oceania do Itamaraty, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, realizou visita a Daca em junho de 2011. Na ocasião, propôs às autoridades locais a assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica e de Acordo de Dispensa de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço. Foram divulgados projetos em curso no Brasil na área social nos quais Bangladesh já manifestou interesse para fins de cooperação, sobretudo os voltados ao combate à fome e à pobreza.

Bangladesh faz parte do grupo de 18 países prioritários para participar das atividades iniciais do Centro de Excelência contra a Fome, inaugurado em Brasília, em novembro de 2011, em parceria do Governo brasileiro com o Programa Mundial de Alimentação. O trabalho do Centro tem por objetivo de incentivar o desenvolvimento de capacidades no domínio da segurança alimentar, da nutrição e da alimentação escolar.

O Ministro das Indústrias reiterou o interesse de Bangladesh em comprar açúcar brasileiro, e o Vice-Ministro da Agricultura disse pretender enviar missão ao Brasil para prospecção de oportunidades comerciais, especialmente em função da iminente implementação, no Brasil, do mecanismo de "duty-free; quota-free" acordado na Cúpula de Hong Kong da OMC.

A assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, do Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço e do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas Bilaterais deverá ser realizada no próximo encontro bilateral de alto nível.

Bangladesh é signatário do projeto de resolução do G-4 sobre a expansão do CSNU. Houve manifestações favoráveis de Bangladesh ao pleito brasileiro a assento permanente no CSNU, mas sem apoio explícito. Como membro da Organização da Conferência Islâmica, Bangladesh defende o aumento da representação de países em desenvolvimento e que haja um país muçulmano como membro permanente, além de propor o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho.

Bangladesh apoiou a candidatura de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO na segunda rodada de votações.

Cooperação

Há grande potencial de cooperação a ser explorado entre os dois países. Ambos têm diversas iniciativas bem-sucedidas na área social voltadas ao combate à pobreza que poderiam ser adaptadas às peculiaridades de cada um. Brasil e Bangladesh enfrentam desafios semelhantes e podem beneficiar-se do intercâmbio de experiências nessa área.

Os dois países estão expostos a períodos de enchentes e seria mutuamente benéfico o intercâmbio de informações acerca de medidas de mitigação dos efeitos de desastres naturais adotadas em cada um.

Há interesse do lado bengalês em receber cooperação técnica do Brasil em uma diversidade de campos, com ênfase nos programas sociais de combate à fome e à pobreza e agricultura familiar, bem como de capacitação profissional em gestão pública. Outras áreas de interesse seriam a de recenseamento e estatística e organização eleitoral.

O principal interesse é na área agrícola. Projetos de cooperação poderiam ser desenvolvidos por meio de diálogo entre a EMBRAPA e o “*Bangladesh Agriculture Research*”.

Há grande potencial a ser explorado no setor de Energia, em especial as reservas de gás natural recentemente descobertas em Bangladesh e a larga experiência brasileira em matéria de energias renováveis, particularmente nos campos das tecnologias de hidreletricidade e biocombustíveis. Bangladesh poderá beneficiar-se ainda da experiência brasileira em geração de energia elétrica em áreas rurais.

A Comissão de Regulação Energética de Bangladesh enviará missão técnica ao Brasil, em data a ser acordada, para recolher informações sobre o setor elétrico brasileiro; planejamento do sistema elétrico; energias renováveis – hidráulica, solar, eólica e biomassa; eficiência energética; leilões de compra de energia elétrica; universalização da energia elétrica – Programa Luz Para Todos; transmissão e distribuição de gás natural; exploração de óleo e gás em águas profundas; combustíveis renováveis; gás liquefeito de petróleo e gás natural liquefeito/comprimido.

O Brasil dispõe de capacidade técnica para a construção de grandes obras de engenharia civil (pontes, estradas) e poderia contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura de Bangladesh.

Comércio bilateral

Apesar de registrar valores relativamente modestos, as trocas comerciais entre os dois países vêm aumentando significativamente. Em 2011, seguindo trajetória ascendente, a corrente de comércio atingiu o recorde histórico de US\$ 1 bilhão, valor 18 vezes maior do que o registrado em 2002.

Apesar do incremento substancial a partir de 2007, nota-se que as importações de produtos bengaleses pelo Brasil se encontram em patamares bem inferiores aos alcançados pelas exportações brasileiras. Desde 1986 são registrados superávits para o Brasil. Em 2011, as exportações do Brasil para Bangladesh atingiram US\$ 877 milhões, e o superávit brasileiro foi de US\$ 720 milhões.

Do lado bengalês, a pauta de mercadorias exportadas para o Brasil concentra-se, sobretudo, em artigos têxteis e ureia.

Do lado brasileiro, há concentração em açúcares, óleo e grãos de soja. A partir de 2007, Bangladesh tornou-se, igualmente, importante destino de exportação de algodão brasileiro.

Com vistas a tentar atenuar o déficit comercial do lado bengalês, este deseja explorar a possibilidade de aproveitar a capacidade industrial bengalesa na área de farmacêuticos. A indústria farmacêutica de Bangladesh concentra-se, sobretudo, na produção de remédios genéricos, de baixo custo e alta qualidade. A indústria, cujo tamanho atualmente está calculado em US\$ 800 milhões, supre 97% da demanda interna do país, além de exportar para 80 países da Europa, África e Ásia. Os principais produtores contam com certificação, dentre outras agências, da Agência Reguladora para Remédios e Produtos de Saúde do Reino Unido (UK-MHRA).

Atualmente, 80% da matéria prima para os remédios produzidos localmente é importada. No entanto, investimentos pesados estão previstos para o setor nos próximos anos. Está prevista para 2012 a inauguração de parque industrial para ingredientes farmacêuticos ativos (API), que dará importante impulso à capacidade de produção. Estima-se que em 10 anos a indústria farmacêutica de Bangladesh - intensiva em tecnologia, conhecimento e pesquisa, e portanto, importante para o desenvolvimento nacional - possa ultrapassar a indústria de vestuário. Como PMDR, o país beneficia-se, até pelo menos 2016, de facilidades previstas no acordo TRIPS.

Durante visita a Brasília em agosto último, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros de Bangladesh, Mijarul Quayes, declarou que gostaria de ver investimentos brasileiros em Bangladesh na construção de pontes, aeroportos, energia e drenagem de rios. Indicou, também, que o mercado de Bangladesh, além de ser atrativo por seu próprio tamanho, é aberto e desregulamentado e poderia servir de ponto de entrada para investimentos brasileiros nos demais países da SAARC.

Assuntos consulares/ Comunidade Brasileira

A assistência consular brasileira naquele país é feita pelo setor consular da Embaixada do Brasil em Daca. Atualmente, há cerca de 20 brasileiros vivendo em Bangladesh.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registros de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil para Bangladesh.

DADOS HISTÓRICOS

Ao chegar o fim da colonização britânica no Subcontinente Indiano, nasceram dois Estados, em agosto de 1947 – a Índia, de maioria hinduísta, favorável a um governo secular, e o Paquistão, de maioria muçulmana, inclinada a um governo de valores islâmicos. O Paquistão subdividia-se, então, em duas partes: o Paquistão Ocidental, a noroeste da Índia, e o Paquistão Oriental, na planície deltaica do Ganges-Brahmaputra. As duas regiões do Paquistão estavam separadas por 6 mil quilômetros de território indiano.

As relações entre a Índia e o Paquistão logo se deterioraram, principalmente em torno da questão da Caxemira, região ainda disputada por ambos os países. A parte oriental do Paquistão da época também participou dos combates, com maior ou menor grau de envolvimento durante os conflitos entre as duas nações.

A configuração dada ao Paquistão em 1947 revelou-se de difícil sustentação, dadas as contradições internas e o conflito externo com a Índia. Na parte ocidental, havia quatro grupos étnicos principais, cada um com sua língua própria: os punjabis, os pakhtuns, os sindhis e os beluchis. Na parte oriental, onde estava a maioria absoluta da população do país, praticamente só havia uma etnia: os bengalis. Graças ao rico solo banhado pelo Delta do Ganges-Brahmaputra e à abundância de água, o Paquistão Oriental, apesar do atraso de sua agricultura, podia produzir razoável quantidade de alimentos e gerar divisas por meio da exportação de juta.

A Guerra Indo-Paquistanesa de 1965 estimulou a rivalidade entre o Paquistão oriental e o ocidental. Após o término do conflito, vultosos recursos do Paquistão Oriental teriam sido drenados para a reconstrução de áreas mais atingidas da parte ocidental. Nesse contexto, Sheikh Mujibur Rahman, líder da Liga Awami, maior Partido político do país, tornou pública uma plataforma que defendia maior autonomia ao Paquistão Oriental, com ênfase em três pontos: a constituição de uma Federação que outorgava ao Governo central tão-somente a responsabilidade pela defesa e pela política exterior e a criação de duas moedas ou de dois bancos centrais. Diante da amplitude e do caráter emancipatório da proposta, o Governo central determinou a prisão de Sheikh Mujibur Rahman.

Solto em 1969, Rahman liderou a Liga Awami nas primeiras eleições legislativas do país em 1970, nas quais logrou conquistar 167 das 169 cadeiras alocadas ao Paquistão Oriental na Assembleia Nacional. O melhor resultado no Paquistão Ocidental havia sido obtido pelo *Pakistan People's Party*, que obteve 83 assentos. Diante desse resultado, caberia à Liga Awami formar o novo Governo, mas essa expectativa não se concretizou.

Impedido de assumir o poder, Rahman convocou greve geral no Paquistão Oriental. O Governo central decretou toque de recolher,

desobedecido pela população. As tropas aquarteladas em Daca atacaram a universidade local e outros focos de agitação em 25 de março de 1971. O então major Ziaur Rahman (futuro Presidente da República) proclamou a independência do país em 26 de março de 1971. O Paquistão Oriental passa a denominar-se Bangladesh.

Os combates decorrentes da independência, que contaram com ajuda militar da Índia, perduraram até 16 de dezembro daquele ano, com saldo de três milhões de mortos. Cerca de 10 milhões de bengaleses fugiram para a Índia. Em 1975, Sheikh Mujibur Rahman tomou para si todos os poderes ao institucionalizar sistema de partido único. Foi assassinado por oficiais das Forças Armadas em 15 de agosto de 1975.

Bangladesh foi governado por regimes militares até o início da década de 1990, quando teve início processo de redemocratização de suas instituições. Nas eleições de 1991, o Partido Nacionalista de Bangladesh saiu-se vitorioso, tendo à frente Khaleda Zia, que governou o país por cinco anos. Em 1996, Sheikh Hasina Wajed, filha de Sheikh Mujibur Rahman, assumiu o cargo de Primeira-Ministra, igualmente por período de cinco anos.

Khaleda Zia voltou ao governo em 2001, até ser sucedida por governo de transição em 2007. Como ocorrera em 1996 e 2001, a administração interina não-partidária foi formada com encargo de organizar as eleições gerais, em mandato de três meses. Nessa ocasião, porém, o Governo de transição declarou estado de emergência e adiou, por dois anos, as eleições inicialmente previstas para janeiro de 2007.

Com o retorno do processo democrático, eleições gerais foram realizadas em janeiro de 2009 e Sheikh Hasina tornou-se, pela segunda vez, Primeira-Ministra de Bangladesh.

POLÍTICA INTERNA

País de maioria muçulmana, Bangladesh está entre as nações mais densamente povoadas do mundo, com altos índices de pobreza e desnutrição. Desde a independência, em 1971, o cenário político do país tem-se caracterizado por intensa instabilidade.

Os dois principais partidos políticos de Bangladesh são a Liga Awami (AL) e o Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP). Registre-se, igualmente, a existência de terceira força política, o *Jatiya Party* (Partido Nacional), de tendência centrista, criado, em 1986, pelo então Presidente Ershad.

A Liga Awami é o partido político mais tradicional do país e conta com ampla penetração social. Mantém laços estreitos com a Índia, que apoiou, militarmente, o processo de independência bengalês. Sua líder há mais de vinte anos é a atual Primeira-Ministra Sheikh Hasina Wajed, filha mais velha do primeiro líder político de Bangladesh. No poder entre 1996 e 2001, a Liga Awami, apesar de ser partido de centro-esquerda e defensor da intervenção estatal na economia, trouxe certa estabilidade ao país ao adotar políticas de cunho mais liberal.

O BNP foi criado, em 1978, pelo então Presidente da República Ziaur Rahman para dar-lhe sustentação política e fazer frente à tradicional Liga Awami. A líder do BNP, desde os anos 1980, é Khaleda Zia, viúva de Ziaur, assassinado em 1981, quando exercia a presidência do país. É considerado um partido de centro-direita, nacionalista, conservador e militarista, bastante popular entre as classes mais altas da sociedade bengalesa. O BNP possui caráter secular, mas costuma formar coalizões com partidos islâmicos, pois considera o islamismo parte integrante da identidade bengalesa. No que tange à política externa, o partido defende maior autonomia e menor vinculação à Índia.

A Liga Awami e o BNP se alternam no Governo desde 1991, com exceção do período de 2007-2008, quando estado de emergência foi declarado por um Governo de transição que, de acordo com a Constituição do país, assume a cada período pré-eleitoral. Em 2011, com apoio da Primeira-Ministra Sheikh Hasina, o Parlamento bengalês aprovou emenda à constituição que eliminou essa figura de governo de transição antes da realização de eleições. A oposição argumenta que, apesar do ocorrido em 2007, a convocação de um governo de transição apolítico seria importante para garantir a neutralidade das próximas eleições, previstas para 2013.

Em janeiro de 2012, o Governo de Bangladesh anunciou haver desmantelado tentativa de golpe de Estado no país, alegadamente tramado por correntes islâmicas extremistas. O BNP procurou distanciar-se da ação e declarou que “apoia a alternância de poder somente por meio do processo democrático”.

Incluído no grupo de nações de menor desenvolvimento relativo, Bangladesh procura manter boas relações com todos os países, sobretudo com o mundo árabe, em decorrência da primazia do islamismo entre a população local. Os países do Oriente Médio absorvem volumoso contingente de trabalhadores bengaleses, e as remessas de recursos por parte desses emigrantes constitui fonte importante de divisas para o país.

As relações internacionais de Bangladesh estão pautadas pelos princípios do respeito à soberania nacional, da não-intervenção nos assuntos internos, da solução pacífica de controvérsias e do respeito ao Direito Internacional. Cabe ao Estado bengalês, como planejador e executor de política externa, consolidar, preservar e fortalecer as relações com o mundo islâmico.

Após a independência, em 1971, as relações com o Paquistão foram hostis em um primeiro momento, mas melhoraram com o reconhecimento da independência bengalesa pelo Paquistão (1974) e com o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países (1976).

Tradicionalmente, as relações de Bangladesh com a Índia tornam-se mais estreitas sob governo da Liga Awami e mais estreitas com o Paquistão sob governo do BNP, de viés islâmico.

Em face da proximidade geográfica e da identidade cultural e histórica que os caracteriza, Índia e Bangladesh têm intensa relação bilateral. O bengali é também falado na Índia por mais de 50 milhões de pessoas no Estado de Bengala Ocidental, contíguo a Bangladesh.

Há em vigor mecanismos de diálogo sobre segurança comum, terrorismo, administração de fronteiras (4.156 quilômetros compartilhados), imigração ilegal, comércio e economia (a Índia é o segundo país que mais exporta para Bangladesh). Os dois países têm procurado incentivar a conectividade e o uso comum das vias fluviais e terrestres e promovem o investimento mútuo e a cooperação tecnológica bilateral. Há vários projetos indianos em Bangladesh, nos setores de geração e transmissão de energia, de produção de fármacos e têxteis e de construção civil. Em 2011, a Índia concedeu isenção tarifária a 61 itens da pauta bilateral, sendo 46 produtos têxteis, setor de grande interesse para o lado bengalês.

Em 2011 os dois países também assinaram acordo de demarcação de fronteiras que está contribuindo para solucionar a questão de 50 enclaves bengaleses no território da Índia e 111 enclaves indianos no território de Bangladesh.

A China é, atualmente, o país que mais exporta para Bangladesh (e este é seu terceiro maior parceiro comercial na Ásia Meridional). Além de

investir nos setores energético e têxtil bengaleses, a China também é importante fornecedora de equipamentos militares ao país.

Os Estados Unidos são os maiores compradores de produtos bengaleses – absorvem cerca de um quarto das exportações de Bangladesh – particularmente peças de vestuário. Os investimentos norte-americanos, concentrados nos setores de exploração de gás natural e geração de energia, vêm aumentando progressivamente, apesar das dificuldades referentes à infraestrutura bengalesa. Os Estados Unidos também são grandes doadores de ajuda humanitária a Bangladesh.

Na década de 1980, em busca de relações políticas e econômicas mais intensas com países do entorno geográfico, Bangladesh teve papel fundamental na criação da Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC). Fazem parte da Organização, criada em 1985, Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Ilhas Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.

Desde seu ingresso nas Nações Unidas, em 1974, Bangladesh integrou o Conselho de Segurança como membro não-permanente em duas ocasiões, nos períodos de 1979-1980 e 2000-2001. O país costuma contribuir com grande contingente para missões de manutenção da paz das Nações Unidas, sendo que Bangladesh fechou 2011 como o maior contribuinte individual de tropas e policiais, com contingente de 10.394 soldados.

Na Organização Mundial do Comércio (OMC), Bangladesh defende os interesses dos países de menor desenvolvimento relativo. É, também, membro da Organização da Conferência Islâmica e da Comunidade Britânica de Nações. Em março de 2010, Bangladesh tornou-se o primeiro país da Ásia Meridional a ratificar o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Bangladesh é um dos países mais pobres do mundo, com dificuldades para prover alimentos a seus mais de 160 milhões de habitantes. A magnitude das dificuldades econômicas reflete-se no baixo padrão de vida de sua população, apesar de significativo crescimento registrado, com média de cerca de 6% desde 2003.

O setor agrícola, fundamental para o desenvolvimento econômico do país, é responsável por 20% do PIB e pelo emprego de 52% da força de trabalho. Cerca de 80% da população vive na área rural e dedica-se à rizicultura de subsistência, com poucos recursos financeiros e técnicos. No que tange às rendas obtidas com a exportação, a agricultura contribuiu com mais de US\$ 1 bilhão. A produção de arroz cresceu 150% desde meados dos anos de 1970, apenas em função do aumento de produtividade. A cultura de trigo é a segunda mais importante e as plantações de milho, chá e juta constituem culturas relevantes para a economia do país. A criação de gado, apesar de representar apenas 2,4% do PIB, exerce papel vital no setor primário e emprega diretamente 25% da população nacional. Além de fornecerem couro, os animais criados nas zonas rurais são responsáveis pela aragem da terra e pelo transporte de pessoas e mercadorias.

Bangladesh importa gêneros para suplementar uma produção frequentemente afetada por secas, inundações e ciclones. Em decorrência da irregularidade do abastecimento, o Governo bengalês procura desenvolver programas que visam a reduzir a pobreza e a construir sistema de segurança alimentar sustentável.

A contribuição do setor secundário para a economia do país tem aumentado continuamente. A indústria responde por 30% do PIB. O setor têxtil contribui com cerca de dois terços da renda auferida com as exportações (Bangladesh é o terceiro maior exportador de produtos têxteis). A atividade industrial está fortemente concentrada nas principais cidades do país, Daca e Chittagong, sedes das chamadas zonas de processamento de exportações que recebem incentivos fiscais para atrair investimentos estrangeiros.

O aumento da participação da indústria e a constante contribuição do setor de serviços, em torno de 49% ao ano, refletem nítida transformação estrutural por que passa a economia bengalesa.

Comércio

Bangladesh padece de crônico déficit na balança comercial em razão da dependência da importação de alimentos e de insumos para sua produção industrial e petrolífera. O país importa a maior parte das mercadorias da China, da Índia, de Cingapura e da Malásia. No que tange à exportação, os principais mercados para os produtos bengaleses são os Estados Unidos, a Alemanha, o Reino Unido e a França.

A forte dependência de importação de insumos agrícolas e industriais prejudica o balanço de pagamentos de Bangladesh na medida em que impõe limites ao valor agregado pela produção local e expõe suas empresas a flutuações da taxa de câmbio e dos preços das matérias-primas. Mesmo com aumento da produção de gás natural, o país despense grandes somas com importação de combustível. Nesse contexto, o Governo bengalês procura diversificar a economia por meio de políticas de incentivo a indústrias de tecnologia da informação e de processamento agrícola.

A ajuda internacional constitui importante fonte de receita para o país. Os capitais provenientes de instituições internacionais e regionais de desenvolvimento e de agências de cooperação são fundamentais para financiar o crescimento econômico e remediar o déficit alimentar de Bangladesh. Entre seus principais doadores, encontram-se os Estados Unidos, o Japão, a Arábia Saudita, a União Européia, o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A economia do país conta, ainda, com recursos financeiros enviados por bengaleses que trabalham no exterior, principalmente na Arábia Saudita e nos Emirados Árabes Unidos. De julho de 2009 a fevereiro de 2010, essas remessas atingiram US\$ 7,3 bilhões, o que representou aumento de 19% em comparação com o mesmo período do ano fiscal anterior.

Investimentos

A contribuição do setor privado para o total de investimentos vem aumentando gradualmente, quando comparada à da participação do setor público, e a taxa de investimento tem crescido desde meados dos anos de 1990.

Apesar da carência de infraestrutura, Bangladesh tem recebido cada vez mais investimentos estrangeiros, principalmente norte-americanos, britânicos, chineses e indianos, atraídos, sobretudo, pelo tamanho e pela desregulamentação do seu mercado interno. A quase totalidade dos recursos destina-se aos setores de exploração de gás natural, vestuário e construção civil, situados, em grande parte, nas zonas de processamento de exportação, nas cidades de Daca, Chittagong e Khulna.

ANEXOS

Cronologia das relações bilaterais

- 1972 - Reconhecimento da República Popular de Bangladesh pelo Governo brasileiro e estabelecimento de relações diplomáticas (15 de maio).
- 1973 - Abertura da Representação diplomática de Bangladesh em Brasília.
- 1974 - Início da presença oficial brasileira em Bangladesh, com a criação da Embaixada do Brasil em Daca.
- 1984 - Visita oficial de delegação brasileira do Ministério da Aeronáutica a Bangladesh.
- 1989 - Reunião, em Paris, entre o então Presidente José Sarney e seu homólogo Hossain M. Ershad.
- 1992 - Participação bengalesa na Conferência do Rio (ECO 92), com a presença do Ministro dos Negócios Estrangeiros, A.S.M. Mostafizur Rahman, e do Ministro do Meio Ambiente e Florestas.
- 1994 - Vinda ao Brasil do Ministro da Juta, A.S.M. Hannan Shab, e do Ministro da Indústria de Bangladesh, A.M. Zahiruddin Kahn.
- 1998 - Fechamento da Embaixada do Brasil em Daca (1º de agosto).
- 2002 - Fechamento da Embaixada de Bangladesh em Brasília (31 de agosto).
- 2009 - Reabertura da Embaixada do Brasil em Daca (18 de fevereiro).
- 2010 - Apresentação de credenciais ao Presidente de Bangladesh, Zillur Rahman, pelo Embaixador em Daca, Ricardo Luiz Viana de Carvalho (14 de janeiro).
 - Apresentação de credenciais ao ex Presidente Lula pelo Embaixador de Bangladesh em Washington, Akramul Qader (5 de maio).
 - Missão técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) a Bangladesh (maio).
- 2011 - O Congresso Nacional aprovou Medida Provisória, no dia 31 de maio, autorizando a doação de até 710 mil toneladas a países em situação de insegurança alimentar, entre eles Bangladesh.
 - Visita da Senhora SGAP II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, a Bangladesh (12 a 14 de junho).
 - Missão de prospecção comercial liderada pelo Vice-Chanceler Mijarul Quayes ao Brasil, em 1º e 2 de agosto, oportunidade em que também se procurou fazer avançar o processo de abertura da Embaixada em Brasília.

Cronologia histórica

- 1757 - Período de dominação britânica do Subcontinente Indiano (até 1947)
- 1947 - Término da Lei Britânica sobre a Colônia indiana e consequente formação dos Estados da Índia e do Paquistão (agosto).
- 1949 - Estabelecimento da Liga Awami com vistas à autonomia do Paquistão Oriental frente ao Paquistão Ocidental.
- 1965 - Guerra Indo-Paquistanesa.
- 1970 - O Governo do Paquistão Ocidental rejeita a vitória do líder da Liga Awami nas primeiras eleições legislativas do país.
- 1971 - Declaração de independência da parte oriental do Paquistão (26 de março) e início à Guerra de Independência, que durou até 16 de dezembro.
- 1975 - Institucionalização de sistema de partido único pelo então Presidente Sheikh Mujib, assassinado em golpe militar.
- 1981 - Assassinato do então Presidente Ziaur Rahman em frustrada tentativa de golpe militar.
- 1982 - Golpe de Estado liderado pelo General Mohammad Ershad, que assume a Presidência do país.
- 1991 - Khaleda Zia torna-se Primeira-Ministra e membro do Partido Nacionalista de Bangladesh (até 1996).
- 1996 - Primeiro governo de Sheikh Hasina Wazed, filha de Sheikh Mujib Rahman e representante da Liga Awami (até 2001).
- 2000 - Acirramento das relações com o Governo paquistanês.
- 2001 - Confrontos fronteiriços com a Índia.
- 2001 - Segundo Governo de Khaleda Zia (até 2006).
- 2007 - Estado de emergência decretado por governo de transição encarregado de organizar eleições gerais (adiadas até fins de 2008).
- 2008 - Vitória da Liga Awami nas eleições parlamentares.
- 2009 - Segundo Governo de Sheikh Hasina e posse do Presidente Zillur Rahman.
- 2010 - Ratificação do Estatuto de Roma por Bangladesh.
- 2011 - Emenda à Constituição elimina figura do "Governo de transição" com função de organizar eleições gerais.
 - Bangladesh e Índia assinam acordo de demarcação de fronteiras que encaminhará a questão de enclaves de um país no território do outro.
- 2012 - Exército de Bangladesh anuncia desmantelamento de plano para derrubar o governo da PM Sheikh Hasina.

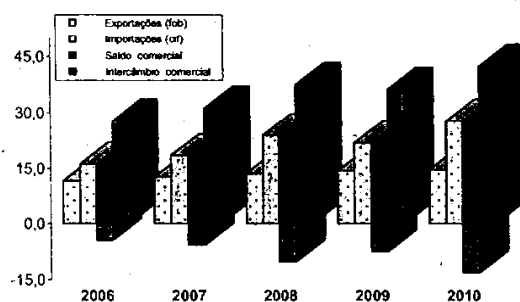
Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto nº	Data
Acordo de Comércio	13/02/1976	19/07/1976	78348	31/08/1976
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	27/09/1988	26/11/1991	402	26/12/1991

Dados Econômico-Comerciais

BANGLADESH: COMÉRCIO EXTERIOR US\$ bilhões

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Exportações (fob)	11,6	12,7	13,6	14,4	14,7	13,9
Importações (cif)	16,1	18,5	23,8	21,8	27,8	24,5
Saldo comercial	-4,5	-5,8	-10,2	-7,4	-13,1	-10,6
Intercâmbio comercial	27,7	31,2	37,4	36,2	42,4	38,4



O comércio exterior de Bangladesh apresentou, em 2010, variação de 53% em relação a 2006, passando de US\$ 28 bilhões para US\$ 42 bilhões. No ranking do FMI Bangladesh figurou como o 67º mercado mundial, sendo o 57º principal exportador e o 70º importador.

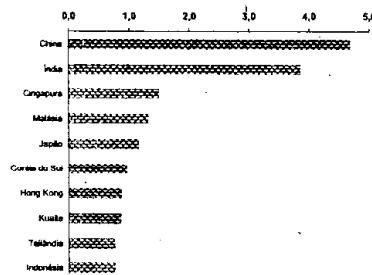
BANGLADESH: DIREÇÃO DAS EXPORTAÇÕES US\$ bilhões

Descrição	2010	% no total	2011 (jan-ago)	% no total
Estados Unidos	3,2	22,1%	2,9	20,9%
Alemanha	2,1	14,1%	2,1	15,4%
Reino Unido	1,2	8,5%	1,2	8,8%
França	1,0	6,8%	1,0	7,2%
Países Baixos	0,9	6,1%	0,7	4,8%
Itália	0,6	3,8%	0,6	4,4%
Canadá	0,6	3,8%	0,7	4,8%
Espanha	0,5	3,5%	0,6	4,4%
Turquia	0,5	3,4%	0,5	3,7%
Bélgica	0,4	2,4%	0,4	3,0%
...				
Brasil	0,1	0,4%	0,1	0,5%
Subtotal	11,0	74,8%	10,9	78,1%
Outros países	3,7	25,2%	3,0	21,9%
Total	14,7	100,0%	13,9	100,0%

Aproximadamente 1/4 das exportações de Bangladesh são destinadas aos Estados Unidos. Em 2010, as importações norte-americanas somaram 22% do total, seguido da Alemanha (14%); Reino Unido (9%); França (7%); Países Baixos (6%). O Brasil obteve o 29º lugar entre os principais destinos em 2010, participando com 0,4% do total.

BANGLADESH: ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES
US\$ bilhões

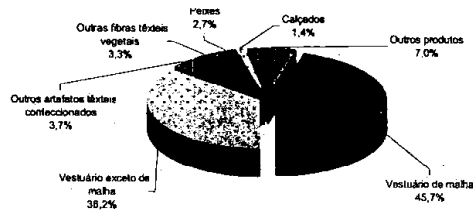
Descrição	2010		2011	
	no total	% no total	(Jan-ago) no total	% no total
China	4,7	16,9%	4,4	18,1%
Índia	3,9	13,9%	3,2	13,1%
Cingapura	1,5	5,4%	1,0	4,1%
Malásia	1,3	4,7%	1,3	5,5%
Japão	1,2	4,2%	0,9	3,5%
Coréia do Sul	1,0	3,5%	0,9	3,7%
Hong Kong	0,9	3,1%	0,5	2,0%
Kuaitê	0,9	3,1%	0,9	3,6%
Taiilândia	0,8	2,7%	0,8	3,2%
Indonésia	0,8	2,7%	0,6	2,3%
Brasil	0,4	1,5%	0,7	2,7%
Subtotal	17,1	61,7%	15,1	61,7%
Outros países	10,6	38,3%	9,4	38,3%
Total	27,8	100,0%	24,5	100,0%



A China é o principal fornecedor de bens à Bangladesh. Em 2010 respondeu com 17% do total, seguido da Índia (14%), Cingapura (5%), Malásia (5%), Japão (4%), Coréia do Sul (4%), Hong Kong (3%) e Kuaitê (3%). O Brasil posicionou no 19º lugar, com 1,5% da demanda importadora do país.

BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES
2010 - Em %

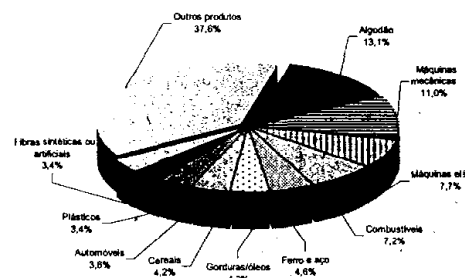
Descrição	% no total
Vestúário de malha	45,7%
Vestúário exceto de malha	36,2%
Outros artefatos têxteis confeccionados	3,7%
Outras fibras têxteis vegetais	3,3%
Peixes	2,7%
Calçados	1,4%
Subtotal	93,0%
Outros produtos	7,0%
Total	100,0%



Os principais grupos de produtos exportados pelo país em 2010 foram os vestuários (de malha e exceto de malha), que correspondem por 82% da pauta. Outros artefatos têxteis confeccionados corresponderam com 4% e outras fibras têxteis vegetais com 3% do total.

BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES
2010 - Em %

Descrição	% no total
Algodão	13,1%
Máquinas mecânicas	11,0%
Máquinas elétricas	7,7%
Combustíveis	7,2%
Ferro e aço	4,6%
Gorduras/óleos	4,2%
Cereais	4,2%
Automóveis	3,6%
Plásticos	3,4%
Fibras sintéticas ou artificiais	3,4%
Subtotal	62,4%
Outros produtos	37,6%
Total	100,0%



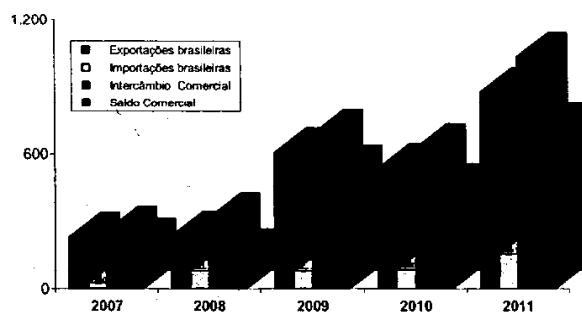
A pauta de importação de Bangladesh é bastante diversificada. Os principais produtos importados pelo país em 2010 foram: algodão (13%); máquinas mecânicas (11%); máquinas elétricas (8%); combustíveis (7%); e ferro e aço (5%).

BRASIL-BANGLADESH: EVOLUÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações brasileiras	231	237	607	538	877
Varição em relação ao ano anterior	-15,9%	2,5%	156,2%	-11,4%	63,1%
Importações brasileiras	25	80	79	88	157
Varição em relação ao ano anterior	110,8%	216,2%	-1,4%	12,2%	77,6%
Intercâmbio Comercial	256	317	686	626	1.034
Varição em relação ao ano anterior	-10,6%	23,5%	116,6%	-8,7%	65,1%
Saldo Comercial	206	157	529	450	721

Fonte: Anuário de Comércio Exterior do Brasil, com base nos dados do MDIC/SECEX/Alcega.

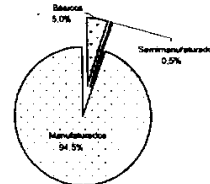
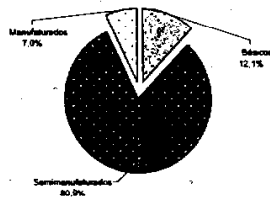
Bangladesh foi o 56º parceiro comercial brasileiro em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 303%, passando de US\$ 256 milhões, para US\$ 1 bilhão, sendo 230% nas exportações e 522% nas importações. A participação de Bangladesh no comércio exterior brasileiro foi de 0,2% em 2011.



BRASIL-BANGLADESH: EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR FATOR AGREGADO
US\$ milhões, fob - 2 0 1 1

DESCRIÇÃO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS		IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	
	VALOR	PART %	VALOR	PART %
Básicos	106	12,1%	8	5,0%
Semimanufaturados	710	80,9%	1	0,5%
Manufaturados	62	7,0%	148	94,5%
Total	877	100,0%	157	100,0%

As exportações brasileiras para Bangladesh são compostas em sua maior parte por produtos semimanufaturados, que representaram 81% das vendas em 2011, com destaque para açúcar e gorduras/óleos. Em seguida estão os produtos básicos, com 12% e os manufaturados com 7%. Pelo lado das importações, observa-se que os produtos manufaturados representaram 95% do total em 2011, seguido dos produtos básicos com 5%.



BRASIL-BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1		Exportações brasileiras para Bangladesh - 2011
			Valor	no total	
Açúcar	406	420	612	69,7%	612
Gorduras/óleos	97	33	130	14,8%	130
Cereais	0	0	39	4,4%	39
Algodão	6	26	27	3,0%	27
Sementes/grãos	53	19	26	3,0%	26
Subtotal	562	497	833	94,9%	833
Outros produtos	45	41	44	5,1%	44
Total	607	538	877	100,0%	877

Açúcar é o principal item brasileiro exportado para Bangladesh. Juntamente com gorduras/óleos somaram 85% da pauta. Em seguida destacaram-se: cereais (4%), algodão (3%) e sementes/grãos (3%).

BRASIL-BANGLADESH: COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 0 9	2 0 1 0	2 0 1 1		Importações brasileiras originárias de Bangladesh - 2011
			Valor	no total	
Vestúário de malha	34	49	70	44,9%	70
Vestúário exceto de malha	17	22	46	29,7%	46
Adubos	14	0	16	10,1%	16
Outras fibras têxteis vegetais	2	10	15	9,7%	15
Subtotal	66	81	148	94,3%	148
Outros produtos	13	7	9	5,7%	9
Total	79	88	157	100,0%	157

As importações brasileiras originárias de Bangladesh apresentaram alto grau de concentração. Os vestuários de malha e exceto de malha somaram quase 75% das compras em 2011. Adubos correspondem pela 3ª posição da pauta com 10% no total das compras.

Aviso nº 713 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

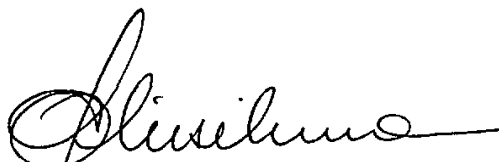
A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.

5

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**, sobre a Mensagem nº 71, de 2012 (Mensagem nº 369, de 15/8/2012, na origem), da Senhora Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.*

RELATOR: Senador JARBAS VASCONCELOS

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidenta da República faz do Senhor **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

O Sr. **RICARDO NEIVA TAVARES** nasceu no Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1957, é filho de Tullio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares. Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1979 e ingressou na carreira no posto de Terceiro Secretário no ano seguinte. Graduou-se pela École Nationale d'Administration, em Paris, em 1984, e concluiu os cursos de Aperfeiçoamento do Diplomata (1985) e de Altos Estudos (1997) do Instituto Rio Branco. Em 1999, publicou a tese "As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas".

Ascendeu a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 2001; e a Ministro de Primeira Classe em 2005.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Assessor da Secretaria-Geral, de 1993 a 1995; Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, entre 2001 e 2003; Chefe da Assessoria de Comunicação Social, de 2003 a 2006; e Assessor Especial do Gabinete do Ministro de Estado, de 2006 a 2008.

No Exterior, exerceu, entre outras, a função de Conselheiro na Missão junto à Organização das Nações Unidas, de 1995 a 1998; Conselheiro na Embaixada em Camberra, de 1998 a 2001; e Embaixador do Brasil junto às Comunidades Européias (2008 a 2010) e junto à União Europeia, de 2010 até o presente.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação dos organismos internacionais e de conferências diplomáticas.

O Diplomata indicado é portador da Ordem Nacional do Mérito, da França, no grau de Cavaleiro; da Ordem Real do Mérito, da Noruega, no grau de Comendador; da Ordem Al Alaoui, do Marrocos, no grau de Comendador; da Ordem da Legião de Honra, da França, no grau de Oficial; da Ordem de Orange Nassau, dos Países Baixos, no grau de Grande Oficial; e da Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, do Brasil.

Quanto à República Italiana, importa registrar nesse relatório algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

A República Italiana tem uma população de 59,9 milhões de habitantes (estimativa de 2009) numa área de 301 mil km². Seu produto interno bruto PPP é de 1,908 trilhão de dólares, o que lhe proporciona uma renda per capita PPP de 31,5 mil dólares (dados de 2010). A Itália é um Estado unitário de regime parlamentar. O Presidente da República é eleito para mandato de sete anos por colégio eleitoral constituído pelas duas casas do Parlamento e representantes dos Conselhos regionais. O Parlamento é bicameral, conformado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado da República (eleitos e aos quais somam-se os ex-presidentes da República e cinco senadores vitalícios designados pelo Presidente da República que

tenham se distinguido por elevados méritos nos setores cultural ou social).

A Itália atravessa momento econômico de complexidade, no contexto da crise que atualmente afeta a zona do Euro. A economia italiana – que já vinha apresentando desempenho abaixo dos parceiros europeus há anos e uma dívida pública em torno de 120% do PIB – apresentou forte deterioração no contexto de agravamento da crise da zona do Euro em fins de 2011, com crescente desconfiança dos agentes econômicos relativa à sustentabilidade fiscal do país e consequente aumento dos juros pagos pelos títulos soberanos italianos.

Brasil e Itália têm longa tradição de relacionamento, com elevado nível de diálogo político, consonância de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural. Contribuem para tanto o grande número de brasileiros de origem italiana (cerca de 30 milhões, o maior contingente de italo descendentes fora da Itália), a elevada presença de comunidades brasileiras nas principais cidades italianas e o fluxo turístico de parte a parte (em média, 300 mil brasileiros visitam a Itália a cada ano). Em linhas gerais, as visões políticas entre os dois países são coincidentes em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo na promoção dos valores da democracia, do respeito ao Estado de Direito e dos direitos humanos.

O intercâmbio comercial bilateral evoluiu de US\$ 6,4 bilhões em 2006 para US\$ 9 bilhões em 2010. Em 2011, o intercâmbio voltou a crescer, atingindo US\$ 11,6 bilhões, com déficit brasileiro de US\$ 781 milhões. A Itália foi o 8º principal parceiro comercial brasileiro em 2011 e o 3º entre os membros da União Europeia.

As exportações brasileiras para a Itália são compostas em sua maior parte por produtos básicos, com destaque para minérios (30%), café (14%), pasta de madeira (9%) e peles (8%). Bens semimanufaturados e manufaturados respondem por 24% e 22,4%, respectivamente. Nas importações, os produtos manufaturados representaram 97,9% do total em 2011, com alto grau de concentração em máquinas, automóveis e farmacêuticos, que representaram 68% das compras brasileiras em 2011.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, no ano de 2009 a Itália investiu US\$ 213 milhões no Brasil, valor 53% menor que o registrado em 2008 e 22% menor que o verificado em 2007. Apesar dessa queda, o Brasil é considerado mercado prioritário para a internacionalização das empresas italianas. Nesse sentido, a FIAT anunciou investimentos da

ordem de três bilhões de Euros nos próximos cinco anos no Brasil para a renovação de sua unidade em Minas Gerais e para a construção de nova planta em Pernambuco.

Sobre a República de San Marino, importa colacionar alguns dados trazidos do informe do Ministério das Relações Exteriores, para subsidiar o debate nesta Comissão. San Marino ocupa área de 61,16 km² e tem população de 31.851 habitantes. Seu produto interno bruto PPP é de US\$ 1,662 bilhão, o que lhe propicia renda per capita PPP de US\$ 52.180.

A base da economia de San Marino é o turismo, que responde por mais de 50% do PIB local. Em 2006, mais de 2,1 milhões de turistas visitaram o país.

Em 2002, os governos do Brasil e de San Marino estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não-residentes.

O intercâmbio comercial bilateral apresenta crescimento constante nos últimos anos, com saldo favorável para San Marino. Em 2010, as exportações brasileiras totalizaram 29 mil dólares, ao mesmo tempo em que as importações de San Marino alcançaram o valor de 6,03 milhões de dólares. O Brasil importa basicamente produtos farmacêuticos, responsáveis por 93,3% da pauta de importações em 2010, e exporta aparelhos de ótica e fotografia e vestuário.

Quanto à República da Malta, os dados a registrar são os que se seguem. O país tem área de 316 km², distribuídas em três ilhas principais, onde vivem 416.000 habitantes (dados de 2010). Suas línguas oficiais são o maltês e o inglês. Seu produto interno bruto PPP é de US\$ 9,44 bilhões, o que lhe proporciona uma renda per capita PPP de US\$ 22.968 (dados de 2008). Malta é uma república parlamentar. O presidente é eleito pelo parlamento para um período de cinco anos. Sua posição é basicamente cerimonial. O parlamento é unicameral e tem 69 membros eleitos diretamente, em sistema proporcional.

Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. A ilha ganhou independência em 1964 e tornou-se uma república em 1974. Em 45 anos a economia passou por uma reestruturação bem sucedida, superando sua dependência das forças militares britânicas.

Na condição de país pequeno, situado geograficamente em ponto de importância estratégica, Malta tem na política externa a coluna-mestra de sua viabilidade como Estado soberano. O bom relacionamento internacional está, portanto, entre as preocupações maiores do seu governo. Malta é membro da União Europeia, à qual aderiu em 2004. O país subscreveu o Acordo Schengen em dezembro de 2007.

Brasil e Malta mantêm relações diplomáticas desde o ano de 1975. A Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma desde julho de 2010. A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo brasileiro.

Embora estejam talvez ainda aquém das possibilidades, principalmente em termos de exportações brasileiras, os números do comércio bilateral apontam pequeno aumento dos fluxos nos últimos anos. A corrente tem sido majoritariamente deficitária para o Brasil, que importa, principalmente, circuitos integrados, microprocessadores e interruptores. As exportações brasileiras concentraram-se em açúcar, carne bovina e café solúvel. No primeiro trimestre de 2012, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 12,52 milhões, com déficit de US\$ 6,84 milhões para o Brasil.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 71, DE 2012** **(nº 369/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Os méritos do Senhor Ricardo Neiva Tavares que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 15 de agosto de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'D. Russel' or similar, with a large, stylized flourish at the end.

00001.004423/2012-31

EM nº 00235/2012 MRE

Brasília, 2 de Julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RICARDO NEIVA TAVARES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 235/DP/AFEPA/G-MRE/APES

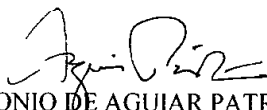
Brasília, 2 de julho de 2012

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **RICARDO NEIVA TAVARES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **RICARDO NEIVA TAVARES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RICARDO NEIVA TAVARES

CPF.: 221.191.241-91

ID.: 7729 MRE

1957 Filho de Tullio Tavares e Maria Celi Neiva Tavares, nasce em 16 de agosto, no Rio de Janeiro-RJ

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
 1984 École Nationale d'Administration/ENA (Promotion Léonard de Vinci), Paris/FR
 1985 CAD - IRBr
 1997 CAE - IRBr, As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas: do relacionamento com o ECOSOC à busca de novas áreas de atuação

Cargos:

1980 Terceiro-Secretário
 1982 Segundo-Secretário
 1987 Primeiro-Secretário
 1994 Conselheiro
 2001 Ministro de Segunda Classe
 2005 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1980-85 Divisão da Europa I, Assistente
 1985-86 Divisão da Europa II, Assistente
 1986-89 Embaixada em Paris, Segundo e Primeiro-Secretário
 1989-93 Embaixada em Tóquio, Primeiro-Secretário
 1993 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor
 1993-95 Secretaria-Geral, Assessor
 1995-98 Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
 1998-01 Embaixada em Camberra, Conselheiro
 2000 LII Reunião da Comissão Internacional da Baleia, Adelaide, Chefe da Delegação
 2001 Departamento Econômico, Assessor
 2001-03 Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, Coordenador-Geral
 2003-06 Assessoria de Comunicação Social, Chefe
 2006-08 Gabinete do Ministro de Estado, Assessor Especial
 2008 Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, Embaixador
 2008 I Reunião do Diálogo Brasil-União Europeia sobre Sociedade da Informação, Bruxelas, Chefe da Delegação
 2008 II Reunião do Comitê Diretivo do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia, Bruxelas, Chefe da Delegação
 2009 I Reunião de Altos Funcionários do Diálogo Estruturado sobre Migrações entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia, Chefe da Delegação
 2009 XXIX Reunião de Altos Funcionários do Mecanismo de Diálogo entre a América Latina e o Caribe e a União Europeia, Chefe da Delegação
 2010 Missão do Brasil junto à União Europeia, Embaixador
 2010 III Reunião do Diálogo Brasil-União Europeia sobre Sociedade da Informação, Bruxelas, Chefe da Delegação

Condecorações:

1985 Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
 2003 Ordem Real do Mérito, Noruega, Comendador

2005 Ordem Al Alaoui, Marrocos, Comendador
2006 Ordem da Legião de Honra, França, Oficial
2008 Ordem de Orange Nassau, Países Baixos, Grande Oficial
2008 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz

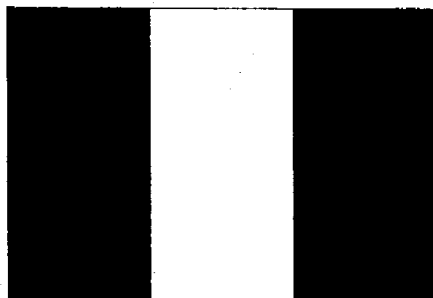
Publicações:

1999 As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas, Fundação Alexandre de Gusmão/Centro de Estudos Estratégicos, Brasília


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA ITALIANA



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2012

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Italiana
CAPITAL	Roma
ÁREA	301.333 km ²
POPULAÇÃO	59,9 milhões (est. 2009)
RELIGIÃO	Catolicismo (mais de 90%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Giorgio Napolitano (desde mai/06)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mario Monti (desde nov/11)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Giulio Terzi (desde nov/11)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Gherardo La Francesca (desde ago/09)
EMBAIXADOR EM ROMA	José Viegas Filho (desde abr/09)
PIB (est. 2010)	US\$ 2,051 trilhões
PIB per capita (est. 2010)	US\$ 33,9 mil
PIB PPP (est. 2010)	US\$ 1,908 trilhão
PIB PPP per capita (est. 2010)	US\$ 31,5 mil
MOEDA	Euro (€)

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

BRASIL → ITALIA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (0 a 09)
Intercâmbio	4.958,5	5.504,9	6.406,8	7.811,6	9.378,0	6.679,8	9.072,9	11.663,7	1.695,4
Exportações	2.909,0	3.228,7	3.836,4	4.463,7	4.765,1	3.016,2	4.235,3	5.440,9	681,6
Importações	2.049,4	2.276,2	2.570,4	3.348,0	4.612,9	3.663,6	4.837,6	6.222,8	1.013,7
Saldo	859,6	952,5	1.266,0	1.115,7	152,1	-647,5	-602,3	-781,9	-332,1

Fonte: MDIC

DADOS BIográficos**Giorgio Napolitano
Presidente da República**

Nascido em Nápoles, em 29 de junho de 1925. Casado, pai de dois filhos.

Formação acadêmica:

1947: Graduado em Direito pela Universidade de Nápoles

Atividade profissional e política:

1943: participa dos movimentos de resistência ao nazifascismo na região da Campânia.

1945: ingressa no Partido Comunista Italiano (PCI). Secretário federal em Nápoles e Caserta.

1953-1996: Deputado, reeleito em diversos mandatos, pela circunscrição de Nápoles.

1956: responsável pela Comissão Meridional do Comitê Central do PCI.

1960-1962: responsável pela seção do "Trabalho de Massa".

1963-1966: Secretário da Federação Comunista de Nápoles.

1966-1969: membro da Direção Nacional do PCI. Coordenador dos departamentos de Secretaria e Político do Partido.

1969-1975: responsável pela Política Cultural do PCI.

1976-1979: porta-voz do PCI junto ao Governo Andreotti. Responsável pelos temas de política econômica no PCI.

1981-1986: presidente do grupo parlamentar do PCI na Câmara dos Deputados.

1986: Diretor de política externa e relações internacionais do PCI.

1989-1992: eleito pelo PCI ao Parlamento Europeu.

1989: nomeado Ministro do Exterior do "Gabinete Sombra" do PCI.

1991: participa da fundação do Partido Democrático de Esquerda (PDS).

1992: nomeado Presidente da Câmara dos Deputados.

1996-1998: Ministro do Interior do Governo Prodi.

1999-2004: eleito pelo PDS ao Parlamento Europeu.

23 de setembro de 2005: nomeado Senador vitalício.

10 de maio de 2006: eleito Presidente da República.

Mario Monti
Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro) e Ministro da
Economia e Finanças

Nascido em 19 de março de 1943, em Varese, foi membro da Comissão Europeia, responsável pelo mercado interno, serviços financeiros e integração financeira, costumes e questões fiscais. Em 1965 graduou-se em Economia na Universidade Bocconi, em Milão.

Além de vários cargos no setor privado (conselhos de empresas como Fiat, Generali, Comit, onde foi vice-presidente de 1988 a 1990), Monti ocupou cargos de destaque em vários comitês governamentais e parlamentares. Em 1995 tornou-se membro da Comissão Santer, assumindo a chefia de mercado interno, serviços financeiros e integração financeira, costumes e questões fiscais da Comunidade Europeia.

Colunista do Corriere della Sera, Monti é autor de numerosas publicações, dedicadas especialmente a questões de economia monetária e finanças, incluindo: "Questões de Economia Monetária" (1969) e "O Sistema Financeiro e de Crédito Italiano" (1982).

Em novembro de 2011, o Presidente da República Italiana, Giorgio Napolitano, nomeou Mario Monti Senador vitalício. Poucos dias depois, na sequência da crise política, econômica e internacional que levou à queda de Silvio Berlusconi, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros.

Giulio Terzi di Santa'Agata
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália

Nascido em 09/06/1946, em Bérgamo (Lombardia).

Graduado em Direito, pela Universidade de Milão, onde especializou-se em Direito Internacional.

Experiência profissional:

1973: ingresso no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

1973-1975: atuou no Cerimonial da República, na organização de visitas de delegações italianas ao exterior.

1975-1978: Embaixada da Itália em Paris (Primeiro Secretário, Setor Político).

1978: assessor especial do Secretário-Geral dos Negócios Estrangeiros.

1980-1986: Conselheiro Econômico e Comercial no Canadá.

1986: Cônsul-Geral em Vancouver, durante a "Expo 86".

1987-1989: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direção-Geral de Assuntos Econômicos e Direção-Geral de Pessoal, Chefê de Divisão).

1990-1993: Representação da Itália junto à OTAN (Bruxelas), Conselheiro.

1993-1998: Representação da Itália junto às Nações Unidas (Nova York), Conselheiro, Ministro, Vice-Representante Permanente.

1999-2001: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Secretário-Geral Adjunto).

2002-2004: Embaixador da Itália em Tel-Aviv.

2004-2008: Ministério dos Negócios Estrangeiros (Diretor-Geral de Cooperação Política Multilateral e Direitos Humanos, Diretor Político).

2008-2009: Representante Permanente da Itália nas Nações Unidas (Nova York).

Outubro de 2009: Embaixador da Itália em Washington.

16/11/2011: nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Mario Monti.

POLÍTICA INTERNA

A República Italiana é um Estado unitário de regime parlamentar. O Chefe de Estado é o Presidente Giorgio Napolitano, eleito em maio de 2006 para mandato de 7 anos. O Chefe de Governo é o Presidente do Conselho de Ministros Mario Monti, no cargo desde 16 de novembro de 2011, na condição de líder de um Executivo técnico de transição formado após crise de governabilidade durante a quarta gestão de Silvio Berlusconi. O atual Governo tem como mandato promover uma série de reformas econômicas, financeiras e sociais pactuadas com as instituições comunitárias em Bruxelas, a fim de fortalecer a Itália frente à crise europeia.

Como resultado das eleições de 2008, o Parlamento italiano conta hoje com a presença de seis partidos políticos e de considerável parcela de deputados e senadores pertencentes ao chamado “Grupo Misto” (sem partido). Ideologicamente, os partidos representados são, na centro-esquerda, o Partido Democrático (PD) e o movimento “Italia dei Valori” (IDV); na centro-direita, a Liga do Norte e o “Popolo della Libertà (PDL; o partido do ex-Premiê Berlusconi, formado pela fusão de seu antigo partido “Forza Italia” e da Aliança Nacional, com raízes na extrema direita); e, no centro “moderado”, a “União dos Democratas Cristãos e de Centro” (UDC), o “Futuro e Libertà per l’Italia (FLI, formado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Gianfranco Fini, após desentendimentos com Berlusconi) e a “Alleanza per l’Italia” (API, uma dissidência do Partido Democrático).

Recentes eleições provinciais demonstraram acentuada queda de popularidade dos partidos de direita. As próximas eleições legislativas, com subsequente escolha dos Chefes de Estado e de Governo, estão previstas para março de 2013.

ECONOMIA E COMÉRCIO

A Itália atravessa momento econômico de complexidade, no contexto da crise que ora afeta a zona do Euro. A economia italiana – que já vinha apresentando desempenho abaixo dos parceiros europeus há anos e uma dívida pública em torno de 120% do PIB – apresentou forte deterioração no contexto de agravamento da crise da zona do euro em fins de 2011, com crescente desconfiança dos agentes econômicos relativa à sustentabilidade fiscal do país e consequente aumento dos juros pagos pelos títulos soberanos italianos.

A seriedade do cenário econômico levou à substituição do então Presidente do Conselho de Ministros, Silvio Berlusconi, pelo economista Mario Monti, em

novembro de 2011. O novo Chefe de Governo, que acumula o cargo de Ministro de Economia e Finanças, levou a cabo, então, amplo pacote de austeridade e reformas, com significativos cortes orçamentários e aumento de impostos.

Passados quase sete meses da posse de Monti, há sinais de recuperação, ainda que insuficientes para acalmar os mercados e afastar a instabilidade econômica. Com reformas nos setores tributário, trabalhista, previdenciário e no financiamento de obras públicas, Monti adotou “guerra declarada” à evasão fiscal e logrou implementar medidas para a simplificação burocrática e liberalização de profissões. Parecem ainda tímidas, porém, as ações para a retomada do crescimento nacional.

Recentes medidas deverão reduzir o consumo interno em 7,6%. Dados oficiais revelam quadro recessivo com previsão de que a carga tributária atinja, em 2012, 45,5% do PIB, cifra sem precedentes. A Confindustria acredita em uma retração do PIB de 1,6%, em 2012, e na manutenção do quadro recessivo em 2013, com possível perda de 800 mil postos de trabalho. A Comissão Europeia prevê crescimento negativo de 1,4% do PIB em 2012 – queda levemente menor do que a prevista pela Economist Intelligence Unit, de 1,9% – e recuperação em 2013, quando a economia italiana deverá crescer 0,4%. A Comissão projeta desemprego de 9,5% neste ano e 9,7% em 2013; inflação de 3,2% em 2012 e 2,3% no ano seguinte; e quedas no déficit público, de 2,0% para 1,1%, e da dívida, de 123,5% para 121,8%, naqueles anos.

Em 2011, o comércio exterior italiano cresceu 16% em relação a 2010, alcançando US\$ 1,04 trilhão. As importações italianas em 2011 aumentaram 15%, atingindo volume de cerca de US\$ 525 bilhões. Seus principais fornecedores foram Alemanha, França, China e Países Baixos. A UE é origem de 53% das importações da Itália. O Brasil está em 22º lugar entre os fornecedores à Itália.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Itália têm longa tradição de relacionamento, com elevado nível de diálogo político, consonância de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural. Certamente contribuem para tanto o grande número de brasileiros de origem italiana (cerca de 30 milhões, o maior contingente de italo-descendentes fora da Itália), a elevada presença de comunidades brasileiras nas principais cidades italianas e o fluxo turístico de parte a parte (em média, 300 mil brasileiros visitam a Itália a cada ano). Em linhas gerais, as visões políticas entre os dois países são coincidentes em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo na promoção dos valores da democracia, do respeito ao Estado de Direito e dos direitos humanos.

As relações Brasil-Itália mantêm forte dinamismo em áreas tais como cooperação trilateral e comércio e investimentos. A Itália é a terceira maior parceira comercial do Brasil na UE, após a Alemanha e os Países Baixos; uma vez que os PB se acham nessa posição por conta do efeito concentrador do Porto de Roterdã, a Itália se encontra, na prática, na segunda posição entre os países da UE, com corrente total de US\$11 bilhões e exportações brasileiras de US\$5,4 bilhões.

Apesar do dinamismo do quadro geral das relações bilaterais, persistem diferenças de enfoque sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em que a Itália se posiciona de forma contrária às propostas do G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão). O relacionamento bilateral foi pontuado recentemente por dois temas: o bloqueio das contas das Missões brasileiras no país (os Tribunais de Milão e Siena decidiram em favor do Governo brasileiro e decretaram o fim da penhora) e o caso Battisti.

Não obstante detalhes pontuais, a relação política e econômica é extremamente sólida e produtiva. Os contatos de alto nível prosseguem - a Presidenta Dilma avistou-se com o PM Monti no dia 18/jun passado, em Los Cabos, no México. Registra-se fluxo regular de visitas Ministeriais e há realização constante de missões empresariais, que têm culminado em diversos projetos de investimento no Brasil de capital italiano.

Plano de Ação e Parceria Estratégica Brasil-Itália

Por ocasião do encontro entre o ex-Presidente Lula e o ex-Primeiro-Ministro Berlusconi em abril de 2010, em Washington, à margem da Cúpula de Segurança Nuclear, Brasil e Itália celebraram o Plano de Ação no âmbito da Parceria Estratégica bilateral, lançada em Declaração Conjunta do Presidente Lula e do então Primeiro-Ministro Romano Prodi, quando de sua visita ao Brasil em novembro de 2007.

O Plano prevê uma série de iniciativas para aprofundar o diálogo político bilateral e a cooperação em diversas áreas: espacial, de defesa, econômico-comercial, industrial, financeira, energética, cultural e acadêmica, entre outras. Na esfera política, o Plano prevê um diálogo de alto nível sobre temas relevantes e urgentes da agenda multilateral, com ênfase no compromisso de contribuir de forma positiva para uma reforma abrangente da ONU, inclusive do CSNU.

No documento, ambos os países sublinham a grande importância que atribuem ao diálogo construtivo, institucionalizado e regular entre países em desenvolvimento e desenvolvidos para a moldura de uma nova arquitetura financeira internacional e ressaltam a relevância do G20F como foro de resposta a questões econômicas e de governança financeira internacional. No âmbito regional, os dois países reiteram no documento a importância da Parceria Estratégica entre Brasil e UE na construção de uma ordem internacional multipolar e defendem a retomada das negociações de um Acordo de Associação entre Mercosul e UE, na

expectativa de que se chegue a um entendimento ambicioso, equilibrado e abrangente.

O Plano de Ação também prevê o desenvolvimento de um relacionamento privilegiado na área de defesa, embasado na parceria industrial e na transferência de tecnologia. Na esfera econômico-comercial, o documento registra que Brasil e Itália pretendem utilizar, de forma crescente, suas agências de fomento para estimular os investimentos, a cooperação industrial e o comércio bilateral, no entendimento de que se devem estimular novos mecanismos financeiros para ampliar o acesso ao crédito e incrementar o comércio bilateral.

Assuntos Consulares

O Brasil é o país com o maior número de italo-descendentes fora da Itália, com números estimados entre 28 e 35 milhões de nacionais brasileiros com origem italiana. Os dados mais recentes (2010-11) sobre brasileiros residentes na Itália contabilizam 77 mil nacionais (62 mil sob a jurisdição do Consulado-Geral em Milão e 15 mil no âmbito do Consulado-Geral em Roma).

Representações consulares brasileiras com suas respectivas jurisdições

O Brasil possui dois Consulados-Gerais na Itália – um em Roma, outro em Milão.

Ademais, há consulados honorários em Bari, Florença, Nápoles, Palermo, Bolonha, Gênova, Turim e Veneza.

Programa Ciência Sem Fronteiras

O programa deve levar 6 mil estudantes e pesquisadores brasileiros para a Itália nos próximos 4 anos (400 deverão chegar já a partir de agosto de 2012). O acompanhamento das atividades dos bolsistas será realizada, em coordenação com a CAPES/CNPq e o Itamaraty (por intermédio da Embaixada do Brasil em Roma), pela Secretaria Técnica do CsF na Itália, sediada na Universidade de Bolonha.

A Itália é um dos cinco primeiros parceiros do Brasil no âmbito do Programa CsF. Quatorze reconhecidas universidades e centros de pesquisas públicos e privados (associados à empresa Italia Telecom, proprietária da TIM) da Itália formalizaram sua adesão ao programa.

Cooperação em ciência e tecnologia

A cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação é regida pelo “Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica” de 1997, em vigor desde 1999. Está previsto no acordo a criação de Comissão Mista Permanente, para

implementar o instrumento e acompanhar o andamento de iniciativas bilaterais em ciência & tecnologia (“C&T”). No Plano de Ação da Parceria Estratégica, as partes se comprometeram a reunir a I Comissão Mista de Cooperação em C&T no segundo semestre de 2010.

Em novembro de 2009, o Grupo de Trabalho sobre C&T reuniu-se no âmbito da IV Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, quando foram discutidas iniciativas de ação conjunta nas áreas de saúde, telecomunicações, metrologia, pesquisa agrícola, espacial, mecanismos de desenvolvimento limpo, cooperação acadêmica e universitária e biocombustíveis de segunda geração. Houve a aprovação de nove projetos no edital do “Programa Executivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-Itália 2008-2010” e a assinatura de convênio entre o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T e Inovação (CONSECTI) e a Embaixada da Itália em Brasília para realização no Brasil de seminários e outros eventos na área de C&T.

Cooperação técnica

Brasil e Itália celebraram Acordo de Cooperação Técnica em 1972. Ao abrigo desse instrumento, está em execução, desde junho de 2004, “Programa para Prevenção e para o Controle de Incêndios na Floresta Amazônica” (“Amazônia sem Fogo”), em parceria com o IBAMA e o MMA.

Cooperação trilateral

Devido ao sucesso do programa “Amazônia sem Fogo” no Brasil, decidiu-se expandi-lo para outros países da Bacia Amazônica por meio da cooperação trilateral.

Cabe destacar ainda a importância do Projeto de “Apoio à Requalificação do Bairro Chamanculo C”, no âmbito da Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização de Assentamentos Informais do Município de Maputo.

Do lado brasileiro, o projeto é patrocinado pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal. O projeto tem o apoio da Aliança de Cidades e insere-se na “Estratégia Global de Reordenamento e Urbanização de Assentamentos Informais do Município de Maputo”.

Cooperação descentralizada

O “Projeto 100 Cidades”, ativo desde 2005, é promovido pela Cidade de Turim, pela ANCI (Associação Nacional de Prefeituras Italianas), pela Província de La Spezia, pela UPI (União das Províncias da Itália) e pela FNP (Frente Nacional de Prefeitos – Brasil). Conta com apoio institucional da Presidência da República e do Ministério das

Cidades. O objetivo é apoiar as políticas de descentralização administrativa e democracia participativa do Governo brasileiro, por meio de atividades de cooperação descentralizadas e de valorização das competências das administrações locais italianas e brasileiras. O Programa visa à construção de um quadro de referência institucional e temático, com vistas a facilitar o relacionamento, as parcerias e a coordenação das atividades de cooperação entre os entes locais brasileiros e italianos.

O Programa “Brasil Próximo” visa a apoiar o desenvolvimento local integrado no território, por meio da concertação e da pactuação dos entes federativos. Os eixos trabalhados pela iniciativa são o turismo; o cooperativismo; o desenvolvimento econômico local; e as políticas sociais. São dezenas de projetos em nove regiões brasileiras abarcando mais de sessenta municípios e oito estados brasileiros. Com duração de 2009 a 2011, o projeto foi criado a partir da parceria das regiões italianas da Umbria, Marche, Toscana, Emilia Romagna e Ligúria e conta com apoio institucional e financeiro Chancelaria italiana e dos Governos locais, Estaduais e Federal do Brasil.

Cooperação cultural

Desde a assinatura do Acordo Cultural, em 1958, as relações Brasil-Itália sobre o tema tem ampliado seu escopo e substância. Uma série de atos bilaterais na área cultural foram assinados nas décadas seguintes, sobretudo nos últimos anos, com ênfase especial na área de co-produção cinematográfica, a exemplo dos Acordos sobre Co-Produção Cinematográfica, de 1974, e o Acordo de Cooperação Cultural, de 1997, que veio a substituir o Acordo Cultural de 1958.

“Momento Itália-Brasil”

O Governo italiano tem promovido, no período 2011-2012, o evento cultural “Momento Itália-Brasil”, com a finalidade de valorizar e divulgar a cultura italiana no Brasil. Tal iniciativa se baseia no exemplo do “Ano do Brasil na França” e deve traduzir-se na realização de uma série de atividades artísticas, culturais e de natureza acadêmica. Foram realizadas exposições, concertos, seminários, apresentações teatrais, mostras de cinema e debates.

Cooperação universitária

Entendimentos mantidos entre a Embaixada do Brasil em Roma e a Universidade de Bolonha levaram à criação, em 15/04/11, da Fundação Cultural Ítalo-Brasileira (FIBRA), nos moldes da existente na Espanha com a Universidade de Salamanca, para incentivar e desenvolver atividades formativas, científicas e culturais que promovam o conhecimento da realidade brasileira na Itália. Essa iniciativa se ajusta aos objetivos do Plano de Ação firmado pelos dois Governos, o qual propõe, entre suas prioridades no campo cultural, “a aproximação continuada e o conhecimento recíproco

entre as sociedades brasileira e italiana”, por meio de atividades de difusão da língua portuguesa, da promoção da cultura brasileira na Itália e da cooperação universitária bilateral.

Cooperação espacial

Na Europa, a Itália, juntamente com França, Alemanha e Espanha, é um dos líderes em termos de desenvolvimento tecnológico no campo espacial.

Na visita à Itália do ex-Présidente Lula, em novembro de 2008, foi assinada Carta de Intenções entre AEB e ASI, identificando áreas de interesse mútuo. Entre as áreas identificadas, destacam-se ciências espaciais; observação da Terra; comunicações espaciais; atividades estratosféricas; e educação e capacitação técnica. O instrumento prevê o intercâmbio de técnicos, a organização de seminários, e a cooperação entre institutos e indústrias dos respectivos setores espaciais.

Caso Battisti

O caso Cesare Battisti remonta a 18 de março de 2007, quando o ex-militante dos Proletários Armados para o Comunismo (PAC) foi detido no Brasil, tendo o então Ministro da Justiça da Itália, Clemente Mastella, feito o pedido de sua extradição.

Desde então, os vários desdobramentos do caso incluíram concessão de “status” de refugiado político pelo então Ministro da Justiça Tarso Genro (13/01/2009), parecer do Procurador-Geral da República, Antônio Fernando de Souza, recomendando o arquivamento do processo de extradição (27/01/2009) e recurso da Itália para reverter a decisão de refúgio. Em 18 de novembro de 2009, o STF autorizou a extradição, mas determinou que caberia ao Presidente da República decidir sobre a efetivação da entrega de Cesare Battisti às autoridades italianas.

Em 31 de dezembro de 2010, o Presidente Lula anunciou a decisão de não-extradição, devido à situação particular de Battisti. Durante o processo envolvendo o caso, ocorreram várias manifestações, nos mais diversos níveis, da classe política italiana e da sociedade civil. O Presidente Napolitano dirigiu carta à Presidenta Dilma (13/01/11), na qual anunciou a intenção italiana de impetrar recurso contra a denegação da extradição. A Presidenta Dilma respondeu a referida carta (24/01/11), enfatizando ter sido a decisão presidencial tomada com fundamento em parecer da AGU e reiterando que a denegação não equivalia a juízo de valor sobre o judiciário italiano.

Em 8 de junho de 2011, o STF decidiu pelo não-conhecimento da ação apresentada pelo Governo italiano no sentido de que fosse invalidada a decisão do PR Lula quanto à não-extradição de Battisti.

Bloqueio de contas das Missões brasileiras na Itália

A título de execução de sentenças do Tribunal de Arezzo contra a empresa pública brasileira Valec em causas movidas pela empresa italiana Italplan, os Tribunais de Siena e de Milão decretaram em janeiro e março deste ano a penhora das contas das Missões Diplomáticas e Consulares do Brasil na Itália no banco Monte dei Paschi di Siena (agência romana) e do Banco do Brasil em Milão, em violação do princípio da imunidade de jurisdição, assegurado pelas Convenções de Viena. As medidas provocaram decidida reação do Governo brasileiro, que reclamou o empenho das autoridades italianas para o imediato desbloqueio das contas penhoradas, sob risco de comprometimento das relações bilaterais.

Em resposta, a Farnesina, por intermédio da “Avvocatura Generale dello Stato”, secundou o Estado brasileiro em juízo nas audiências convocadas para tratar do assunto nos Tribunais de Milão, em 08/05/12, e de Siena, em 24/05/12. O Tribunal de Milão acolheu o recurso brasileiro e decretou o fim da penhora, com o desbloqueio imediato das contas no Banco do Brasil.

O Tribunal de Siena suspendeu a penhora com base em “fortes razões jurídicas” no sentido de que as contas são impenhoráveis, mas o processo pertinente ainda não foi concluído. A extinção da penhora pode ser declarada *ex-officio* pelo juiz de Siena caso a empresa Italplan não solicite a continuidade do processo para apreciação do mérito até o final de julho.

Comércio e investimentos bilaterais

Comércio

O intercâmbio comercial bilateral evoluiu de US\$ 6,4 bilhões, em 2006, para US\$ 9 bilhões, em 2010, o que representou aumento de cerca de 30%. Em 2010, o fluxo de comércio bilateral recuperou a queda de 2009 atribuída à crise econômico-financeira internacional e atingiu os mesmos patamares do ano de 2008. Em 2011, o intercâmbio voltou a crescer, atingindo US\$11,6, com déficit brasileiro de US\$ 781 milhões.

A Itália foi o 8º principal parceiro comercial brasileiro em 2011 e o 3º entre os membros da União Europeia. De 2007 a 2011, o intercâmbio comercial cresceu 49%, passando de US\$ 7,8 bilhões, para US\$ 11,6 bilhões, com saldo favorável à Itália.

As exportações brasileiras para Itália são compostas em sua maior parte por produtos básicos (53,6% das vendas em 2011), com destaque para minérios (30%), café (14%), pasta de madeira (9%) e peles (8%). Bens semimanufaturados e manufaturados respondem por 24,0% e 22,4%, respectivamente.

Nas importações, os produtos manufaturados representaram 97,9% do total em 2011, com alto grau de concentração em máquinas, automóveis e farmacêuticos, que representaram 68% das compras brasileiras em 2011.

Investimentos

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, os investimentos diretos italianos no Brasil aumentaram 26% em 2008 em relação a 2007, atingindo volume total de US\$ 326 milhões em dezembro de 2008. No ano de 2009, contudo, a Itália investiu US\$ 213 milhões no Brasil, valor 53% menor do que o registrado em 2008 e 22% menor do que o verificado em 2007 (US\$ 259 milhões).

Apesar dessa queda, o Brasil é considerado mercado prioritário para a internacionalização das empresas italianas. Registra-se, a participação de companhias italianas no início do processo de industrialização brasileiro (a Pirelli, por exemplo, celebrou em 2009 os seus 80 anos de presença no Brasil), cujo dinamismo continua até os dias de hoje. Nesse sentido, a FIAT anunciou investimentos na ordem de € 3 bilhões nos próximos cinco anos no Brasil para a renovação de sua unidade em Minas Gerais e para a construção de nova planta em Pernambuco.

O Brasil é destino freqüente de missões empresariais italianas. A missão comercial mais recente, chefiada pela Subsecretária do Ministério dos Negócios Estrangeiros Marta Dassù, teve início no dia seguinte 22 de maio em SP. Foi uma iniciativa conjunta do Ministério do Desenvolvimento Econômico, Farnesina e 16 das 22 regiões italianas. A missão, com duração de uma semana, consistiu de cerca de 250 empresários, majoritariamente de PMEs em áreas tais como C&T e engenharia ambiental. Os empresários realizaram visitas a seis diferentes cidades brasileiras.

Na Itália, os investimentos brasileiros ainda são de proporções médias, e concentram-se no setor bancário (Banco do Brasil), serviços aéreos (TAM), tecnologia da informação (Stefanini IT Solutions), turismo (EMBRATUR), alimentar (Rigamonti Salumificio SpA – parte do grupo JBS – e Minerva), moda (Osklen), máquinas e ferramentas (Sandretto) e refrigeração (Embraco).

Cerca de 585 empresas de origem italiana operam no Brasil. Entre os investimentos anunciados nos últimos anos, destacam-se a renovação da unidade da FIAT em Minas Gerais e a construção de nova planta em Pernambuco (€3 bilhões); a abertura de fábrica de barcos de luxo no Estado de Santa Catarina (Azimut-Benetti), de motocicletas na Zona Franca de Manaus (Ducatti), de processamento de plásticos (Mossi e Ghisolfi) e de siderurgia (Danielli) em

Pernambuco e de energia eólica (ENEL Green Energy) na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte.

O estoque de investimentos brasileiros na Itália ainda é pequeno. Concentra-se nos setores bancário (Banco do Brasil), serviços aéreos (TAM), tecnologia da informação (Stefanini IT Solutions), turismo (EMBRATUR), alimentar (Rigamonti Salumificio SpA – parte do grupo JBS – e Minerva), moda (Osklen), máquinas e ferramentas (Sandretto) e refrigeração (Embraco).

II Reunião do Mecanismo de Monitoramento de Comércio e Investimentos

A II Reunião do MMCIB ocorreu em Roma, em 22 de abril de 2010, na presença do Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, e do então Vice-Ministro do Desenvolvimento Econômico italiano (MISE), Adolfo Urso. O Mecanismo – estabelecido em novembro de 2009 na IV Reunião do Conselho Econômico, Industrial, Financeiro e para o Desenvolvimento – foi instituído com o propósito fortalecer as relações econômicas bilaterais, apoiando a troca de informações e de visões entre os setores público e privado dos dois países sobre formas de aprimorar o ambiente de negócios; promover o comércio e os investimentos; e facilitar as transações comerciais bilaterais. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entre MDIC, SUFRAMA, MISE, Associação de Produtores de Motociclétas e Acessórios e Sociedade Italiana para as Empresas no Exterior, com vistas a “fomentar o desenvolvimento econômico e produtivo de empresas italianas do setor de duas rodas no Pólo Industrial de Manaus”.

Conselho Empresarial Brasil-Itália

Por ocasião da visita do ex-Presidente Berlusconi ao Brasil, foi criado o Conselho Empresarial Brasil-Itália, composto por personalidades eminentes do universo empresarial e econômico de ambos os países. O Conselho visa a facilitar a troca de informações econômico-comerciais, bem como discutir novas perspectivas à promoção de investimentos e do comércio bilateral. Ademais, o mecanismo deverá fornecer, na qualidade de porta-voz do setor privado, propostas e sugestões aos dois Governos em preparação às reuniões do Conselho de Cooperação.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos da Itália sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE).

ANEXOS**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

- 1861 – Reconhecimento do Reino da Itália pelo Império brasileiro.
- 1870 – Início da imigração italiana para o Brasil.
- 1891 – Reconhecimento da República brasileira pela Itália.
- 1902 – O Governo italiano proíbe a emigração subsidiada para o Brasil.
- 1942 – Brasil decreta guerra à Alemanha e Itália.
- 1944 – Embarque do primeiro contingente de tropas da FEB para a Itália; Restabelecimento pleno das relações diplomáticas Brasil-Itália.
- 1965 – Primeira visita ao Brasil de um Presidente italiana (Giuseppe Saragat).
- 1975 – Visita do Chanceler Azeredo da Silveira à Itália (a primeira missão bilateral importante desde 1965, após o que as relações econômicas foram efetivamente dinamizadas).
- 1997 – Visita de Estado à Itália do Presidente Fernando Henrique Cardoso.
- 2000 – Visita de Estado ao Brasil do Presidente Carlo Azeglio Ciampi.
- 2005 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália (outubro).
- 2006 – I Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Financeira, Industrial e para o Desenvolvimento, em Roma.
- 2007 – Visita ao Brasil do Presidente do Conselho de Ministros Romano Prodi (março); II Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Brasília.
- 2008 – III Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Roma; Visita de Estado à Itália do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (novembro).
- 2009 – Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália, para a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar da FAO, e encontro com o PM Berlusconi; Consultas Políticas Bilaterais e IV Reunião do Conselho Brasil-Itália, em Brasília.
- 2010 – Encontro do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente do Conselho de Ministros Silvio Berlusconi em Washington (12 de abril), à margem da Cúpula sobre Segurança Nuclear; visita à Itália do Ministro Nelson Jobim, para participar das celebrações do 65º aniversário do fim da II Guerra (22-27 de abril); visita ao Brasil do PM Silvio Berlusconi (28-29 de junho).
- 2010- Visita ao Brasil do Presidente Silvio Berlusconi (29 de junho).

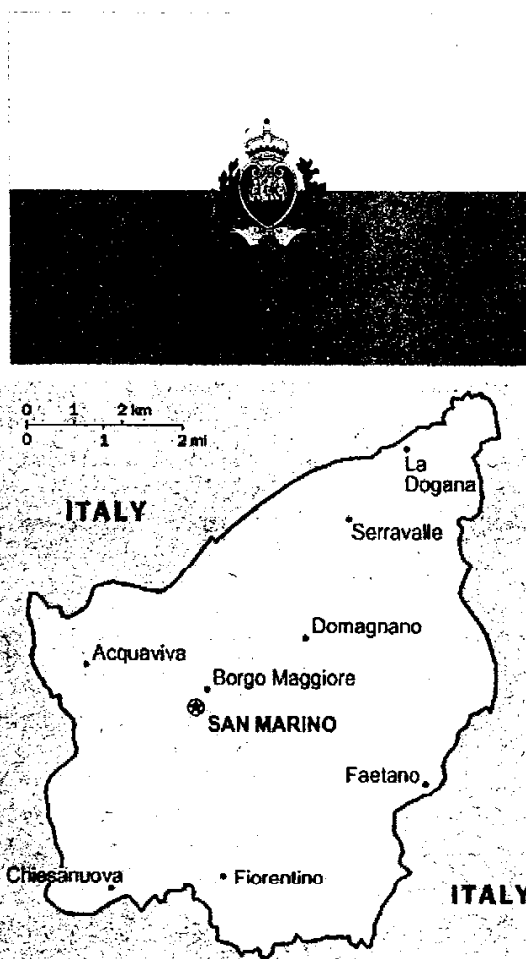
CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1861 – Unificação da Itália pelo Rei Vitorio Emanuel II da Sardenha e Piemonte.
- 1870 – Anexação de Roma (Papa “prisioneiro no Vaticano”); cidade é declarada capital do Reino da Itália.
- 1914 – I Guerra: Itália, inicialmente neutra, depois se junta aos aliados.
- 1922 – Início da ditadura fascista de Benito Mussolini.
- 1929 – Tratado de Latrão: Papa obtém a soberania da Cidade do Vaticano.
- 1939 – II Guerra: “Eixo” entre Itália, Alemanha e Japão.
- 1943 – Itália é invadida pelos aliados; cai a ditadura de Mussolini; a Itália se rende.
- 1946 – Aprovada, em plebiscito, a instauração do sistema republicano.
- 1951 – A Itália filia-se à CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço).
- 1955 – A Itália torna-se membro da ONU.
- 1957 – Criação da Comunidade Econômica Europeia; a Itália é membro fundador.
- 1963 – Formação de um governo de centro-esquerda; Aldo Moro torna-se PM.
- 1972 – Giulio Andreotti torna-se PM, cargo que ocuparia 7 vezes em 20 anos.
- 1978 – Ex-PM Aldo Moro é seqüestrado e executado pela Brigadas Vermelhas.
- 1980 – Atentado a bomba em Bolonha é atribuído a extremistas de direita.
- 1983 – Formação de novo governo liderado por Bettino Craxi (socialista).
- 1984 – Acordo com o Vaticano: a religião católica deixa de ser a oficial do país.
- 1985 – Francesco Cossiga eleito Presidente pelos democratas-cristãos.
- 1987 – Renúncia do PM Bettino Craxi, que é sucedido pelos democratas-cristãos.
- 1993 – Bettino Craxi renuncia à liderança dos Socialistas.
- 1994 – Aliança da Liberdade vence as eleições. Bettino Craxi foge para a Tunísia.
- 1995 – Lamberto Dini lidera governo de tecnocratas.
- 1996 – Coalizão de centro-esquerda vence as eleições. Romano Prodi torna-se PM.
- 1998 – Voto de desconfiança contra Romano Prodi. Massimo D’Alema é PM.
- 1999 – Itália adota o Euro; Carlo Ciampi é eleito Presidente.
- 2000 – Renúncia de Massimo D’Alema; Giuliano Amato assume como PM.
- 2001 – Vitória de Silvio Berlusconi, liderando coalizão de centro-direita.
- 2002 – Lei permite a Berlusconi manter controle de suas empresas no poder.
- 2006 – Vitória, por pequena margem, de Romano Prodi nas eleições gerais.
- 2007 – Derrota de Romano Prodi no Senado; recondução de Prodi ao Governo.
- 2008 – Eleições gerais, com vitória de Silvio Berlusconi.
- 2011 – Comemoração do Sesquicentenário da Unificação Italiana.

ATOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Convenção de Imigração e Trabalho	08/10/1921	07/03/1923
Acordo para Incentivar as Relações de Colaboração e Resolver Questões Atinentes ao Tratado de Paz de 10 de fevereiro de 1947	08/10/1949	05/07/1950
Acordo de Investimentos e Coparticipação de Cidadãos e Capitais Italianos em Empresas Brasileiras	05/07/1950	28/04/1952
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	25/01/1951	04/09/1952
Convenção sobre Conciliação e Solução Judiciária	24/11/1954	08/08/1957
Acordo sobre Serviço Militar	06/09/1958	15/01/1965
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais	06/09/1958	06/09/1958
Acordo de Cooperação para o Uso Pacífico de Energia Nuclear	06/12/1958	19/04/1963
Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns	21/04/1960	01/06/1960
Acordo de Migração.	09/12/1960	26/02/1965
Acordo para a Consolidação de Compromissos Comerciais Brasileiros.	03/08/1962	03/08/1962
Acordo sobre Direitos Autorais.	06/09/1963	06/09/1963
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo	06/10/1970	06/10/1970
Acordo de Co-Produção Cinematográfica	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Complementar para Regulamentar os Pedidos de Admissão às Vantagens da Co-Produção Cinematográfica	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Complementar para Regulamentar a Associação do Co-Produtor Majoritário com Produtor Cinematográfico de Terceiro País	09/11/1970	04/07/1974
Acordo Sanitário para a Importação de Carnes pela Itália	30/10/1972	14/11/1972
Acordo Básico de Cooperação Técnica	30/10/1972	30/05/1980
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	03/10/1978	24/04/1981
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	18/10/1982	28/08/1984
Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria	17/10/1989	01/08/1993

Penal.		
Tratado Relativo à Cooperação Judiciária e ao Reconhecimento e Execução de Sentenças em Matéria Civil	17/10/1989	01/06/1995
Tratado de Extradicação	17/10/1989	01/08/1993
Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo	11/12/1991	26/07/1995
Acordo de Cooperação Cultural	12/02/1997	09/10/1998
Acordo de Cooperação na Luta Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	12/02/1997	15/05/1998
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	12/02/1997	19/03/1999
Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento	12/02/1997	25/09/1998
Acordo sobre Cooperação em Defesa	11/11/2008	17/06/2011
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas	27/03/2008	O Tratado entrará em vigor 30 dias após a troca de instrumentos de ratificação, com vigência indeterminada. EM 168, de 12/05/2008.
Acordo sobre Cooperação em Defesa	11/11/2008	Em processo de promulgação.
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes Residentes do Pessoal Diplomático, Consular e Técnico-Administrativo	11/11/2008	Em tramitação
Acordo de Co-produção Cinematográfica	23/10/2008	Em tramitação

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DE SAN MARINO**

**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Julho de 2012**

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	San Marino
ÁREA:	61,16 km ²
POPULAÇÃO (2010):	31.851
IDIOMAS:	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFES DE ESTADO:	Capitães-Regentes Maurizio Rattini e Italo Righi no período 1/4-1/10/12
CHEFIA DE GOVERNO:	Exercida pelos integrantes do Congresso de Estado (dez Secretários de Estado), sob a presidência dos Capitães-Regentes
CHANCELER:	Antonella Mularoni, Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos (desde 3/12/2008)
PIB (2010)	US\$ 1,662 bilhão – PPP
PIB PER CAPITA (2010):	US\$ 52.180 – PPP
EMBAIXADOR DE SAN MARINO NO BRASIL	Filippo Francini (não-residente)
EMBAIXADOR DO BRASIL EM SAN MARINO	José Viegas Filho (não-residente)

Balança comercial bilateral (US\$ milhões):

BRASIL ⇒ SAN MARINO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	0,015	0,007	0,353	0,093	0,227	0,311	0,031	0,029
Importações	4,262	4,517	4,286	2,534	2,841	3,682	4,809	6,003
Saldo	4,277	4,524	4,639	2,627	3,068	3,993	4,840	6,032
Superavit/Déficit do Brasil	-4,247	-4,51	-3,933	-2,441	-2,614	-3,371	-4,778	-5,974

Fonte: ALICEWeb (últimos dados disponíveis)

POLÍTICA

O rompimento dos vínculos feudais com o bispo de San Leo, no século XIV, assinala o início da vida independente de San Marino, que teve sua soberania reconhecida pelos Estados Pontifícios na mesma época. Durante a Baixa Idade Média e o Renascimento, San Marino criou instituições peculiares de auto-governo, as quais, no entanto, sofreram, a partir do século XVIII, uma progressiva metamorfose na direção de um regime aristocrático, com a predominância das famílias patricias. Tal situação perdurou até 1906, quando o "Arengo", a assembleia dos chefes de família, iniciou o processo de modernização democrática do país.

A independência do pequeno Estado foi diversas vezes ameaçada ao longo de sua história. Por três vezes San Marino esteve sob ocupação estrangeira: a primeira, em 1503, por obra de César Bórgia, *condottiere* italiano que estendeu seus domínios sobre a região da atual Emilia-Romagna; a segunda, em 1739, quando o cardeal Giulio Alberoni tentou anexar a república aos Estados Pontifícios; e, por fim, em 1944, durante poucas semanas, quando tropas alemãs em retirada, acossadas pela ofensiva dos aliados, ocuparam o território samarinês.

À época da unificação italiana, em meados do século XIX, San Marino constituiu um refúgio seguro para muitas das personalidades comprometidas com o *Risorgimento*. O apoio prestado a Garibaldi permitiu a negociação e obtenção de garantias quanto à manutenção do status independente de San Marino em face da Itália unificada. Tal situação foi, posteriormente, referendada por tratado de amizade celebrado com o Estado italiano.

De 1926 a 1943, San Marino conheceu um regime de inspiração fascista, responsável pela tutela dos interesses da classe empresarial e das famílias patricias. Apesar disso, o país permaneceu neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, acolheu mais de cem mil refugiados, o que lhe granjeou a antipatia dos regimes do Eixo.

No pós-guerra, alternaram-se governos de esquerda, capitaneados pelo Partido Comunista Samarinês, e governos de centro, liderados pelo Partido Democrata-Cristão Samarinês. A existência de administrações de esquerda deu origem, durante o período, a tensões com o resto da Europa e, em particular, com a Itália.

Em 1957, uma breve, conquanto séria, crise política levou à coexistência de dois Governos. A crise, que se inseria no contexto da Guerra Fria, solucionou-se após um mês. A ela se seguiu um longo período, de vinte anos, de Governos de centro.

Em tempos recentes, San Marino promoveu reformas políticas de caráter modernizador, introduzindo o voto feminino, em 1960, e incorporando garantias aos direitos fundamentais e às liberdades públicas, por meio de legislação aprovada em 1974.

A partir de 2000, tem-se verificado um período de instabilidade política, com frequentes trocas de Governo. Em seguida às eleições de 2006, formou-se novo Governo, de centro-esquerda, por meio de coalizão que compreendia o Partido dos Socialistas e dos Democratas, a Esquerda Unida e a Aliança Popular. Os temas principais da agenda do Governo diziam respeito às relações econômicas e administrativas com a Itália, à integração com a União Europeia e a reformas institucionais.

Depois de dois anos de desavenças internas, porém, a coalizão se desfez e foram convocadas eleições gerais, realizadas em 9 de novembro de 2008. Na ocasião, após reforma eleitoral, concorreram duas listas: a "Reforma e Liberdade" (de centro-esquerda, formada pelo Partido dos Socialistas e Democratas, Democratas de Centro e Esquerda Unida) e o "Pacto por San Marino" (que engloba desde a centro-esquerda à centro-direita, incluindo a Aliança Popular, a Lista da Liberdade, o Partido Democrata Cristão Samarines e a União Samarinesa dos Moderados). Vitoriosa, com 54,23 % dos votos nas últimas eleições, a coligação "Pacto por San Marino" compôs novo governo, empossado em 3 de dezembro de 2008.

PRINCIPAIS AUTORIDADES

Maurizio Rattini

Capitão-Regente da República de San Marino

Co-capitão Regente desde abril junto com Italo Righi, nasceu em 1949 em San Marino. Já havia exercido a função de Capitão-Regente de outubro de 96 a abril de 97. Afiliado ao Novo Partido Socialista (NPS).

Italo Righi

Capitão-Regente da República de San Marino

Nascido em junho de 1959, é Capitão-Regente de San Marino desde 1º de abril de 2012. Nasceu em Sassofeltrio, na Itália, e pertence ao partido Cristão-Democrata.

Antonella Mularoni

Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos, Telecomunicações e Transportes

Nascida em San Marino a 27 de setembro de 1961.

Formada em Direito pela Universidade de Bolonha (1986).

1986-1987: Secretária Política do Secretário de Estado (Ministro) das Finanças, Orçamento e Planeamento Económico.

1987-1990: Diretora do Departamento das Comunidades no Exterior da Secretaria de Negócios Estrangeiros de San Marino.

1989-1990: Representante-Adjunta na Presidência de turno samarinesa do Comitê de Ministros do Conselho da Europa.

1993: Membro fundador do movimento político "Aliança Popular dos Democratas Samarineses".

1993-1998: Membro do Conselho Grande e Geral da República. Presidente do Grupo da Aliança Popular no Conselho. Membro das Comissões Permanentes de Negócios Estrangeiros, Imigração e Emigração, Informações, Transportes e Telecomunicações, Segurança e Ordem Pública, bem como da Comissão de Reforma do Código de Processo penal. Membro do grupo nacional na União Interparlamentar.

2001-2008: Juíza da Corte Europeia de Direitos Humanos. Vice-Presidente da Sessão 2 daquela Corte.

2008: Reeleita, na lista da Aliança Popular, para o Conselho Grande e Geral da República. Nomeada Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros e Políticos, Telecomunicações e Transportes.

ECONOMIA

A base da economia de San Marino é o turismo, que responde por mais de 50% do PIB local. Em 2006, mais de 2,1 milhões de turistas visitaram o país. Cerca de 90% do PIB de San Marino concentra-se em seis setores da economia, a saber, industrial, bancário, público, de seguros, de comércio e serviços. As demais atividades econômicas de relevo de San Marino são a intermediação financeira, os setores de eletrônica, da indústria leve, de cerâmica, além da filatelia e da numismática. O setor do comércio tem crescido e hoje ocupa cerca de 12% da economia.

No tocante ao quadro macroeconômico do país, segundo os dados estatísticos mais recentes, constantes da relação apresentada pelo "Ufficio Programmazione Economica e Centro Elaborazione Dati e Statistica", em relação ao orçamento de 2010, San Marino apresentou, em 2008, um crescimento de 1,9% (apesar de as estimativas terem previsto uma retração de 1,1%). Já o ano de 2009 registrou uma acentuada contração do PIB, da ordem de 13% (fonte: relação apresentada pelo "Ufficio Programmazione Economica e Centro Elaborazione Dati e Statistica" com dados do World Economic Outlook de outubro de 2010), devido, sobretudo, à queda dos investimentos atribuída à crise financeira mundial associada ao "escudo fiscal" promovido pelo governo italiano para a repatriação de capital enviado ilegalmente ao exterior. Ainda não foram divulgados dados estatísticos oficiais com relação ao ano de 2010, mas após a queda de 2009, o PIB retrocedeu aos valores registrados em 2005.

O ano de 2010 registrou, segundo o governo e as notícias da imprensa local, os primeiros sinais de recuperação da recessão econômica registrada no ano precedente. As estimativas indicavam, em janeiro de 2011, uma expectativa de retração de 1,1% do PIB em 2010. O governo reforçou as normativas internas do setor financeiro e afrouxou as regras de sigilo bancário, incrementando os mecanismos de combate à lavagem de dinheiro. Todavia, ainda persistem muitas incertezas quanto ao andamento da economia samarinesa no ano corrente. Em boa parte, a retomada do crescimento dependerá do andamento da economia italiana e da demanda interna daquele país, destino de 90% das exportações samarinesas. As relações entre a República de San Marino e a Itália se deterioraram após a aprovação do escudo fiscal (cujos efeitos negativos foram considerados pelas autoridades locais como "devastantes") e se agravaram ulteriormente após algumas declarações do Ministro da Economia da Itália classificando aquele país como "paraíso fiscal e destino de capital ilícito". As arestas criadas também resultam das dificuldades aos cerca de 6 mil cidadãos italianos residentes na Itália que trabalham em San Marino, pois as alterações no sistema de deduções do imposto de renda introduzidas pela lei orçamentária italiana de 2011 penalizam os trans-fronteiriços.

Sobre o mercado consumidor interno, os dados disponíveis indicam que 21,3% da despesa média mensal das famílias do país destinam-se à aquisição de gêneros alimentícios e bebidas. Ademais, 15,3% da despesa média destinam-se à habitação, 10,6% ao transporte, 10,2% a refeições fora de casa e 8,5% às férias.

O sistema financeiro de San Marino conta atualmente com doze bancos, 50 sociedades financeiras e cerca de 30 corretoras de seguros. Os bancos que operam no país estão presentes no território com cerca de 50 sucursais (dados de 2005), com uma média de cerca de 10 empregados por agência. O crescimento significativo registrado no setor bancário e financeiro nos últimos anos e a evolução do país como centro financeiro têm sido acompanhados de progressiva supervisão e regulação do setor, a fim de garantir o equilíbrio e a estabilidade do sistema e, simultaneamente, evitar que seja usado para a lavagem de dinheiro. Depois da assinatura e ratificação da Convenção de Haia, de 1/07/1985, por intermédio da publicação do Decreto nr. 119 de 20/09/2004, a República de San Marino introduziu em seu ordenamento jurídico a legislação sobre trustes (Lei Nº. 37, de 17/03/2005). O sistema financeiro registrou grandes perdas como consequência da fuga, no biênio 2009-2010, de 35% dos depósitos bancários após a aprovação do "escudo fiscal" italiano. O banco central de San Marino aumentou a atividade de vigilância. As entidades financeiras concordam que devem encontrar um novo modelo de "business", que não esteja tão acoplado às rígidas normas de sigilo bancário e estão tentando desenvolver novas estratégias para atração de capital estrangeiro.

No tocante ao sistema tributário de San Marino, tratar-se-ia de estrutura simples, composta de tributos essenciais: impostos diretos com escalonamento progressivo baseado na renda líquida; o imposto proporcional pago por pessoas jurídicas (19% sobre a renda final, determinada como a diferença entre todos os elementos positivos e negativos da receita); impostos sobre renda de pessoas jurídicas auferida no exterior, reconhecido o crédito fiscal relacionado ao que já tenha sido pago no exterior, mesmo na ausência de convenção bilateral a respeito. A situação das finanças públicas de San Marino se agravou no biênio 2009-2010 devido à queda das receitas tributárias. O déficit atual situa-se em cerca de 4% do PIB.

São reduzidas as obrigações dos contribuintes perante a administração tributária no que diz respeito aos impostos sobre a renda, pagos a partir de simples declaração anual, sendo previstas deduções por créditos de imposto pago durante o ano. Entre os impostos indiretos, o mais relevante é o imposto único sobre a importação de bens ou mercadorias, de 17%, salvo determinadas categorias de bens, dependendo de sua destinação e utilização (por exemplo, alíquota de 6% sobre a importação de automóveis). Há ainda impostos sobre registros públicos, selo fiscal, heranças e o registro de hipotecas. Tais impostos são progressivos, proporcionais ou fixados segundo o ato a ser registrado. San Marino inclui-se entre os países com regime de "tributação favorecida", em conformidade com as disposições da Instrução Normativa nº 1.037 da Receita Federal do Brasil, de 4 de junho de 2010.

A crise econômico-financeira mundial, associada a pressões contra o afrouxamento das regras de sigilo bancário, e o escudo fiscal italiano atingiram em cheio a economia de San Marino. Nos últimos dois anos, a legislação samarinesa incorporou uma série de mudanças voltadas ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do

terrorismo. Também foram adotados padrões internacionais em matéria de transparência e de colaboração no âmbito econômico e financeiro.

De acordo com especialistas, com a entrada em vigor, em 2010, das novas regras relativas ao setor bancário e à participação no Sistema de Divulgação de Dados do FMI, o país deverá deixar de ser classificado como "paraíso fiscal", mas terá de encontrar novas formas de atrair o capital estrangeiro, uma vez que perdeu um grande fator de competitividade internacional. O governo deverá também implementar mudanças na legislação trabalhista, hoje profundamente rígida quanto à atração de mão-de-obra especializada o que gerou um mercado interno caracterizado pela baixa produtividade e pelos elevados salários (em 2006 o salário médio mensal variava de 1.780 euros a 4.100 euros). A taxa de desemprego aumentou de 3,3% de 2006 para 5% em 2009.

TEMAS ENERGÉTICOS E AMBIENTAIS

No que se refere aos temas energéticos e ambientais, a República de San Marino é parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (ratificada em 1994) e da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Em setembro de 2009, San Marino adotou procedimentos internos com vistas a preparar sua adesão também ao protocolo de Quioto.

Quando da adoção de seu primeiro Plano Energético Nacional (PEN), relativo ao período 2008-2011, San Marino era "totalmente dependente da importação de energia", não havendo plantas de produção de energia no território da República. A energia elétrica e o gás metano consumidos no país seriam fornecidos pelas empresas italianas Enel e SNAM respectivamente. Ainda de acordo com o PEN 2008-2011, o país pretende tornar-se "a primeira república do mundo com emissão zero de CO²", adotando ações diretas – voltadas à redução do consumo e à utilização doméstica de fontes renováveis – e indiretas – aquisição de energia de fontes renováveis no mercado externo e participação em iniciativas internacionais voltadas à redução da emissão de gases de efeito estufa. Em setembro de 2009, o governo local aprovou a concessão de incentivos fiscais para a realização de reformas em edifícios com vistas ao aumento da eficiência energética, assim como com o propósito de estimular a aquisição de equipamentos para a produção de energia renovável no país.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa reveste-se de importância fundamental para um Estado de dimensões geográficas muito reduzidas, como é o caso de San Marino. Compreensivelmente, as prioridades da Chancelaria samarinesa concentram-se nas relações com a Itália, reguladas por acordo de amizade e boa vizinhança celebrado em 1939.

As relações de San Marino com a União Europeia são disciplinadas por acordo firmado em 1991 e vigente a partir de 2002. Disposições constantes do acordo permitiam a revisão dos seus termos durante os cinco primeiros anos de sua entrada em vigor, mas, diante do silêncio das partes, não se procedeu a nenhuma modificação, o que suscitou críticas por parte de setores do empresariado local. Vigora com a União Europeia um Acordo Monetário, pelo qual San Marino adotou o Euro como moeda oficial e obteve autorização para a sua cunhagem.

Em abril de 2010, San Marino adotou, em matéria alfandegária, a Decisão Nº 1/2010 "Omnibus" do Comitê de Cooperação UE-San Marino. A Decisão Nº1 reconfirma a plena vigência do Acordo com a União Europeia, pelo qual são recepcionados no ordenamento jurídico de San Marino os dispositivos legais referentes à união aduaneira com a UE.

San Marino pertence aos seguintes organismos internacionais: UPU (1927), UNIDROIT (1945), OMPI (1966), OMT (1971), OCDE (1973), UIT (1977), UNESCO (1974), OMS (1980) e OIT (1982). Em 1988 ingressou no Conselho da Europa, cuja presidência exerceu de novembro de 2006 a maio de 2007.

Em 1992, o país foi admitido na ONU e, desde 2006, faz parte da OIPC (Interpol). Em junho de 2010, o Parlamento de San Marino aprovou a ratificação da Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional para prevenir, reprimir e punir o trato de pessoas, em particular de mulheres e crianças, e a ratificação do Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra a criminalidade organizada transnacional para combater o tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea.

San Marino tem participado do debate sobre a reforma da ONU na qualidade de membro do Grupo "Uniting for Consensus", que propugna por mudanças que divergem das posições assumidas pelo Brasil no âmbito do G4. A atuação de San Marino no que diz respeito à ONU condiz com as preocupações de um pequeno Estado. Por ocasião da abertura dos trabalhos da 65ª Assembléia Geral, em setembro de 2010, a Secretária de Estado Mularoni sublinhou que, "também em um período de forte crise global, como o presente, é extremamente importante o envolvimento dos pequenos Estados, que frequentemente são forçados a pagar um preço muito alto por decisões de que não participam, mas que podem oferecer uma contribuição própria e eficaz na busca de soluções para a saída de uma crise que não está poupando nenhum país".

Segundo informações de DELBRASONU, o delegado de San Marino é atuante e alinha-se, quase sempre, com as posições da Itália. De fato, San Marino assinou recente carta do grupo "Uniting for Consensus", dirigida ao Presidente da Assembléia Geral da ONU, em que aquele grupo critica a iniciativa brasileira de impulsionar a reforma por meio da adoção de uma resolução preliminar.

Por outro lado, o RP samarinês teve papel destacado no movimento de reconhecimento do G-20 como grupo político nas Nações Unidas, o que acabou não ocorrendo em função da oposição dos demais países do G-77 (e que levou o então PGA D'Escoto a afirmar que na AGNU só deveria existir o "G-192").

RELAÇÕES COM O BRASIL

No plano bilateral, foram estabelecidas, pelo Acordo sobre Relações Consulares, celebrado em 14 de dezembro de 1984, relações oficiais de caráter consular entre o Brasil e San Marino.

Em correspondência de março de 2012 ao Ministro Antonio Patriota, por ocasião do centenário do falecimento do Barão do Rio Branco, a Secretária de Estado (Chanceler) Antonella Mularoni recordou que a primeira visita a San Marino por diplomata brasileiro remonta a 1830, quando esteve no país o Embaixador Visconde Borger de Pedra Branca.

Mais recentemente, em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não-residentes.

O Embaixador Adhemar Bahadian foi o primeiro Embaixador não-residente a apresentar, em fevereiro de 2006, cartas credenciais aos Capitães-Regentes da República de San Marino. Naquela oportunidade, fez-se acompanhar do Subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Dr. Vicente Trevas, e do Assessor Especial do Presidente, Dr. César Alvarez. Por ocasião da cerimônia de apresentação de cartas credenciais, o então Secretário de Estado de Relações Exteriores samarinês realçou o crescente protagonismo do Brasil no cenário internacional em favor da paz e do progresso e, notadamente, na defesa do combate à fome e à miséria. Sublinhou também o interesse de San Marino em aprofundar o diálogo e a colaboração nas relações bilaterais, destacando as convergências existentes no plano multilateral. Durante o evento, evidenciou-se o interesse de ambos os países em seguir explorando as possibilidades de cooperação, sobretudo no âmbito multilateral, em benefício mútuo.

Em setembro de 2009, o Embaixador José Viegas Filho apresentou cartas credenciais aos Capitães-Regentes de San Marino, em cerimônia que também contou com a presença da Secretária de Estado de Negócios Estrangeiros, Antonella Mularoni, e de outras autoridades do Governo samarinês. Na oportunidade, a Chanceler Mularoni mencionou o freqüente apoio dado por seu Governo a candidaturas de representantes brasileiros em numerosos organismos internacionais, como o ECOSOC e a UNESCO, e sublinhou a intenção de aprofundar as relações bilaterais no âmbito da cooperação – econômica, técnica, social e cultural – e dos investimentos.

Em outubro de 2010, a Embaixada de San Marino em Roma encaminhou à Embaixada do Brasil, por intermédio de carta, propostas de “Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos” (APPI) e de “Convenção para evitar dupla tributação sobre a renda” (ADT).

O Brasil não vem assinando APPIs. O Grupo de Trabalho Interministerial formado para examinar o assunto estabeleceu, como diretriz, que a negociação de acordos de investimentos com países de fora da América do Sul somente deverão ocorrer no contexto de acordos de livre-comércio mais amplos, de forma a utilizar o capítulo de investimentos como instrumento para alcançar equilíbrio com os capítulos de bens e de serviços. Nesse sentido, foram retirados do Congresso Nacional os APPIs firmados pelo Brasil na década de 1990.

Em relação a eventual "Convenção para evitar dupla tributação sobre a renda", a Receita Federal brasileira alegou estar legalmente impedida de negociar qualquer ADT com San Marino, tendo em vista que o país está incluído na lista de países com "tributação favorecida" da Instrução Normativa 1.037/2010, e a lei brasileira exige que os investimentos originados ou destinados a países de tributação favorecida sejam sobretaxados. No entanto, a Receita Federal afirmou ter interesse em celebrar acordo de troca de informações tributárias com San Marino, de modo a combinar esforços no combate à elisão fiscal.

O Brasil solicitou o apoio de San Marino à candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, nas eleições que se realizarão durante a 37ª Conferência daquela Organização, em Roma, no período de 25 de junho a 2 de julho de 2011. Nesse contexto, reiterou-se a solicitação por meio de carta do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, encaminhada ao seu homólogo samarinês, Gian Carlo Venturini, referente à candidatura do Dr. José Graziano da Silva.

Temas Consulares

San Marino está sob jurisdição consular do Consulado-Geral em Roma, e possui um consulado honorário na cidade de São Paulo. Não há informações sob brasileiros residentes no país.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há créditos de San Marino sob acompanhamento do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (COMACE). Não há, tampouco, registro de créditos vincendos para o país no âmbito do PROEX-Financiamento.

ATO BILATERAL

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo sobre Relações Consulares	14/12/1984	14/12/1984	12/02/1985

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial bilateral apresenta crescimento constante nos últimos anos, com saldo favorável para San Marino. Em 2010, as exportações brasileiras totalizaram USD 29 mil, ao mesmo tempo em que as importações de San Marino alcançaram o volume de USD 6.032 milhões. O Brasil importa basicamente produtos farmacêuticos de San Marino, responsáveis por 93,3% da pauta de importações em 2010, e exporta aparelhos de ótica e fotografia e vestuário.

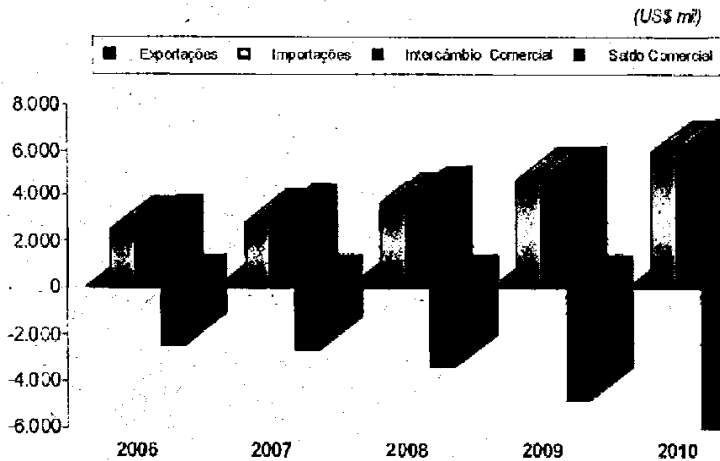
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SAN MARINO (USD mil. mil.)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	93	227	311	31	29
Variação em relação ao ano anterior	73,7%	144,1%	37,0%	-90,0%	-6,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para Demais da Europa Ocidental	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	2.634	2.841	3.682	4.809	6.003
Variação em relação ao ano anterior	40,9%	12,1%	29,6%	30,6%	24,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras de Demais da Europa Ocidental	1,5%	1,2%	1,0%	1,1%	0,7%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	2.627	3.009	3.993	4.840	6.032
Variação em relação ao ano anterior	421,2%	16,8%	30,1%	21,2%	24,6%
Part. (%) no total do comércio Brasil - Demais da Europa Ocidental	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%
Part. (%) no total do comércio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	-2.441	-2.614	-3.371	-4.778	-5.974

Elaborado pelo INCEX/PRONEX - Diretoria de Intercâmbio de Comércio com base nos relatórios do INCEX/PRONEX/PRONEX.

(1) As informações observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de parte e vitro para países em desenvolvimento são de origem própria e incluem, por diferenças metodológicas de natureza:

(2) Demais da Europa Ocidental compreende as seguintes partes: Bélgica-Holanda, Dinamarca, França, Alemanha, Espanha, Itália, Grécia, Irlanda, Portugal, Reino Unido, Suíça, Noruega, Suécia e Turquia.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SAN MARINO 2006 - 2010



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Anceweb.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SAN MARINO

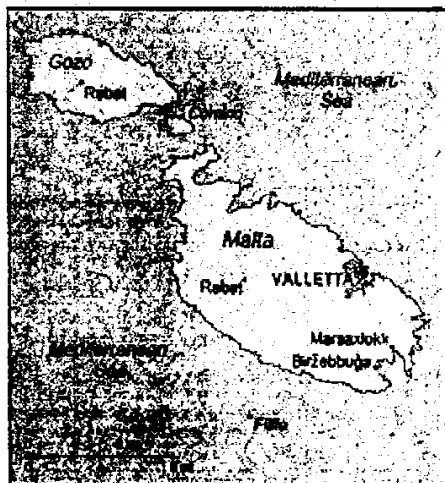
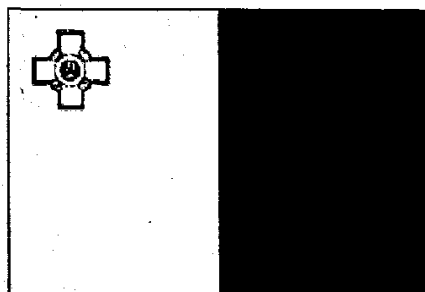
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SAN MARINO		2008	%	2009	%	2010	%
(US\$ mil, tot)		no total	no total	no total	no total	no total	no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)							
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia		0	0,0%	0	0,0%	17	58,6%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha		3	1,0%	19	61,3%	12	41,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		0	0,0%	5	16,1%	0	0,0%
Aeromotores e outros aparelhos de motor		78	25,1%	0	0,0%	0	0,0%
Ferro fundido, ferro e aço		223	71,7%	0	0,0%	0	0,0%
Extratos, leilões e joias, marfim e corais		0	0,0%	2	6,5%	0	0,0%
Subtotal		304	97,7%	26	83,9%	29	100,0%
Demais Produtos		7	2,3%	5	16,1%	0	0,0%
TOTAL GERAL		311	100,0%	31	100,0%	29	100,0%

Banco de dados MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Anceweb.
Gráfico de barras empilhadas em três dimensões, com o eixo Y representando o valor em US\$ mil.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SAN MARINO

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SAN MARINO		2008	%	2009	%	2010	%
(US\$ mil, tot)		no total	no total	no total	no total	no total	no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)							
Produtos farmacêuticos		3.265	66,4%	4.059	84,4%	5.800	93,3%
Carregadores, máquinas, aparelhos e instrumentos elétricos		241	5,5%	665	13,8%	277	4,6%
Plásticos e suas obras		166	4,6%	80	1,7%	55	1,0%
Subtotal		3.496	94,9%	4.724	98,2%	5.877	97,9%
Demais Produtos		186	5,1%	86	1,8%	126	2,1%
TOTAL GERAL		3.682	100,0%	4.809	100,0%	5.003	100,0%

Banco de dados MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base nas informações do MDIC/SECEX/Anceweb.
Gráfico de barras empilhadas em três dimensões, com o eixo Y representando o valor em US\$ mil.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**REPÚBLICA DE MALTA**

**Informação para o Senado Federal
ÓSTENSIVO
Julho de 2012**

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
PERFIL DO PAÍS.....	7
POLÍTICA INTERNA.....	7
POLÍTICA EXTERNA.....	8
ECONOMIA.....	9
RELAÇÕES BRASIL-MALTA.....	10
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS.....	12
CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MALTA.....	14

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Malta
CAPITAL:	Valletta
ÁREA:	316 km ²
POPULAÇÃO:	416 mil habitantes (Banco Mundial, 2010)
IDIOMAS:	Maltês e inglês (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (98%)
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFE DE ESTADO:	Presidente George Abela (desde abril/2009)
CHEFE DE GOVERNO:	PM Lawrence Gonzi (desde março/2004)
CHANCELER:	Ministro Tonio Borg (desde março/2008)
PIB:	Nominal: US\$ 7,45 bilhões (Banco Mundial, 2007) PPP: 9,44 bilhões (Banco Mundial, 2008)
PIB PER CAPITA:	Nominal: US\$ 18.126 (Banco Mundial, 2008) PPP: US\$ 22.968 (Banco Mundial, 2008)
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro
EMBAIXADOR DE MALTA NO BRASIL:	Albert Borg Olivier de Puget (residente em Washington), desde maio/2007

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL => MALTA (em US\$ mil)

Brasil-Malta	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (jan. mar)
Intercâmbio	43.766	64.164	43.968	44.616	61.296	60.268	38.572	75.747	68.063	12.522
Exportação	17.932	48.479	25.868	14.459	27.409	16.163	15.467	30.145	18.646	2.837
Importação	25.834	15.685	18.100	30.157	33.887	44.105	23.104	45.602	49.416	9.685
Saldo	-7.902	32.794	7.768	-15.698	-6.478	-27.942	-7.636	-15.456	-30.770	-6.847

PRINCIPAIS AUTORIDADES**George Abela**
Presidente da República

Nascido em Qormi, em 22/04/1948.

Graduado em Direito.

Atividades profissionais e políticas:

1982-1992: Presidente da Associação Maltesa de Futebol. Representante em comissões da UEFA e da Corte de Arbitragem Esportiva de Lausanne.

1992: Vice-Presidente do Partido Trabalhista Maltês. Conselheiro jurídico do Primeiro-Ministro.

Em diversas ocasiões, foi Diretor do Banco Central de Malta e Diretor-Executivo do Banco de Valletta.

4/4/2009: eleito como 8º Presidente da República de Malta.

Casado, pai de dois filhos.

Lawrence Gonzi
Primeiro-Ministro

Nascido em Valletta, em 01/07/1953.

Graduado em Direito pela Universidade de Malta (1975)

Atividades profissionais e políticas:

1976-1986: Presidente da "Malta Catholic Action".

1987-1994: Diretor da Comissão Nacional para as Pessoas com Deficiências.

1989-1997: Diretor da Mizzi Organisation.

1998-1992: eleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento.

1992-1996: reeleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento.

1993-2004: nomeado Vice-Primeiro-Ministro

1996-1998: reeleito para o Parlamento. Nomeado líder da Oposição, Secretário do Grupo Parlamentar e Ministro-Sombra para as Políticas Sociais.

1998-2003: reeleito para o Parlamento. Nomeado Presidente do Parlamento, Ministro para as Políticas Sociais.

2003: reeleito para o Parlamento. Nomeado Ministro para as Políticas Sociais.

23/03/2004: nomeado Primeiro-Ministro.

2004-2008: exerceu, interinamente, a função de Ministro das Finanças.

Casado, pai de três filhos.

·Tonio Borg
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em 12/5/1957.

Graduado em Direito pela Universidade de Malta (1979).

Atividades profissionais e políticas:

1978: membro da Executiva do Partido Nacionalista.

1980-1995: jurista, especialidade em casos de direitos humanos.

1990-1995: membro do Comitê Europeu para Prevenção da Tortura.

1992: eleito para o Parlamento (subsequentemente reeleito em 1996, 1998, 2003 e 2008).

1995: nomeado Ministro do Interior.

1998-2008: Ministro do Interior.

2004: nomeado Vice-Presidente do Partido Nacionalista, Vice-Primeiro-Ministro e Presidente do Parlamento.

2008: nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Casado, pai de três filhos.

PERFIL DO PAÍS

Situado no centro do Mediterrâneo, a 97 km ao sul da Sicília e a 290 km da costa norte da África, o país é um arquipélago, das quais as três principais ilhas são Malta, Gozo e Comino. Malta é um dos países mais densamente povoados do mundo, com cerca de 400 mil habitantes em uma área de pouco mais de 300 km².

Malta é conhecida por seus patrimônios da humanidade, principalmente pelos Templos Megalíticos, as estruturas de pedra mais antigas construídas pelo homem e ainda de pé. De acordo com os Atos dos Apóstolos, São Paulo naufragou na costa da ilha, que também é considerada uma localização hipotética para a ilha mítica perdida de Atlântida.

Através dos tempos, a localização de Malta no Mar Mediterrâneo deu ao país uma importância estratégica. Consequentemente, uma série de potências, incluindo os fenícios, romanos, sicilianos, Cavaleiros de São João, franceses e britânicos, dominou as ilhas. Em decorrência da saída da Ordem de São João em 1798, as forças napoleônicas ocuparam Malta até 1800, quando foram expulsas pela Grã-Bretanha. Em 1814, Malta tornou-se formalmente um protetorado britânico. A ilha ganhou independência em 1964 e tornou-se uma república em 1974, permanecendo, no entanto, como parte da "Commonwealth". Malta é membro da União Europeia, à qual aderiu em 2004. O país aderiu ao Acordo Schengen em dezembro de 2007.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político maltês é uma República Parlamentarista. O Presidente de Malta, cargo majoritariamente cerimonial, é eleito pelo parlamento por um período de 5 anos. O Parlamento é unicameral e atualmente tem 69 membros, eleitos diretamente pelo sistema de representação proporcional. A última eleição foi em 2008, com maioria do Partido Nacionalista (PN) de Lawrence Gonzi, que obteve apenas um assento a mais que o Partido Trabalhista de Malta (MLP). As próximas eleições gerais acontecerão no máximo em julho de 2013.

De 1971 a 1987, o MLP, partido de esquerda de tendência intervencionista, governou o país. A década de 80 foi marcada por pequenos episódios de violência política, mas a situação se normalizou no começo dos anos 90. A ascensão ao poder do Partido Nacionalista, partido de centro-direita que, desde 1987, está no poder (com a exceção de um período de 22 meses entre 1996 e 1998) levou a uma gradual diminuição do papel do Estado na economia.

O assunto que dominou a política maltesa por mais de uma década foi resolvido no início de 2003, quando o país votou a favor do ingresso na União Europeia. A decisão foi referendada pouco depois, quando o PN, pró-Europa, conseguiu a reeleição contra o MLP, anti-adesão. O status de membro da União Europeia foi recebido em maio de 2004. Um ano depois, o país aderiu ao Mecanismo Europeu de Taxa de Câmbio (ERM-2), estabelecendo paridade da lira maltesa em relação ao euro, moeda local desde janeiro de 2008.

A política maltesa é tradicionalmente polarizada entre dois partidos (PN e MLP), ambos com níveis de apoio aproximadamente iguais na sociedade. As diferenças de visão entre os dois partidos são significativas, e a maior parte do eleitorado tradicionalmente está ligada a um ou ao outro. Com exceção da questão da UE, as posições dos partidos têm se aproximado desde meados da década de 1990.

POLÍTICA EXTERNA

A neutralidade militar faz parte da constituição de Malta. O MLP é historicamente um forte defensor da neutralidade e foi responsável pela adesão do país ao Movimento dos Não-Alinhados. Além disso, Malta tem um acordo de defesa bilateral com a Itália para a garantia de sua neutralidade. Após a vitória do MLP em eleições em 1996, o governo deixou de participar do programa de Parceria pela Paz financiado pela OTAN. Em 2009, Malta segue como o único país europeu não participante. As forças armadas de Malta contam com aproximadamente 1.500 militares, que representam 3% do emprego no setor público.

Os ajustes econômicos decorrentes da adesão à União Europeia ainda estão em andamento, uma vez que o efeito da remoção de barreiras tarifárias e de controles de capital com os países da UE ainda se faz sentir. Fora do campo econômico, uma das conseqüências da adesão ao Espaço Schengen tem sido o acirramento de problemas de imigração. Com a proximidade da costa africana, Malta tem sido utilizada como entreposto de imigração ilegal para a Europa continental.

A cena da política internacional de Malta tem sido dominada por essa questão, tendo destaque um episódio, em 2008, em que o país e a Itália discordaram sobre qual país teria responsabilidade no auxílio a imigrantes ilegais africanos que haviam sido resgatados no território marítimo entre a Sicília e Malta. Ambos os países sofrem pressão da UE para diminuir o número crescente de imigrantes ilegais; Itália e Malta aceitam dois terços dos imigrantes que procuram por proteção, o triplo da média europeia.

O PM Gonzi alega, junto ao bloco europeu, que o custo financeiro e social que Malta tem pago pelo aumento na imigração é desproporcional com relação ao

tamanho e população do país. Após o fim de sua recente disputa, Malta e Itália acordaram levar a questão mais uma vez à Comissão Europeia, com o objetivo de obter um acordo de compensações por esse efeito migratório junto aos outros Estados-membros. Um novo acordo de imigração foi adotado pela UE em outubro último, permitindo a rápida realocação de pessoas que ganham proteção internacional e a rápida repatriação de imigrantes que não se qualificam, mas o documento é apenas um quadro voluntário, não vinculante.

As eleições ao Parlamento europeu, em junho último, também despertaram atenção, acarretando discussões domésticas sobre a questão da criação de empregos. Malta tem atualmente cinco assentos num Parlamento de 785; na última eleição, dois assentos foram ocupados pelo PN e três, pelo MLP.

ECONOMIA

Apesar da falta de recursos naturais locais e de um mercado doméstico de pouco mais de 400 mil pessoas, a economia maltesa tem sofrido transformações desde a independência, quando o foco principal era o provimento de serviços para as bases militares britânicas. No período pós-independência, priorizou-se a mudança da construção naval militar para a comercial, bem como o fomento do turismo e de indústrias têxteis, aproveitando-se a mão-de-obra barata e flexível do país.

No entanto, assim como em outras economias desenvolvidas, a produção de manufaturados está diminuindo em importância e agora responde por pouco mais de 16% do PIB, valor excessivamente baixo, mesmo para padrões ocidentais. Partes desse setor têm sido reestruturadas, com a diminuição da atividade de indústrias intensivas em mão-de-obra, como os setores têxtil e calçadista, e o aumento de atividades mais intensivas em capital, como os setores eletrônico e farmacêutico. Algumas das indústrias intensivas em mão-de-obra, como o processamento de alimentos e o setor de móveis, têm sido expostos a uma dura competição estrangeira, em decorrência queda de barreiras tarifárias trazida pela adesão à UE.

O setor de serviços continua sendo o principal motor do crescimento econômico de Malta, responsável por mais de 80% do PIB. Embora a indústria do turismo seja a atividade mais importante em termos de emprego e ganhos em moeda estrangeira, outros setores, como os serviços financeiros e as telecomunicações, assumiram relevância crescente nos últimos anos. Em 2006, Malta teve uma expansão significativa na indústria de apostas *online*, voltada inteiramente para mercados estrangeiros. O setor de construção também teve um “boom” recente.

No que tange aos serviços financeiros (ver **Relações com o Brasil**), Malta criou, em 2002, a Autoridade de Serviços Financeiros de Malta (MFSA), que se tornou o

órgão responsável pela aprovação de aplicações para o registro de todas as companhias no país. Em 2000, Malta firmou acordo com a OCDE, por meio do qual foi oficialmente removida da lista da organização de paraísos fiscais, em troca do estabelecimento de um escritório de combate à lavagem de dinheiro. Em março de 2002, o Governo maltês estabeleceu a Unidade de Análise de Inteligência Financeira, para o melhoramento da reputação de Malta como um centro de serviços financeiros.

A agricultura e a pesca (com a exceção da criação de atum) diminuem em importância há 30 anos, em decorrência da escassez de fontes comercialmente viáveis de água para irrigação e da poluição do Mar Mediterrâneo. A contribuição do setor para o PIB, em 2007, foi de apenas 2,5%.

Como bloco, a União Europeia é o principal parceiro comercial de Malta, responsável por cerca de metade dos intercâmbios comerciais. Os principais exportadores para Malta foram, em 2006, a França (15,1%), Cingapura (13%), EUA (12,8%) e Alemanha (12,3%); os principais importadores de produtos malteses foram a Itália (27,7%), o Reino Unido (10,4%), a França (8,6%) e a Alemanha (7,5%).

RELACIONES BRASIL-MALTA

Brasil e Malta mantêm relações diplomáticas desde o ano de 1975. A Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma, desde junho de 2010 (Decreto nº 7.200, de 2/06/2010). A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo Brasileiro. Desde 1993, o Cônsul Honorário em Valletta é o Senhor Louis Scerri Montaldo. Malta mantém consulados honorários no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Não há registro de visitas de caráter bilateral. No entanto, durante o II Fórum da Aliança de Civilizações, em Istambul, em abril de 2009, o então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, entrevistou-se com seu homólogo maltês, Tonio Borg. Os assuntos foram as duas principais pendências da relação bilateral: cooperação financeira e isenção de vistos.

Na esfera financeira, Borg tratou do interesse maltês em assinar com o Brasil acordo para evitar a bi-tributação. Borg lamentou que na América Latina ainda prevaleça a percepção de que Malta é um paraíso fiscal “off-shore” e revelou ter seu Governo a intenção de enviar o Ministro maltês das Finanças ao Brasil e a outros países da região, de modo a esclarecer a situação do país e promover a negociação de acordos bilaterais.

O tema já havia sido tratado em outro encontro, entre o Ministro Borg e o Assessor Especial da Presidência da República, Professor Marco Aurélio Garcia, em maio de 2008, à margem da Cúpula América Latina e Caribe - União Europeia (ALC-UE).

No caso do Brasil, a classificação de Malta, pela Receita Federal, como país de “legislação tributária favorecida” impede a celebração de acordos financeiros desejados pelo país mediterrâneo. Malta teria interesse em assinar com o Brasil, além do já referido acordo para evitar a bi-tributação, também um “Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos” (APPI). De todo modo, o Brasil só vem assinando APPIs com países de fora da América do Sul no contexto de acordos de livre-comércio, conforme determinado por Grupo de Trabalho Interministerial. No que tange a um eventual acordo para evitar a dupla tributação (ADT), a presença de Malta na lista de países com regime fiscal privilegiado aplicável às pessoas jurídicas constituídas sob a forma de “International Trading Company” (ITC) e “International Holding Company” (IHC) impede o encaminhamento de negociações.

Em sua defesa, o Governo maltês afirma que o regime IHC não existe no ordenamento jurídico de Malta e que o regime ITC deixou de existir em 1º de janeiro de 2011. Nesse contexto, Malta solicitou ao Governo brasileiro a retirada do nome do país das listas da Receita Federal.

Consultada a respeito, a Receita Federal ainda não emitiu parecer conclusivo sobre a solicitação maltesa, mas adiantou informalmente “dispor de informações de que Malta possui regime de holdings” e, portanto, não tenderá a favorecer o pleito maltês até que “o país encaminhe legislação comprovando a extinção do referido regime”.

Durante seu encontro com o Chanceler Tonio Borg, por ocasião da entrega de cartas credenciais, em maio de 2011, o Embaixador José Viegas Filho sugeriu a realização de uma missão das autoridades fiscais e financeiras de Malta ao Brasil, com o objetivo de dirimir as dúvidas que persistem sobre o tema. O Chanceler maltês tomou nota, com interesse, da proposta, que não foi, todavia, até o momento executada.

Outro tema caro às autoridades de Malta refere-se à isenção de vistos para cidadãos malteses que pretendam entrar no Brasil. O Governo maltês aboliu unilateralmente, em 2005, a exigência de vistos de turismo para os nacionais brasileiros que se dirijam àquele país. Desde então, as autoridades maltesas têm solicitado ao Governo brasileiro a isenção de vistos de turismo para seus cidadãos, como decorrência da aplicação do princípio de reciprocidade. Da parte brasileira, avanços na matéria estão relacionados a acordo mais amplo com a UE, ora em processo de ratificação pela parte brasileira.

Apesar das dimensões territoriais reduzidas e de sua pequena população, Malta apresenta dinamismo no plano econômico e político, principalmente tendo em conta sua localização central no Mediterrâneo.

No âmbito das relações bilaterais, cabe também fazer referência à fundamental colaboração do Governo maltês para que chegasse a bom termo a operação de evacuação de mais de 3.200 funcionários da Odebrecht que se encontravam em Trípoli, na Líbia, durante o início das hostilidades que ainda afetam aquele país. Naquela oportunidade, não apenas o Governo maltês acolheu todos os cidadãos brasileiros em seu território, graças à sua política de isenção de visto com relação aos nacionais brasileiros, como também permitiu o trânsito dos demais

funcionários daquela empresa que não se beneficiam do mesmo regime de vistos, principalmente vietnamitas e tailandeses, com vistas a possibilitar a sua pronta repatriação. Neste particular, a compreensão e disponibilidade demonstradas pelas autoridades migratórias de Malta, acionadas em caráter de emergência dada a natureza de ajuda humanitária da operação, em muito contribuiu para seu êxito.

É importante salientar que, na eleição para membro não permanente do Conselho Executivo do Fórum Internacional de Energia (IEF), ocorrida em maio de 2011, a candidatura maltesa (que não obteve sucesso) contou com o apoio unilateral do Brasil.

Finalmente, outro assunto frequentemente suscitado pelas autoridades maltesas nos contatos bilaterais com o Brasil refere-se ao nacional daquele país, Robert Duncan Petroni, que cumpre pena em prisão de Curitiba por tráfico internacional de drogas. Autoridades maltesas, nos mais diversos (e elevados) níveis, têm intercedido em nome da família para facilitar os contatos dos pais com Duncan Petroni. Nessas ocasiões, as autoridades maltesas sempre ressaltaram o caráter de ajuda consular (e tão somente) dos pedidos realizados. Mais recentemente, em abril, foi solicitado que aquele cidadão possa cumprir o restante de sua pena em prisão maltesa. O pedido foi encaminhado para análise das autoridades competentes no Brasil.

Comunidade Brasileira Estimada

Malta se acha sob a jurisdição consular do Consulado-Geral em Roma. Não há Consulado Honorário brasileiro no país, nem tampouco informações sobre residentes brasileiros na ilha. Há Consulado Honorário maltês no Recife.

COMERCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS

Embora estejam talvez ainda aquém das possibilidades, principalmente em termos de exportações brasileiras, os números do comércio bilateral apontam um pequeno aumento dos fluxos nos últimos anos. A corrente tem sido majoritariamente deficitária para o Brasil, que importa, principalmente circuitos integrados, microprocessadores e interruptores. As exportações brasileiras concentraram-se em açúcar, carne bovina e café solúvel.

No primeiro trimestre de 2012, a corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 12,52 milhões, com déficit de US\$ 6,84 milhões para o Brasil.

Os principais investimentos de Malta no Brasil ocorrem nos setores de madeira e abate de reses, exceto suínos. De todo modo, os investimentos ressentiram-se da crise financeira internacional de 2009: os investimentos diretos malteses no Brasil caíram de US\$ 10 milhões, em 2007, para cerca de US\$ 840 mil, em 2009 (dados mais recentes disponíveis no Banco Central do Brasil).

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil. Tampouco há quaisquer atos referentes à renegociação de dívidas ou renúncia fiscal com a República de Malta.

Atos bilaterais

Não há registro de atos bilaterais celebrados entre o Brasil e a República de Malta.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE MALTA

Séc. LII a.C.	Primeiros indícios de habitação em Malta
Séc. X a.C.	Ilha é transformada em colônia fenícia
Séc. IV. a.C.	Cartagineses ocupam a ilha
Séc. III a.C.	Romanos dominam Malta
395	Ilha é cedida ao Império Romano do Oriente
870	Malta é conquistada por muçulmanos
1090	Conde Rogério conquista a ilha e cria a nobreza de Malta
1245	Árabes são expulsos e Malta passa ao controle da Sicília
1518	Malta passa a pertencer à coroa espanhola
1530	Ilhas são cedidas à Ordem de São João de Jerusalém (Ordem de Malta)
1798	Napoleão invade e toma o país
1800	Grã-Bretanha expulsa os franceses e instalam base
1814	Malta passa a ser oficialmente parte do Império britânico
1947	País passa a ser governado autonomamente
1964	Malta se torna formalmente independente
1971	Dominic Mintoff (MLP) assume como Primeiro Ministro
1974	País adere ao regime republicano da Commonwealth
1979	Britânicos evacuam base militar
1984	Mintoff é substituído por Mifsud Bonnici (MLP)
1987	Edward Adami (PN) assume como Primeiro Ministro
1990	Malta solicita adesão à UE
1996	Alfred Sant (MLP) assume como Primeiro Ministro
1998	Edward Adami (PN) volta a ser Primeiro Ministro
2004	Malta torna-se membro da União Européia
2004	Lawrence Gonzi (PN) substitui Adami como Primeiro Ministro
2008	Malta adota o Euro como moeda

Aviso nº 716 - C. Civil.

Em 15 de agosto de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 22/08/2012.

6



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 836, DE 2012

Nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal c/c o art. 14, §2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, requeiro licença dos trabalhos da Casa, de 7 a 14 de novembro de 2012, com o fim de participar, como membro do Parlamento do Mercosul, de reuniões da Mesa Diretiva e de Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Eurolatinaamericana-EUROLAT, a realizar-se nos dias 9 e 10 daquele mês, na Cidade de Cádiz, na Espanha.

Comunico, ainda, nos termos do art. 39, I, do RISF, que estarei ausente do País entre os dias 7 a 19 de novembro de 2012.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 2012

Senador **ROBERTO REQUIÃO**

PMDB/PR

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 18/09/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:14552/2012

7



SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 855, DE 2012

Nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, em missão parlamentar, no período 16 a 18 de novembro do corrente a fim de participar como representante do Senado Federal no **Fórum sobre Segurança Internacional de Halifax**, que ocorrerá em Halifax, Canadá.

Comunico ainda, nos termos artigo 39 inciso I do Regimento Interno do Senado Federal que estarei ausente do país no período de 14 a 19 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA'.

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 26/09/2012.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012

Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

O CONGRESSO FEDERAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira, definindo seus fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – Amazônia Legal, os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13º S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44º W, do Estado do Maranhão.

II – Faixa de Fronteira, a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional conforme disposto no § 2º do art. 20 da Constituição Federal.

Art. 3º A Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira tem como fundamentos:

I – a faixa de fronteira é o espaço geográfico privilegiado de integração regional;

II – a superação das carências regionais depende da atuação sistêmica e integrada da União, dos Estados e dos Municípios;

III – a solução das questões relacionadas à Amazônia Legal e à faixa de fronteira demanda abordagem multidisciplinar;

IV – a compatibilização do desenvolvimento sustentável com a garantia da segurança nacional na região para o exercício da soberania nacional sobre a Amazônia Legal e a faixa de fronteira;

V – a promoção da segurança pública depende da superação das carências sociais, econômicas e ambientais da população da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

VI – a interação entre o poder público e os organismos multilaterais internacionais e organizações não governamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável e a garantia da segurança nacional na Amazônia Legal e na faixa de fronteira.

Art. 4º São diretrizes da Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira:

I – a integração com os demais países da América do Sul, em especial por meio dos organismos multilaterais regionais;

II – a contínua e crescente integração da atuação das Forças Armadas, dos órgãos de inteligência e de segurança pública brasileiros;

III – a busca pela atuação integrada das Forças Armadas, dos órgãos de inteligência e de segurança pública brasileiros com seus congêneres nos demais países da América do Sul;

IV – a busca por soluções compartilhadas para os desafios comuns nas cidades gêmeas da fronteira;

V – a promoção de atividades de ciência, tecnologia e inovação voltadas para a solução de necessidades específicas da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

VI – a regularização fundiária como instrumento de redução dos conflitos agrários e a promoção da paz no campo;

VII – o estímulo ao cooperativismo, como meio de promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e na faixa de fronteira.

Art. 5º A Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira tem por objetivos:

I – promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e na faixa de fronteira, por meio do estímulo ao crescimento econômico com responsabilidade ambiental e justiça social;

II – ampliar a ocupação produtiva sustentável e a vivificação da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

III – promover a redução das desigualdades regionais;

IV – reduzir os riscos sociais e ambientais a que estão sujeitas as populações da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

V – facilitar o compartilhamento de informações entre a União, os Estados e os Municípios da Amazônia Legal e da faixa de fronteira;

VI – estimular a instalação das infraestruturas de transporte, energia e saneamento para favorecer o desenvolvimento sustentável da região;

VII – auxiliar na implantação da infraestrutura de transportes e energia para a integração com os demais países da América do Sul;

VIII – consolidar as atividades de monitoramento, patrulhamento e vigilância das fronteiras terrestres brasileiras;

IX – combater organizações criminosas e atividades ilícitas transfronteiriças;

X – auxiliar a implantação de políticas públicas de educação, saúde, habitação, turismo, assistência técnica e extensão rural;

XI – ampliar a presença e a mobilidade das Forças Armadas na Amazônia Legal e na faixa de fronteira, como ferramenta de dissuasão de forças hostis.

Art. 6º São instrumentos da Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira:

I – o plano estratégico de fronteiras;

II – a Política e a Estratégia Nacional de Defesa;

III – a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

IV – os programas de desenvolvimento regional;

V – os sistemas de monitoramento e controle gerenciados pelas Forças Armadas e pelos órgãos de inteligência e de segurança pública;

VI – a cooperação internacional;

VII – os programas de concessão de crédito por instituições públicas e privadas;

VIII – os fundos constitucionais de financiamento do Centro-Oeste – FCO e do Norte – FNO.

Parágrafo único. As instituições financeiras e os bancos de investimento públicos criarão linhas de crédito especiais para as atividades de promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal e na faixa de fronteira.

Art. 7º A Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira será implementada de modo articulado e integrado com outras políticas públicas, em especial as relacionadas a:

I – educação, arte, cultura, lazer e extensão universitária;

II – saúde;

III – segurança alimentar, geração de trabalho e renda e moradia popular;

IV – populações indígenas;

V – tecnologia de assistência social;

VI – agricultura, com ênfase na agricultura familiar, agroecologia e reforma agrária;

VII – energia, recursos hídricos e recursos minerais;

VIII – meio ambiente, saneamento básico e gestão de resíduos;

IX – ciência, tecnologia e inovação;

X – turismo e comércio exterior;

XI – juventude e direitos da criança e do adolescente;

XII – promoção da igualdade em relação à raça, gênero e de pessoas com deficiência;

XIII – microcrédito e economia solidária;

XIV – desenvolvimento local participativo;

XV – segurança pública e defesa nacional.

Art. 8º Os municípios localizados na Faixa de Fronteira devem ter observado, para fins de celebração de convênios com a administração pública federal, o disposto no §1º e no caput do art. 26, da Lei 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Aqueles que conhecem a realidade da Amazônia e da faixa de fronteira brasileiras certamente entendem a necessidade de um projeto específico de defesa e desenvolvimento para essas regiões. O País já passou muito tempo sem dar atenção aos milhões de brasileiros que ali vivem, em uma área rica em recursos naturais e humanos como nenhuma outra no Brasil.

A Amazônia e a faixa de fronteira do Brasil com outros países sul-americanos compartilham problemas comuns, decorrentes da baixa densidade demográfica, da ocorrência de crimes transnacionais, da existência de conflitos fundiários, da injustiça social e da degradação do meio ambiente, entre outros fatores. Para fazer frente a essas ameaças, as duas regiões precisam ser, de fato, integradas ao espaço econômico nacional e tratadas como espaço geográfico privilegiado de integração regional.

Contudo, as duas regiões partilham também enormes potencialidades. Os recursos naturais – floresta, minério e água, por exemplo – precisam ter a sua exploração disciplinada, sob pena de os interesses privados imediatos prevalecerem sobre o interesse público de longo prazo. As riquezas existentes nessas áreas pertencem a todos os brasileiros e, portanto, sua exploração deve beneficiar igualmente a todos os brasileiros.

As vulnerabilidades e as oportunidades comuns justificam a reunião de defesa e desenvolvimento em uma mesma política nacional. A semelhança entre os problemas enfrentados e as potencialidades econômicas, por sua vez, autorizam a junção da Amazônia e da faixa de fronteira nessa mesma política.

Nesse sentido, apresentamos este projeto, pois entendemos ser fundamental que o Poder Público dê maior atenção à Amazônia brasileira e às nossas fronteiras.